

1.045.252

3202.299.95.906



TRIBUNAL CÍVEL DE LISBOA

1.º JUÍZO

19.....

Processo n.º 299 / 19 95

L.º Fls.

AUTOS DE

ACÇÃO ORDINARIA

AUT. 1 / 6 / 95

AA — EXEQ.

REUTER PORTUGUESA. Lda 24000 x 2

RR — EXEC.

MUNDIGLOBO TRADING, Lda

CONSELHO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
SERVIÇOS DE INSPECÇÃO
VISTO

22 FEV. 2000

O INSPECTOR

FERNANDO RAMOS

Mandatários dos AA — EXEQ.

Dr. Augusto de Athayde

R. Augusto dos Santos, 2, 4º,

1050 Lisboa

Mandatários dos RR — EXEC. fls 20

Dr. Jorge Estima

R. Alexandre Henriques

40-2º 625

250 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO 1ª Especie
Exmo Desembarg. GRANJA DA PONSECA
Proc. 3801/01 - 6ª Secção
T.R. LISBOA, 20 MAR. 01
O PRESIDENTE, O Secretário,
M. L. L. L.

VALOR 3.416.496 \$ 00
END. 2.326 709 \$ 00
MPOSTO \$

TOTAL - 6.743.205100

SECRETARIA GERAL--COMARCA DE LISBOA
DISTRIBUIÇÃO CÍVEL
SPÉCIE: CO1 JUÍZO: 1 SECÇÃO: 2
REGISTO: 42614 95-06-01
DISTRIBUIDOR

SECRETARIA GERAL COMUM DE LISBOA
42614 95-05-30 16:13
ENTRADA

Exm.º Senhor
Dr. Juiz do Tribunal
da Comarca de Lisboa

Reuter Portuguesa Limitada, com sede na Rua Laura Alves, 12 - 5º em Lisboa, pessoa colectiva nº 500231486, vem por este meio interpôr acção judicial declarativa sob forma ordinária contra a sociedade Mundiglobo Trading, com sede na Av.ª 5 de Outubro, 267, 1º Esq.º, nos seguintes termos e com os seguintes fundamentos:

1º

A autora assinou com a Ré no dia 30 de Janeiro de 1992, um contrato composto de três páginas (contrato principal e dois aditamentos de serviço adicional, aqui anexos) e referidos conjuntamente por documento único.

422 o que aqui se refere
2º

Nos termos desse contrato, a A. comprometia-se a prestar vários serviços à R. conforme vem descrito no referido acordo (ver a segunda e a terceira folha do documento único).

3º

Nos termos do ponto 2 do contrato, o qual versa sobre a respectiva vigência, indicando ser esta de dois anos automaticamente renováveis, este acordo só deveria terminar no dia 30 de Janeiro de 1994, caso uma das partes não tivesse previamente posto termo à relação enviando à outra comunicação escrita com uma antecedência de seis meses.

deveria a alteração do
meses
30/1/94
O Distribuidor

49

(Ora acontece que) a partir da data de 1 de Janeiro de 1993, portanto em plena vigência do contrato, a R. deixou de pagar pelos serviços que normalmente vinha auferindo.

59

e
Múltiplas vezes interpelada para pagar a R. nunca quis efectuar qualquer pagamento.

69

mas

A A. continuou ~~no entanto~~ a considerar o contrato como sendo válido bem como a prestar o serviços até ao dia 8 de Novembro de 1993, data em que rescindiu o contrato.

79

Q.º O juro de mora foi pago pela A. a R. em 11/02/93 e a R. deixou de pagar a A. a partir de 11/02/93.
[Até então a R. ficou a dever à A. uma soma de Esc.3.416.496\$00 a qual até à presente data se encontra ainda em mora. por pagar]

Solicita - se assim a V. Ex.ª se digne condenar a R. no pagamento da quantia de Esc.3.416.496\$00 (três milhões, quatrocentos e desasseis mil e quatrocentos e noventa e seis escudos), acrescida de juros legais de mora vencidos e vincendos até á data de pagamento.

P.D.

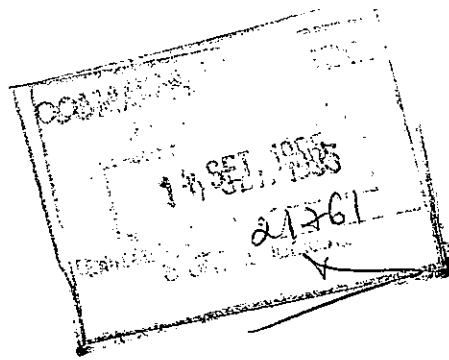
Valor da Acção: Esc. 3.416.496\$00

Junta : Procuração; e 1 Documento

O Advogado

PAULO LOWNDES MARQUES
ADVOGADO
Cont. N.º 127 165
Rua Augusto dos Santos
1050 LISBOA
Telex 3528258 - Fax 527498

70 BF Lx
127 165 568



13

74

Tribunal Cível da Comarca de Lisboa

1.ª Juízo

2.ª Secção

28000

Proc. 299/95 (Ac. Ordinária)

Ex.mo Senhor Juiz de Direito

Contestando e reconvindo na acção que lhe é movida por Reuter Portuguesa SA, diz Mundiglobo, Trading Comércio Internacional, SA:

Contestando

As Razões de Facto

1.ª

Celebraram, A. e R., em 30/1/92, o contrato de fornecimento de serviços cujo escrito se mostra junto nos autos com a petição.

2.ª

Trata-se de um escrito-tipo, pré-elaborado pela R., composto quase todo por cláusulas de teor invariável e com espaço para preenchimento das partes variáveis concretas.

10) *→ o contrato assinado (3.ª) em A.) quando este estava*
A R. assinou o já integralmente preenchido pela A..

4.ª

e pelos mesmos
~~Como flui de tal contrato~~, obrigou-se a A. a fornecer à R., entre outros, os serviços "Commodities 2000" e "Commodities News", pelo

preço de ECU 1.145 mensais (cerca de Esc. 200.833\$00) e de 350 (cerca de Esc. 61.390\$00) mensais, respectivamente.

5º

O sistema veio a ser posto em funcionamento algum tempo depois tendo a A. reportado a 19/3/92 o início da respectiva facturação.

6º

A A. é uma prestigiada empresa pertencente à conhecida multinacional REUTERS e era ao tempo a única empresa que em Portugal comercializava os produtos em causa.

7º

Detendo então seguramente muito mais de 90% do mercado geral de prestação de informação financeira e noticiosa em tempo real através de terminal de dados, por via de linha de dados própria.

8º

Quando a A. "fechou o negócio" com a R., estava perfeitamente convencida de que o preço proposto era o preço por que a A. comercializava em Portugal os serviços em causa.

9º

E, por sua vez, a A. bem sabia que essa convicção da R. era essencial para a formação da vontade de contratar por banda desta.

Na verdade, pois

10º

A A. tinha perfeito conhecimento de que a R., se soubesse serem os mesmos serviços fornecidos por preços inferiores aos

16
>

My

33\$00) e de praticados para outros clientes, não celebraria o contrato "sub-
mente. *judice". repete em A) e D) ?*

11º Q. 3º

em tempo depois por carta de 8 de Julho de 1992, veio a A. comunicar à R. que
a facturação baixava, a partir de 1/1/93, para ECU 860 mensais (cerca de Esc.
150.845\$00) o preço do serviço "Commodities 2000" e que o preço
à conhecido serviço "Commodities News" passava a integrar gratuitamente o
empresa que primeiro. ?

12º Q. 4º

Passado pouco tempo, veio a R. a saber que a A., na altura em que
mercado geral contratou inicialmente com a R. - Janeiro de 1992 - tinha
em tempo reoferecido e vinha fornecendo o mesmo serviço "Commodities 2000" a
clientes próprios outros clientes pelo preço de ECU 700 mensais (cerca de Esc.
122.780\$00).

perfeitamente
por que a E que a A. tinha oferecido gratuitamente a esses mesmos clientes
o serviço "Commodities News",

13º
14º *7* tendo a A. assim procedido

ção da R. e (A R. pode afirmar que a A. assim procedeu) com a firma Conagra
tar por banco Internacional, Comércio de Produtos Agro-Alimentares, Lda., com
escritório na Av. Conde Valbom, 6, 5º em Lisboa - contrato
firmado em Outubro de 1991 - e pela então Sociedade Portuguesa de
Fretamentos, SA., com sede na Rua S. Domingos à Lapa, 68 - r/c em
Lisboa, actualmente denominada André (Portugal), Lda. - contrato
inferiores ao firmado em Agosto de 1991, entre outras. ?
o

Q.50

"CONAGRA INTERNATIONAL, LDA"
"SOCIEDADE PORTUGUESA DE COMERCIO DE
TT, S.A." 15º

A:

Estas duas firmas exercem actividade económica idêntica à da R. que se dedica ao comércio de "commodities", designadamente cereais, oleaginosas e derivados.

E, por isso,

16º

(As duas firmas acima aludidas) são concorrentes da R..

+

(17º)

Por carta de 4/11/92, ^{cuja cópia constitui R. 21 e 22} ~~que se junta como doc. 1~~ e aqui se dá ~~com~~ integralmente reproduzida, a R. comunicou à A. que denunciava, contrato firmado com aquela em 30 de Janeiro de 1992.

18º

Alegando, como fundamento, a circunstância de ter a A. oferecido e fornecido os mesmos serviços a outros clientes por mais baixo preço, ou seja, ECU 700 mensais (caso do "Commodities 2000") gratuitamente (caso do "Commodities News") - cit. doc. 1.

19º

E salientando a falta de ética que a A. usara no seu negócio cit. doc. 1.

20º

Nessa mesma carta, a R. exigiu que a A. lhe creditasse as importâncias por esta cobradas em excesso - cit. doc. 1.

21º

15
7

m

UPR 4
RE: AM 1

Diferenças essas que correspondem a ECU 7.473 + IVA, considerando
ênica à da o período de tempo compreendido entre 19/3/92 e 31/12/92 {[9,4
designadamente meses x (1.145 - 700)] + (9,4 meses x 350)).

(22º) 6º

A R. emitiu mesmo, depois, e enviou à A. a Nota de Débito nº
0109, de 10/11/92, no valor de Esc. 1.353.360\$00 + 216.538\$00 (de
IVA), ou seja, no valor total de Esc.1.569.898\$00, correspondente
a tais diferenças, considerando que então a relação ECU/Escudo
qui se dá co era de 1.181\$10 (doc. 2).

a) 184.10

denunciava,

23º

2. Exigiu ainda a R., naquela carta de 4/11/92, que a A. retirasse
das suas (dela R.) instalações o seu (desta) equipamento até 31
de Dezembro de 1992 [cit. doc. 1.]

24º

A. ofereci or mais bai
ties 2000") E, (finalmente,) que a A. corrigisse em conformidade as facturas do
c. 1. semestre então corrente [cit. doc. 1.]

(25º) Q. 6º
actual

seu negócio Depois de assim ter denunciado o contrato a R. deixou de
utilizar os serviços e o equipamento da A.. ?

(26º) Q. 7º

reditasse a O contrato firmado com a A. em 30/1/92 era suposto permitir à R.,
1. também, um certo número de acessos entre os quais se contava o
serviço de "quotes" da "Chicago Mercantile Exchange".

27º

Bastando, para tal, que a R. pagasse uma taxa de serviço própria. ?

a) Despacho fls. 85

28º 8,8º
A R. pagou a este título à A. a importância de Esc. 84.913\$ (73.201\$00+IVA), ao longo do ano de 1992.
Porém,

29º
Veio a R. a saber em Outubro de 1992 que o "CME" ("Chica Mercantile Exchange") lhe não estava realmente disponibilizado por deficiências da A.,

30º
Facto que causou à R. apreciáveis prejuízos, tanto mais grave quanto é certo que na altura se verificava acentuada turbulência no mercado de divisas. ?

31º 9,9º
Razão por que a R. escreveu à A. em 18/11/92 exigindo o reembolso das tarifas até então pagas, relativas a este serviço (doc. 3).

32º
Reembolso que todavia a A. jamais fez. ?

33º 4)
A R. emitiu e enviou à A. a Nota de Débito nº 0134, de 31/12/92 no valor de Esc. 84.913\$00, (73.201\$00 + IVA) relativa às tarifas do "CME" (doc. 4).

34º
Em 18 de Dezembro de 1992 a A. escreveu à R. dizendo, entre outras coisas, que "... a data efectiva de levantamento do

16
>
3

equipamento e serviços instalados, e, portanto, da cessação da
sc. 84.913 respectiva facturação é o dia 11 de Novembro de 1993" (doc. 5).

Perém,

35º

(A verdade é que) a A. desligou todos os acessos do equipamento
E" ("Chica" instalado na R. logo em Janeiro de 1993.
onibilizado Com efeito,

36º

(Para confirmar aquilo que era uma mera suspeita da R., esta
mais grave encomendou à A. em 15/6/93 o serviço "Reuters Portuguese Domestic
turbulência Service", a título de experiência, pedindo a ligação do
equipamento ainda então existente nas suas (da R.) instalações
(doc. 6).

o reembolso

37º

(doc. 3). ~~Verificou-se então que~~ a A. ~~teve~~ que enviar técnicos às
instalações da R. para ligar o equipamento.

38º

Facto que bem demonstra que o equipamento estava desligado !!

31/12/92

39º

às tarifas A A. não discrimina quais as facturas que a R. alegadamente não
pagou e, por isso mesmo, não pode a R., em bom rigor, apreciar
contraditoriamente o valor peticionado.

do, entre

amento de As Razões de Direito

A Nulidade do Contrato, a Denúncia do Contrato, A Redução
Negócio Jurídico, o Erro

1. A A., ao oferecer à R. bens e serviços por preço mais elevado do que o preço de bens e serviços equivalentes oferecidos a terceiros, agiu com abuso de posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência, tal como previsto no artigo 14º do DL 422/83, de 3 de Dezembro (Cfr. também o artigo 370/93, de 29 de Outubro, que contém a actual disciplina sobre a matéria).

Sendo nulos os acordos e decisões assim considerados, consoante o disposto no artigo 13º nº 3 do DL 422/83, de 3 de Dezembro.

Obviamente que a nulidade da cláusula de preço, cláusula essencial e determinante na disciplina do contrato, acarreta a nulidade de todo o contrato ("vitiatur et vitiat"), já que este não poderia jamais sobreviver ao decesso daquela.

2. A denúncia do contrato pela carta da R. de 04/11/92, carta em que esta alegou precisamente tal prática, configura, no plano jurídico, arguição de nulidade do contrato.

E como, nessa carta, a R. exige à A. a retirada dos equipamentos até 31/12/92, considerar-se-á para todos os efeitos esta como a data da cessação da relação contratual entre as partes, no que já se concede dado que a carta de denúncia era de per si apta a produzir logo os seus efeitos imediatamente, no momento da sua recepção pela A..

17

147

A Redução

3. Caso assim se não entendesse - o que só por mera hipótese e sem conceder se admite - sempre a denúncia do contrato teria que haver-se como tendo sido efectuada com justa causa já que, mais grave do que o incumprimento "stricto sensu", é o facto de o outro contraente violar, com a sua conduta, norma legal imperativa e, sempre, ademais, os princípios da boa fé contratual (artigo 227º do Código Civil, artigo 801º do mesmo Código, preceito que, apesar de em epígrafe parecer abranger apenas a impossibilidade do cumprimento, abrange também o inadimplemento em sentido técnico, como é doutrina pacífica).

4. Por mera obrigação de patrocínio sempre se dirá que, a fim de não proceder a sobredita nulidade de todo o contrato - hipótese que sem conceder se admite - sempre se imporá a redução da cláusula de preço do contrato aos seus justos limites, quais sejam os limites decorrentes do preço, supra referido, oferecido à concorrência para os mesmos bens/serviços (artigo 292º do Código Civil).

5. O critério da redução da cláusula de preço será, de qualquer forma, sempre de ter em linha de conta para efeitos de quantificar as obrigações da R. durante a vigência do contrato, ou seja, até 31/12/92.

6. De resto, o contrato sempre seria anulável por erro, já que A. conhecia a essencialidade, para a R., da cláusula preço (Cfr. artigos 251º e 247º do Código Civil).

Cláusulas Contratuais Gerais - cláusula de vigência/denúncia

7. De harmonia com o artigo 22º a) do DL 446/85, de 5 Outubro, são proibidas as cláusulas contratuais gerais que prevejam prazos excessivos para a vigência do contrato para a sua denúncia.

Ora, o contrato que as partes celebraram tem a vigência nitidamente excessiva - de dois anos renováveis e, pior que isso, obriga a parte que pretenda denunciá-lo a comunicar a denúncia à contra-parte com a antecedência mínima de 6 meses, cláusulas que só pela posição monopolística da A. pôde esta incluir no "contrato adesão" que propôs à R. (Cfr. cláusula II).

8. Assim, para quem entenda (contra a lógica das coisas, diga-se), que se não verifica a sobredita nulidade e que a supracitada referida denúncia foi infundada ou injustificada, hipótese que só por dever de patrocínio e sem conceder se aborda sempre teria que haver-se como suficiente o período compreendido entre a data da carta de denúncia - 4/11/92 -

18
7

un

a data da cessação do contrato - 31/12/92, no quadro de uma
erro, já que a relação jurídica de quase um ano.

da cláusula

vil). 9. De resto, como esta cláusula do contrato viola a disciplina
normativa reguladora das cláusulas contratuais gerais, acima
referida, sempre seria nula a cláusula de vigência/denúncia
46/85, de 5 de dezembro de 1985, pelo contrato "sub judice" e por isso sempre seria válida,
cláusulas gerais e ainda que infundada tivesse sido, a denúncia operada pela R.
do contrato pela carta de 4/11/92.

em a vigência RECONVINDO

veis e, pior 10. Dá-se aqui como reproduzida, para evitar o fastídio da sua
denunciá-lo repetição e por respeito do princípio da economia
a antecedente processual, a matéria de facto contida nos artigos 1º a 39º
pela posição da presente contestação e a matéria de direito supra
o "contrato" exposta.

11. Pedirá a R. a declaração de nulidade do contrato celebrado
as coisas, ditas entre A. e R..

le e que a sua 12. E pedirá, ainda, que a A. seja condenada a pagar-lhe a
icada, hipótese diferença de preço entre o que pagou e o que deveria ter
eder se aborre o período pago.

a - 4/11/92 A A. deve, com efeito, à R. as seguintes importâncias:

a) Diferença relativa ao "Commodities 2000"

De 1/3/92 a 31/12/92

9,4 meses x (ECU 1145 - ECU 700)

ECU 4.183

Ou seja,

ESC 757.541.00

b) Diferença relativa ao "Commodities News"

5) 9,4 meses x ECU 350

ECU 3.290

7,4 meses x ECU 350

ECU 2.590

Ou seja,

ESC 595.819\$00

Total

1.353.360\$00

IVA 16%

216.538\$00

Total após IVA

1.569.898\$00

13. Pedirá ainda a A. a devolução daquilo que dispendeu pelo serviço de "quotes" do "Chicago Mercantile Exchange", pago não recebido, no período de tempo compreendido entre 19/3/92 e 31/12/92

73.201\$00

IVA 16%

11.712\$00

84.913\$00

14. Monta, assim, a Esc. 1.654.811\$00 a importância total e débito pela A..

15. Mostram-se vencidos desde 31/12/92 até 15/9/95 juros de mora no valor de Esc. 671.898\$00.

PEDIDO

Nestes termos e nos mais de direito,

b) Despacho fls. 85

19
7
m

Deve a presente acção ser julgada não provada e improcedente, absolvendo-se a R. do pedido.

ECU 4.1
ESC 757.541

Deve a Reconvenção ser julgada provada e procedente

ECU 3.290
ECU 2.5
ESC 595.819\$
A. e R.;

1.353.360\$
216.538\$
b) Anulando-se o mesmo contrato por erro, se improcedente vier a ser o pedido formulado na alínea anterior;

1.569.898\$
c) Julgando-se, em qualquer caso, nulas as cláusulas de vigência/denúncia e de preço constantes do contrato, se de todo em todo não for este havido, todo ele, como nulo;

se dispendeu
Exchange", pa
ido entre 19/
73.201\$
11.712\$
84.913\$
rtância total

d) Anulando-se, em qualquer caso, as cláusulas de vigência/denúncia e de preço constantes do contrato, se de todo em todo não for este anulado, todo ele e se ao caso não for julgado convir a declaração de nulidade pedida na cláusula anterior;

/95 juros de

e) Para a hipótese de improceder, quanto à vigência/denúncia, o pedido formulado nas alíneas anteriores, reduzindo-se a cláusula respectiva aos seus justos limites, quais sejam os observados pela R.
f) Reduzindo-se, relativamente ao período de duração do contrato, a cláusula de preço ao valor oferecido à concorrência;

- g) Julgando-se válida e fundadamente denunciado pela R. contrato celebrado pelas partes;
- h) Condenando-se a A. a pagar à R. a importância de Esc. 1.654.811\$00 (1.569.898\$00 + 84.913\$00), acrescida de juros de mora já vencidos até 15/9/95, no valor de Esc. 671.898\$00 e dos juros de mora que hajam vencer-se até integral pagamento.

Requerem que a A. seja notificada para juntar aos autos cópia dos contratos firmados com a Conagra Internacional, Comércio de Produtos Agro-Alimentares, Lda. e com a Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA., respectivamente em Outubro e em Agosto de 1995 à matéria dos artigos 12º, 13º e 14º da contestação.

Valor da Reconvenção: 2.326.709\$00 (dois milhões, trezentos vinte e seis mil, setecentos e nove escudos)

Junta: duplicados legais

6 documentos e suas cópias

Procuração forense

O ADVOGADO

Jorge Estima

JORGE ESTIMA

ADVOGADO - Céd. 4345

Cont. N.º 158 830 Lisboa - 12.ª Rep.

Rua Alexandre Herculano, 40 - 2.ª Esq.

Tel. 3554406 - Fax 3151485 - 1250 LISBOA

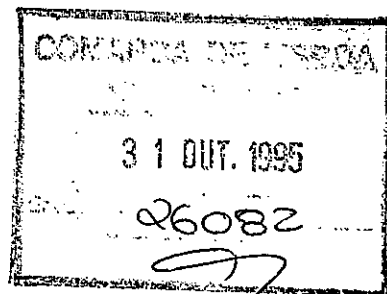
-11/09/1995-

Av. 5
Telf.:
Cont.: N.

MUNDIGLO
sede em Lisboa
502265492
matriculada
constitui-se
Rua Alexandre
substalece

33
7

TRIBUNAL DA COMARCA
DE LISBOA
JUÍZO - 2ª SECÇÃO
PROCº 299/95 - (ACÇÃO ORDINÁRIA)



Exmo Senhor Juíz,

Replicando na acção que move a
MUNDIGLOBO TRADING -
COMÉRCIO INDUSTRIAL, SA,
diz a A. REUTERS
PORTUGUESA LIMITADA.

1º

exacto o alegado nos artigos 1º a 5º da contestação.

2º

contudo inteiramente falso que a A. fosse a única empresa em Portugal a
prestar os serviços contados pela Ré como esta pretende fazer crer.

3º

é despudorada a desculpa de mau pagador engendrada pela Ré nos
artigos 8º a 10º da contestação, não tendo a mesma qualquer sustentação
legal.

4º

A Ré leu o contrato antes de o assinar.

5º

34
4

se
uma empresa que se dedica ao comércio de commodities, portanto
experimentada na área dos contratos que celebrou. >

6º 49-119

A. jamais referiu à Ré que o contrato que firmara, apresentava para esta
as melhores condições oferecidas a clientes seus. >

7º

Contudo a verdade é que é falso que a A. fornecesse a terceiros os
serviços que prestou à Ré a preços inferiores e muito menos que tal
ocedesse à data da celebração do contrato com a Ré.

8º

Como é redondamente falso que a Ré prestasse serviços gratuitos a
clientes seus tal como referido no artigo 13º da contestação.

9º

Relativamente à invocada resolução do contrato por parte da Ré, está esta
equivocada.

10º

Nos termos do contrato celebrado o mesmo vigoraria por um período de
dois anos podendo ser denunciado com um pré-aviso de 6 meses
relativamente ao termo do prazo da sua vigência.

11º

Pré-aviso que a Ré não respeitou.

12º

Pelo que a pretensa resolução do contrato não é válida.

13º

Do mesmo modo os argumentos invocados pela Ré na sua carta de 4.11.92 são, como se referiu, falsos.

14º

Pelo que também por aí não poderia a Ré resolver o contrato.

15º

Os factos alegados nos artigos 20º a 24º da contestação não tem qualquer incidência nos presentes autos pois a Ré pode emitir as notas de débito que entender sem que daí lhe advenham quaisquer direitos.

16º

Q. 17º

É falso o alegado no artigo 25º pois a Ré não só continuou a utilizar os serviços da A. como também os liquidou até Janeiro de 1993, [em clara demonstração de que considerava inválida a resolução invocada.] >

17º

É igualmente falso o alegado nos artigos 26º a 30º da contestação pois tal serviço jamais foi contratado com a A., e esta nunca debitou tal serviço à Ré.

Por outro lado,

18º

O alegado nos artigos 34º a 39º é bem demonstrativo da postura de má fé da Ré nos presentes autos.

19º

Sendo inteiramente absurdas e falsas as conclusões que a Ré pretende extrair dos factos referidos, pois que,

36
6

20º 100, 139

A. procedeu à ligação dos equipamentos (pois que) os mesmos se encontravam desligados por falta de pagamento a A. dos serviços por esta prestados. ?

21º

As "razões de direito" invocadas pela Ré na sua contestação não têm qualquer fundamento jurídico e a A. rebatê-las-à na altura processualmente adequada.

Nestes termos.

Deve o pedido reconvençional ser declarado improcedente concluindo-se como na petição inicial.

Augusto de Albuquerque de Azevedo

O ADVOGADO

AUGUSTO ALBUQUERQUE D'AZEVEDO
ADVOGADO
Cont. Nº 180944345
Rua Augusto dos Santos, 2-4.º
1050 LISBOA
Tels. 522253 -- Fax 527491

63
X

Cópia dactilografada nos
termos do art. 511º nº 7 nos
Autos de Ac. Ordinária 299/95

= ESPECIFICAÇÃO =

por documentos e acordo das partes está já provado no processo que:

A)

A autora assinou com a Ré no dia 30 de Janeiro de 1992, um contrato composto de três páginas (contrato principal e dois aditamentos de serviço adicional, aqui anexos), cuja cópia constitui fls. 4 a 7 e que aqui se reproduz, nos termos no qual, a A. se comprometia a prestar vários serviços à R. conforme vem descrito no referido acordo devendo os efeitos do mesmo terminar no dia 30 de Janeiro de 1994, caso uma das partes não tivesse previamente posto termo à relação enviando à outra comunicação escrita com uma antecedência de seis meses.

B)

A partir da data de 1 de Janeiro de 1993, portanto em plena vigência do contrato, a R. deixou de pagar pelos serviços que normalmente vinha auferindo e múltiplas vezes interpelada para pagar nunca quis efectuar qualquer pagamento, mas a A. continuou a considerar o contrato como sendo válido até ao dia 8 de Novembro de 1993, data em que rescindiu o contrato.

D)

A R. assinou o contrato referido em A) quando este estava preenchido e pelo mesmo, obrigou-se a A. a fornecer à R., entre outros, os serviços "Commodities 2000" e "Commodities News", pelo preço de ECU 1.145 mensais (cerca de Esc. 200.833\$00) e de ECU 350 (cerca de Esc. 61.390\$00) mensais, respectivamente.

E)

O sistema veio a ser posto em funcionamento algum tempo depois, tendo a A. reportado a 19/3/92 o inicio da respectiva facturação.

64
/ 0

F)

por carta de 4/11/92 cuja cópia constitui fls. 21 e 22 e que aqui se dá como integralmente reproduzida, a R. comunicou à A. que denunciava, o contrato firmado com aquela em 30 de Janeiro de 1992.

G)

A R. emitiu e enviou à A. a Nota de Débito nº 0109, de 10/11/92, no valor de Esc. 1.353.360\$00+216.538\$00 ((de IVA), ou seja, no valor total de Esc. 1.569.898\$00, correspondente a tais diferenças, considerando que então a relação ECU/Escudo era de ^{a) 181,10} 1.181\$10 e exigiu ainda a R., naquela carta de 4/11/92, que a A. retirasse das suas (dela R.) instalações o seu (desta) equipamento até 31 de Dezembro de 1992 e, que a A. corrigisse em conformidade as facturas do semestre então corrente.

H)

A R. emitiu e enviou à A. a Nota de Débito nº 0134, de 31/12/92, no valor de Esc. 84.913\$00, (73201\$00+IVA) relativa às tarifas do "CME" e 18 de Dezembro de 1992 a A. escreveu à R. dizendo, entre outras coisas, que " ... a data efectiva de levantamento do equipamento e serviços instalados, e, portanto, da cessação da respectiva facturação é o dia 11 de Novembro de 1993.

J)

A Ré encomendou à A. em 15/6/93 o serviço "Reuters Portuguese Domestic Service", a titulo de experiência, pedindo a ligação do equipamento ainda então existente nas suas (da R.) instalações, tendo a A. que enviar técnicos às instalações da R. para ligar o equipamento.

x

3 = QUESTIONÁRIO =

A provar

C) despacho fls. 25

65
/

1.º

O preço dos serviços prestados pela A. à Ré nos termos indicados em A) e B) ascendia em 92/11/08 a Esc. 3.416.496\$00, quantia que até à presente data não foi paga?

1.ºA

A A. é uma prestigiada empresa pertencente à conhecida multinacional REUTERS e era ao tempo a única empresa que em Portugal comercializava os produtos em causa, detendo então seguramente muito mais de 90% do mercado geral de prestação de informação financeira e noticiosa em tempo real através de terminal de dados, por via de linha de dados próprios?

2.º

Quando a A. "fechou o negócio" com a R., estava perfeitamente convencida de que o preço proposto era o preço por que a A. comercializava em Portugal os serviços em causa e, por sua vez, a A. bem sabia que essa convicção da R. era essencial para a formação da vontade de contratar por banda desta, pois, a A. tinha perfeito conhecimento de que a R., se soubesse serem os mesmos serviços fornecidos por preços inferiores aos praticados para outros clientes, não celebraria o contrato referido em A) e D)?

3.º

Por carta de 8 de Julho de 1992, veio a A. comunicar à R. que baixava, a partir de 1/1/93, para ECU 860 mensais (cerca de Esc. 150.845\$00) o preço do serviço "Commodities 2000" e que o preço do serviço "Commodities News" passava a integrar gratuitamente o primeiro?

3.ºA

A Autora continuou a prestar os seus serviços à Ré até 92/11/08?

3.ºB

Ou desligou todos os acessos do equipamento instalados na Ré logo em Janeiro de 1993?

66
L

4.º

passado pouco tempo, veio Ré a saber que a A., na altura em que contratou inicialmente com a Ré - Janeiro de 1992 - tinha oferecido e vinha fornecendo o mesmo serviço "Commodities 2.000" a outros clientes pelo preço de ECU 700 mensais (cerca de Esc. 122.780\$00) e que a Autora tinha oferecido gratuitamente a esses mesmos clientes o serviço "Commodities News", tendo a A. assim procedido com a firma "Conagra Internacional, Comércio de Produtos Agro-Alimentares, Lda", com escritório na Av. Conde de Valbom, 6 - 5.º em Lisboa - contrato firmado em Outubro de 1991 - e pela então "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, Sa.", com sede na Rua S. Domingos à Lapa, 68 - r/c em Lisboa, actualmente denominada André (Portugal), Lda - contrato firmado em Agosto de 1991, entre outras?

5.º

As duas firmas "Conagra Internacional, Lda" e Sociedade Portuguesa de Fretamentos, Sa.", exercem actividade económica idêntica à da que se dedica ao comércio de "commodities", designadamente cereais, oleaginosas e derivados, e por isso, são concorrentes da R.?

6.º

Depois de ter actuado como referido em F) e G), a Ré deixou de utilizar os serviços e o equipamento da A.?

7.º

O contrato firmado com a A. em 30/1/92 era suposto permitir à R. também um certo número de acessos entre os quais se contava o serviço de "quotes" da "Chicago Mercantile Exchange", bastando, para tal, que a R. pagasse uma taxa de serviço própria?

8.º

A Ré pagou a este título à A. a importância de esc. 84.913\$00 (73.201\$00+IVA), ao longo do ano de 1992, porém, veio a R. a saber em Outubro de 1992 que o "CME" ("Chicago Mercantile Exchange") lhe não estava realmente disponibilizado

67

por deficiências da A., facto que causou à R. apreciáveis prejuízos, tanto mais graves quanto é certo que na altura se verificava acentuada turbulência no mercado de divisas?

9º

Razão por que a Ré escreveu à A. em 18/11/92 exigindo o reembolso das tarifas até então pagas, relativas a este serviço, reembolso que todavia a A. jamais fez?

10º

A R. leu o contrato antes de o assinar e é uma empresa que se dedica ao comércio de "commodities", portanto experimentada na área dos contratos que celebrou?

11º

A A. jamais referiu à R. que o contrato que firmara, apresentava para esta as melhores condições oferecidas a clientes seus?

x

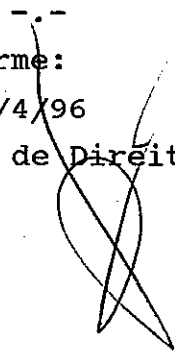
Lxª d.s

a) Eurico Reis.

Está conforme:


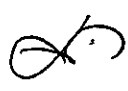
Lisboa, 18/4/96

O Escrivão de Direito,



1.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

CONCLUSÃO: 98/01/13



*

PROC. Nº 299/95

A(A).: "REUTER PORTUGUESA, LDA"

R(R).: "MUNDIGLOBO TRADING, SA"

Na presente acção declarativa com processo comum e forma ordinária em que são litigantes as partes supra identificadas, acordam os Juízes que compõem o Tribunal Colectivo em responder ao questionário pela forma seguinte (sendo o mais perguntado que não consta dessas respostas, incluindo o assim expressamente declarado, considerado não provado - artº 653º nº 2 do CPC):

aos quesitos 3ºA, 3ºB, 7º, 8º e 11º - não provado;

ao quesito 1º - provado apenas o que consta das alíneas A) e B) da Especificação;

ao quesito 1ºA - provado apenas que a A. é uma empresa que pertence à multinacional REUTERS e que em Janeiro de 1992 detinha em Portugal uma posição dominante no mercado de prestação, através de terminal de dados, de informação financeira e noticiosa em tempo real, por via de linha de dados próprios;

ao quesito 2º - provado que, quando celebrou com a A. o contrato referido na alínea A) da Especificação, a Ré estava convencida de que o preço indicado nesse acordo era o preço por que a A. comercializava em Portugal os serviços em causa;

ao quesito 3º - provado que a A. enviou à Ré em 92/07/08 a carta cuja cópia constitui fls 81 a 83 e que aqui se reproduz, pela qual a primeira comunicou à segunda que baixava, a partir de 93/01/01, para ECU 860 mensais o preço do serviço "Commodities 2000" e que o serviço "Commodities News" passava a integrar o primeiro sem aumento do preço a pagar pela prestação desse serviço;

ao quesito 4º - provado que, depois de ter celebrado o contrato referido em A), a Ré tomou conhecimento que a A., na altura em

1.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

que firmou esse contrato - Janeiro de 1992 - vinha fornecendo o mesmo serviço "Commodities 2.000" pelo menos às empresas "Conagra Internacional - Comércio de Produtos Agro-Alimentares, Lda" (com instalações na Av. Conde de Valbom, 6 - 5º, em Lisboa) e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA" (com instalações na Rua S. Domingos à Lapa, 68 r/c, em Lisboa) e ainda o "Commodities News" à "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA", pelos preços, em ECU's, referidos nos documentos de fls 41 a 46, que aqui se reproduzem, preços esses inferiores aos praticados para com a Ré;

ao quesito 5º - provado que a Ré e as firmas "Conagra Internacional, Lda" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA", exercem actividade económica na área do comércio de «commodities», designadamente cereais, oleaginosas e derivados;

ao quesito 6º - provado;

ao quesito 9º - provado que a Ré enviou à A., em 18/11/92, a carta cuja cópia constitui fls 24 e 25, que aqui se reproduz, exigindo o reembolso de tarifas alegadamente até então pagas, relativas ao serviço de "quotes" da "Chicago Mercantile Exchange", reembolso que a A. negou ser devido;

ao quesito 10º - provado que a Ré é uma empresa que se dedica ao comércio de «commodities».

CONVICÇÃO:

As respostas do Tribunal têm como fundamento os depoimentos prestados pelas testemunhas arroladas que foram ouvidas e que mostraram (pelos motivos indicados aos costumes) conhecimento directo dos factos que relataram, tendo deposto por forma a merecer convencimento quanto aos que foi dado por provado; mais foi ainda tomado em consideração o teor dos seguintes documentos:

quanto ao quesito 1º, o documento de fls 4 a 7 já dado por reproduzido em A),

quanto ao quesito 3º, o documento de fls 81 a 83,

quanto ao quesito 4º, os documentos de fls 4 a 7, 21 a 23 e 41 a 46,

quanto ao quesito 9º, os documentos de fls 24 a 29.

1.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

Finalmente, a resposta ao quesito 10º tem, em termos formais, como fundamento o acordo das partes (para além das declarações prestadas pelas testemunhas a propósito do quesito 5º.

Lx. ds (98/01/13)

Eurico Reis
(Eurico Reis)

Ondina Carmo Alves
(Ondina Carmo Alves)

Anabela Calafate
(Anabela Calafate)

CONCLUSÃO: 99/03/03

Gaspar

PROC. Nº 299/95

A.: "REUTER PORTUGUESA, LDA".

R.: "MUNDIGLOBO TRADING, SA".

1. A A. "REUTER PORTUGUESA, LDA" intentou contra a Ré "MUNDIGLOBO TRADING, SA", estando ambas as litigantes devidamente identificadas nos autos, a presente acção declarativa com processo comum e forma ordinária, alegando em resumo que celebrou com a segunda um contrato de fornecimento dos serviços discriminados na p.i., que lhe prestou, sem que a Ré tenha pago o preço contratualmente acordado como contrapartida por essa prestação.

Pede, por isso, a condenação da Ré no pagamento da quantia de Esc. 496.496\$00, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento (e contados a partir da data da citação, porque outra não é peticionada).

Devidamente citada, a Ré veio defender-se, para além de relatar uma versão algo distinta dos factos, invocando que a sua vontade se encontrava viciada por erro quando celebrou o contrato em apreço (julgava que os preços nele estabelecidos eram os únicos que a A. estava a praticar no mercado, quando afinal estava a exigir de outras empresas concorrentes da Ré outros mais baixos) e que a A. ao celebrar esse acordo se valeu da sua posição de virtual monopolista quanto à prestação em Portugal dos serviços em causa, pelo que requer a sua absolvição quanto ao pedido formulado na p.i. e, com esses exactos fundamentos pede, em reconvenção, que:

a) seja declarado nulo o contrato celebrado em 92/01/30 entre a A. e a Ré, por o mesmo ter sido celebrado em situação de abuso de posição dominante, com

106
Jag.

violação dos princípios da concorrência leal, ou, em alternativa, se esse pedido improceder,

b) seja declarado nulo esse mesmo contrato, por a vontade da Ré estar viciada por erro, ou que o sejam pelo menos as cláusulas respeitantes à vigência e ao modo de denúncia do contrato e ao preço dos serviços prestados, ou ainda, sempre em alternativa, se esse pedido for igualmente declarado improcedente,

c) sejam as cláusulas referidas em b) - parte final - reduzidas aos seus justos limites.

A A. apresentou **réplica** pugnando pela improcedência quer das excepções suscitadas quer dos vários pedidos (alternativos) reconventionais, sustentando a validade do pedido que formulou em Juízo na sua p.i..

Lavrado despacho nos termos dos artºs 510º e 511º do CPC e decididas as reclamações apresentadas por ambas as partes, procedeu-se ao julgamento - que decorreu perante o Tribunal Colectivo e com integral cumprimento do ritual legalmente estabelecido - tendo no final sido lavrado acórdão contendo as respostas aos quesitos, deliberação que não sofreu reclamações.

Apresentadas - só pela A. - as alegações quanto à matéria de Direito, cabe elaborar sentença.

**

2. A instância permanece integralmente válida.

**

3. Discutida a causa, resultaram provados neste processo os seguintes factos:

II - **na Especificação** (corrigindo-se o evidente lapso de escrita cometido a fls 63 a 64 - na parte em que manteve as letras das **alíneas** apesar das eliminações ordenadas a fls 58 a 59):

- A) a A. assinou com a Ré no dia 30 de Janeiro de 1992, um contrato composto de três páginas (contrato principal e dois aditamentos de serviço adicional, aqui anexos), cuja cópia constitui fls. 4 a 7 e que aqui se reproduz, nos termos no qual, a A. se comprometia a prestar varios serviços à R. conforme vem descrito no referido acordo devendo os efeitos do mesmo terminar no dia 30 de Janeiro de 1994, caso uma das partes não tivesse previamente posto termo à relação enviando à outra comunicação escrita com uma antecedência de seis meses;
- B) a partir da data de 1 de Janeiro de 1993, portanto em plena vigência do contrato, a R. deixou de pagar pelos serviços que normalmente vinha auferindo e múltiplas vezes interpelada para pagar nunca quis efectuar qualquer pagamento, mas a A. continuou a considerar o contrato como sendo válido até ao dia 8 de Novembro de 1993, data em que rescindiu o contrato;
- C) a R. assinou o contrato referido em A) quando este estava preenchido e pelo mesmo, obrigou-se a A. a fornecer à R., entre outros, os serviços "Commodities 2000" e "Commodities News", pelo preço de ECU 1.145 mensais (cerca de Esc. 200.833\$00) e de ECU 350 (cerca de Esc. 61.390\$00) mensais, respectivamente;
- D) o sistema veio a ser posto em funcionamento algum tempo depois, tendo a A. reportado a 19/3/92 o inicio da respectiva facturação;
- E) por carta de 4/11/92 cuja cópia constitui fls. 21 e 22 e que aqui se dá como integralmente reproduzida, a R. comunicou à A. que denunciava, o contrato firmado com aquela em 30 de Janeiro de 1992;
- F) a R. emitiu mesmo, depois, e enviou à A. a Nota de Débito nº 0109, de 10/11/92, no valor de Esc. 1.353.360\$00+216.538\$00 (de IVA), ou seja, no valor total de Esc. 1.569.898\$00, correspondente a tais diferenças, considerando que então a relação ECU/Escudo era de 1.181\$10 e exigiu ainda a R., naquela carta de 4/11/92, que a A. retirasse das suas (dela R.) instalações o seu (desta) equipamento até 31 de Dezembro de 1992 e, que a A. corrigisse em conformidade as facturas do semestre então corrente;
- G) a R. emitiu e enviou à A. a Nota de Débito nº 0134, de 31/12/92, no valor de Esc. 84.913\$00, (73201\$00+IVA) relativa às tarifas do "CME" e 18 de Dezembro de 1992 a A. escreveu à R. dizendo, entre outras coisas,

que " ... a data efectiva de levantamento do equipamento e serviços instalados, e, portanto, da cessação da respectiva facturação é o dia 11 de Novembro de 1993;

H) a Ré encomendou à A. em 15/6/93 o serviço "Reuters Portuguese Domestic Service", a título de experiência, pedindo a ligação do equipamento ainda então existente nas suas (da R.) instalações, tendo a A. que enviar técnicos às instalações da R. para ligar o equipamento;

III - pelas respostas ao Questionário:

D) a A. é uma empresa que pertence à multinacional REUTERS e em Janeiro de 1992 detinha em Portugal uma posição dominante no mercado de prestação, através de terminal de dados, de informação financeira e noticiosa em tempo real, por via de linha de dados próprios;

U) quando celebrou com a A. o contrato referido na alínea A) da Especificação, a Ré estava convencida de que o preço indicado nesse acordo era o preço por que a A. comercializava em Portugal os serviços em causa;

K) a A. enviou à Ré em 92/07/08 a carta cuja cópia constitui fls 81 a 83 e que aqui se reproduz, pela qual a primeira comunicou à segunda que baixava, a partir de 93/01/01, para ECU 860 mensais o preço do serviço "Commodities 2000" e que o serviço "Commodities News" passava a integrar o primeiro sem aumento do preço a pagar pela prestação desse serviço;

L) depois de ter celebrado o contrato referido em A), a Ré tomou conhecimento que a A., na altura em que firmou esse contrato - Janeiro de 1992 - vinha fornecendo o mesmo serviço "Commodities 2.000" pelo menos às empresas "Conagra Internacional - Comércio de Produtos Agro-Alimentares, Lda" (com instalações na Av. Conde de Valbom, 6 - 5º, em Lisboa) e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA" (com instalações na Rua S. Domingos à Lapa, 68 r/c, em Lisboa) e ainda o "Commodities News" à "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA", pelos preços, em ECU's, referidos nos documentos de fls 41 a 46, que aqui se reproduzem, preços esses inferiores aos praticados para com a Ré;

M) a Ré e as firmas "Conagra Internacional, Lda" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA", exercem actividade económica na área do comércio de «commodities», designadamente cereais, oleaginosas e derivados;

109
[Handwritten signature]

- n) depois de ter actuado como referido em E) e F) (correccção indicada em 31.) a Ré deixou de utilizar os serviços e o equipamento da A.;
- o) a Ré enviou à A., em 18/11/92, a carta cuja cópia constitui fls 24 e 25, que aqui se reproduz, exigindo o reembolso de tarifas alegadamente até então pagas, relativas ao serviço de "quotes" da "Chicago Mercantile Exchange", reembolso que a A. negou ser devido;
- p) a Ré é uma empresa que se dedica ao comércio de «commodities».

**

4.1. *Vistos os factos, importa operar a sua subsunção nos normativos legais aplicáveis e em concreto decidir se o contrato de prestação de serviços firmado entre a A. e a Ré é ou não válido (neste caso por a A. actuar em posição excessivamente dominante se não mesmo de monopólio - violando o princípio da liberdade contratual, sendo no caso concreto afectada a liberdade negocial da Ré) ou se pode ser declarado nulo ou anulado por a vontade da Ré estar viciada por erro quanto a um elemento essencial do negócio ou pelo menos reduzido aos seus justos limites.*

Caso se entenda que afinal o contrato é válido, apreciar-se-á se a Ré incumpriu ou não o acordado e a haver esse incumprimento invocado pela A., decidir-se-á quais os efeitos que para as partes decorrem desse facto.

4.2. Tendo em conta o referido em 4.1., o que vale igualmente em termos de mera lógica até só formal, importará verificar se realmente a A., abusando da sua posição económica e social dominante, tornou impossível à Ré exercer a sua liberdade de celebração e de estipulação de contratos (o que constitui - tal como acontece com todos os demais pedidos formulados em reconvenção - **ao mesmo tempo**, defesa por excepção e fundamento para a apresentação de pedido reconvenicional).

A prova desse facto não será tão fácil como à primeira vista poderá parecer.

Na verdade, a parte que alega esse facto, de acordo com as regras de repartição do ónus de prova, tem que demonstrar *para além de qualquer dúvida razoável* (artº 346º do C.Civ.) não apenas - de preferência com dados estatísticos e logo aí se depara uma **primeira grande dificuldade**: uma talvez excessiva falibilidade dos dados estatísticos em matéria económica em Portugal dada a limitação no que respeita às possibilidades e meios de recolha de dados dessa natureza e até a pouca credibilidade que os informadores merecem (*perdoe-se a agressividade de quem paga*

pontual e rigorosamente os seus impostos: chegará o que se passa com as declarações do volume de transacções e de lucros das empresas ou é preciso mais ?) - a percentagem do mercado ocupada pela empresa em causa, aqui a A..

Provado esse facto, terá ainda que demonstrar, novamente *para além de qualquer dúvida razoável*, que essa dominação económica é de tal modo forte que as outras empresas como o Ré não têm qualquer **possibilidade real** (ou seja, economicamente viável) de adquirir os produtos fornecidos pelas entidades como a A ou outros dos quais possa ser retirada a mesma utilidade (que têm o mesmo valor de uso) em termos económicos, sem se submeter (render) incondicional e inapelavelmente ao *diktat* da A. (artº 354º do C.Civ.).

Neste processo a Ré conseguiu realmente provar que "a A. é uma empresa que pertence à multinacional REUTERS e em Janeiro de 1992 detinha em Portugal uma posição dominante no mercado de prestação, através de terminal de dados, de informação financeira e noticiosa em tempo real, por via de linha de dados próprios" (sic) mas isso, como se viu, não é suficiente, mesmo que o Juiz do processo faça uso das ditas "presunções judiciais" previstas no artº 351º do C.Civ., para considerar provada a aludida alegação da Ré.

Aliás e como a A. invoca - o que é suficiente para gerar a aludida "dúvida razoável" (artº 346º do C.Civ.) - no mesmo período temporal, outras empresas conseguiram negociar a prestação de serviços de natureza aproximada - *se calhar iguais*, corrige o Juiz do processo - a preços diferentes, sem que a Ré tenha conseguido minimamente provar que a A. actuou com a intenção de prejudicar a Ré, favorecendo empresas que com esta concorrem no mesmo segmento de mercado.

O que é pelo menos indício que a Ré, como as demais empresas, sempre poderia não apenas escolher entre firmar ou não o contrato (liberdade de celebração) - e a Ré não provou que, para actuar no mercado, não podia prescindir das informações e/ou serviços da natureza dos prestados pela A. - como poderia até discutir as cláusulas do contrato (liberdade de estipulação).

E «grita» a A. indignada: *a Ré nem sequer tentou discutir ou pôr em causa o preço e demais condições da prestação de serviços acordada, como pode agora afirmar que foi a A. que lhe não permitiu essa discussão ?*

Aparentemente a Ré nem sequer sabia que podia discutir. Como são as coisas...

E a tudo isto acresce que a A. não era a única empresa a actuar no mercado português que fornecia tais serviços - mesmo em 1992 (era apenas a que dominava uma muito larga fatia do mercado).

Improcede, portanto, essa primeira excepção invocada pela Ré - e ao mesmo tempo e concomitantemente, o primeiro dos pedidos por si formulados em reconvenção.

4.3. Dilucidada esta primeira questão, passemos á segunda, a saber: pode ou não o contrato ser **anulado** por a vontade da Ré estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio.

Considerando a argumentação expendida pela Ré tem que entender-se que esse erro se reporta ao *objecto do negócio*, razão pela qual a solução do litígio terá que ser encontrada à luz do disposto no artº 251º do C.Civ., que remete para a regulamentação prevista no artº 247º do mesmo Código (anulação dos negócios jurídicos por erro na declaração) e não do artº 252º, sempre do C.Civ. - e cujo nº 2 remete para a regulamentação da modificabilidade do negócio, ou da sua resolução, por alteração das circunstâncias (artº 437º do mesmo Código).

Pode ler-se no artº 251º do C.Civ. que "... (o) erro que recaia nos motivos determinantes da vontade, quando se refira à pessoa do declaratório ou ao objecto do negócio, torna este anulável nos termos do artigo 247º".

Por sua vez, este último normativo estabelece que "... (quando) em virtude de erro, a vontade negocial declarada não corresponda à vontade real do autor, a declaração negocial é anulável desde que o declaratório conhecesse ou não devesse ignorar a essencialidade, para o declarante, do elemento sobre que incidiu o erro".

Ora a Ré não demonstrou **para além de qualquer dúvida razoável** - e neste caso bem pelo contrário (a Ré não discutiu sequer os preços) - que a A. **sabia** que era essencial para a formação da vontade dessa Ré saber que era possível discutir e

fazer variar os preços a pagar pelos serviços que estava a prestar.

A A. não é responsável nem pode ser responsabilizada - por mais multinacional que seja - por as pessoas **desistirem logo à partida** de tentar influenciar as posições desses *monstros globais* (passe a violência da expressão que é usada apenas para reforçar a argumentação aqui desenvolvida pelo Juiz do processo para fundamentar a sua decisão). A A. não é responsável nem pode ser responsabilizada pelas *ficções* ou *falsas representações* que os outros criam nas suas próprias cabeças sem qualquer contribuição da sua (da A.) parte.

Improcede, portanto, essa segunda excepção invocada pela Ré - e ao mesmo tempo e concomitantemente, o segundo dos pedidos por si formulados em reconvenção.

4.4. Cabe agora apreciar a última das pretensões suscitadas pela Ré: é ou não possível reduzir o negócio jurídico nos termos peticionados em reconvenção.

E a esse propósito vale muito do que se afirmou nos pontos 4.2. e 4.3. desta sentença com referência ao exercício da liberdade contratual e aos efeitos da criação de falsas representações da realidade - e da força da própria capacidade negocial de cada um.

Na verdade, o subscritor tem alguma repulsa intelectual por aqueles que não lutam, **que abdicam dos direitos que têm** sem sequer experimentar tentar utilizá-los.

Quem tenta e falha vale mais, muito mais, muitas vezes mais, do que aqueles que esperam que sejam os outros a defender os seus interesses e direitos.

Esta posição (excepto quanto à repulsa que é uma *emoção* - sendo as emoções uma característica intrínseca às pessoas físicas e que está absolutamente vedada, até em termos ontológicos, ao Estado/Legislator) é sustentada pela letra e pelo espírito da Lei (a intenção manifestada pelo Legislador).

De facto, o citado artº 437º do C.Civ. estipula que "... (se) as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma **alteração anormal**, tem a parte

113
J. G.

lesada direito à resolução do contrato ou à modificação dele segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela assumidas **afecte gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato** (destaques do subscritor).

Nada disto (nenhuma dessas circunstâncias) se verifica no caso dos autos - excepto que a Ré ficou lesada, mas isso é irrelevante para a decisão.

Improcede, portanto, também essa terceira excepção invocada pela Ré - e ao mesmo tempo e concomitantemente, o terceiro dos pedidos por si formulados em reconvenção.

4.5. Ou seja e em conclusão, o valor total do capital em dívida a prestar pela Ré à A. nestes autos é o peticionado pela A. no seu articulado inicial.

4.6. Finalmente, definidos que estão os parâmetros de fixação do valor do montante a prestar pela Ré à A. nestes autos, tratando-se de uma obrigação pecuniária, como ocorre na situação "sub judice", a esse montante a fixar na fase de execução de sentença acrescerá uma indemnização correspondente aos juros moratórios a contar do dia da constituição em mora - **que em abstracto poderão ser os legais ou contratuais, sem prejuízo de as partes poderem estabelecer entre si cláusulas penais e da possibilidade de exigir uma indemnização suplementar - esta nos casos previstos na Lei - mas que neste caso só poderão ser os legais (artºs 806º nºs 1, 2 e 3, 805º, 810º, 811º e 829ºA do C.Civ.) - e neste caso só poderão ser os legais, porque nada ficou expressamente estipulado por escrito no que respeita à fixação da taxa de juro a praticar em caso de mora por parte do devedor - aqui a Ré. E os juros de mora só se vencerão (aliás como bem peticionado - artº 661º nº 1 do CPC) a partir da data da citação, a qual ocorreu em 95/06/23 (fls 12).**

No que respeita aos valores em causa nos autos a taxa de juros aplicável é a fixada supletivamente pelo Legislador para este tipo de situações (artºs 559º nºs 1 e 2 do C.Civ. e 102º, corpo e §§ 1º e 2º do C.Com., sem esquecer, para além das portarias nº 339/87 de 24 de Abril, nº 1167/95 de 23 de Setembro, nº 1171/95 de 25 de Setembro, 158/99 e 159/99, as duas últimas publicadas no DºRepª - 2ª série de 99/02/18, 262/99 e 263/99, ambas de 12 de Abril (e publicadas no DºRepª-1ª série de 99/04/12) , o DL nº 406A/78 de 15/12 - e Dec. Reg. nº 51/83 de 02/07 - o DL nº 32/89 de 25/01 e os Avisos do Banco de Portugal em especial o nº 7/93 de 1993/10/29).

Neste momento, sendo certo que a partir de 94/01/04 se encontram completamente liberalizadas as taxas de juros no comércio bancário - tendo deixado de existir taxas de referência - a taxa legal supletiva é, para os "... créditos de que (são)...titulares empresas comerciais, singulares ou colectivas...", ou melhor, continuou a ser a de 15% ao ano após a publicação da portaria nº 1167/95 de 23 de Setembro, vencendo-se os juros apenas à taxa de 12% ao ano após a data da entrada em vigor da portaria nº 262/99 de 12 de Abril (sendo a de 15% entre essas duas últimas datas), sendo para as demais pessoas a de 10% ao ano no período de tempo que decorreu entre a entrada em vigor da portaria nº 1171/95 e a entrada em vigor da portaria nº 263/99, passando a ser a de 7% após essa última data.

Ou seja, ao Legislador não interessa para o fim em causa a natureza da situação jurídica submetida à apreciação do Tribunal mas sim a qualidade do credor.

Ora, nestes autos está plenamente demonstrado que a A. é comerciante.

A taxa de juros aplicável é, portanto a de 15% ao ano no período de tempo que decorreu entre a data da citação da Ré e a data de entrada em vigor da portaria nº 262/99, passando a ser a de 12% ao ano após essa última data.

4.7. E assim se decidirá o pleito, sendo certo que *não se vislumbra* nos autos sinais de litigância de *má fé* por qualquer das partes, uma vez que o que sempre esteve em causa

115
[Handwritten signature]

foi a subsunção a ser feita de uma determinada realidade nos normativos legais aplicáveis.

**

5. Pelo exposto e em conclusão:

- vai a Ré condenada a pagar à A. a quantia de Esc. 3.416.496\$00, à qual acrescerão os juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento, devidos, desde a data da citação da Ré (95/06/23), à taxa de 15% ao ano no período de tempo que decorreu entre a data da citação da Ré e a data de entrada em vigor da portaria nº 262/99, passando a ser a de 12% ao ano após essa última data;
- vai a A. absolvida quanto a todos os pedidos formulados pela Ré.

Custas pela Ré, quer quanto à acção quer quanto à reconvenção.

Registe e notifique.

Lx. 99/09/01 (FÉRIAS JUDICIAIS -
Esparsos por muitos processos encontram-se relatos de iniciativas em que o ora Juiz do processo participou ao longo de 1998 e 1999, de percalços e incidentes que teve de suportar, de actividades especialmente intensas que teve que realizar em e por causa de processos vários, bem como de actos e outros muitos "eteceteras" que motivaram que, como nos presentes autos, certos despachos, todos com valor de sentença como este, não tivessem sido dados, passe o eufemismo, "*dentro do prazo*" - e o subscritor até poderia apresentar em seu favor alguns dados estatísticos abonatórios - todavia tal não faria diminuir quer a impaciência (*legítima impaciência, diga-se*) dos ora litigantes, quer o «amargo de boca» que significa, especialmente para quem é voluntarista como o subscritor o é, ter de **engolir** à força das nossas próprias fraquezas, o saber que os nossos **limites** - os limites da nossa capacidade física e anímica - estão àquem do que pensávamos... estão afinal bem próximos; "*time and tide wait for no man*" mas infelizmente as partes tiveram que esperar por esta

decisão - só elas (e os seus Ilustres Mandatários, como é natural) o lamentam mais do que o Juiz subscritor. O facto de neste processo o atraso ser tão significativo - a decisão é mais simples por causa disso, para que mais rapidamente se dirimido o litigio, oferecendo às partes (mais não seja, em primeira instância) uma solução do problema que motivou a apresentação do processo - mais torna devido, e calhar até impõe, o «acto de contrição» que esta exposição fundamentalmente significa - fraco consolo para as partes, talvez.).


(Eurico Reis)

guias - 26/04/2000

COMARCA DE LISBOA 1.ª VARA CÍVEL
26 ABR. 2000
Entrada N.º 6661 O OFICIAL DE JUSTIÇA

26 ABR. 2000
ENTRADA N.º O OFICIAL DE JUSTIÇA

121
juiz

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

1.ª Vara Cível

2.ª Secção

Proc. 299/95

127

Alegações da Apelante Mundiglobo Trading Comércio Internacional, S.A.:

Exmos. Senhores Juizes Desembargadores

Da omissão de pronúncia

Aliás douta sentença do Tribunal Cível de Lisboa limitou-se a abordar três questões a saber:

- Se a A., abusando da sua posição dominante, tornou impossível à R. exercer a sua liberdade de celebração e de estipulação de contratos
- Se pode ou não o contrato ser anulado por a vontade da R. estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio.
- Se é ou não possível reduzir o negócio nos termos peticionados em reconvenção.

E com base nessa análise das três excepções invocadas pela R., o M.mo Juiz salta para a completa procedência do pedido da A. (sem ao menos se debruçar sobre os factos constitutivos dos direitos invocados, como se verá infra ...).

Ora, a R. suscita na contestação as seguintes questões, além das abordadas pelo M.mo Juiz:

722
mur

37

Anulidade do contrato, por via do abuso de posição dominante e prática restritiva da concorrência, nos termos do compêndio normativo das cláusulas contratuais gerais.

A caracterização jurídica da carta da R. de 4/11/92 (a carta de denúncia do contrato) como carta de arguição de nulidade do contrato, com efeitos imediatos.

A consideração da denúncia como tendo sido feita com justa causa.

A consideração da cláusula contratual de pré-aviso mínimo de 6 meses como proibida, nos termos ainda do regime das cláusulas contratuais gerais, por consagrar prazo excessivo de denúncia.

Uma vez que o M.mo Juiz julgou procedente a acção e improcedente em toda a linha a contestação, impunha-se-lhe que analisasse toda a cadeia subsidiária de questões suscitadas na contestação.

Não tendo o M.mo Juiz procedido assim, verifica-se a nulidade de omissão de pronúncia prevista no artigo 668º nº 1 d) do Código de Processo Civil.

Da procedência das excepções

Do abuso da posição dominante e prática restritiva da concorrência

Salvo o devido respeito, também não pode a Recorrente concordar com a douta sentença recorrida no que respeita às excepções julgadas improcedentes.

123
ms

9

Começa o M.mo Juiz "a quo" por se pronunciar sobre a afectação da liberdade contratual da Recorrente, pela actuação em posição dominante da Recorrida, excepção invocada pela primeira.

Mas em bom rigor, tal facto foi pela Recorrente excepcionado em termos algo diversos.

Na verdade, o que a Recorrente alegou foi a actuação da Recorrida com abuso da posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência, de harmonia com o disposto nos artºs. 14º nº 1 e 13º nº 1 d) do D.L. 422/83, de 3 de Dezembro.

Excepção que deverá proceder, no entender da Recorrente, em face dos factos que resultaram como provados no processo, a saber:

Que a Recorrida pertence à multinacional Reuters e em Janeiro de 1992 detinha em Portugal uma posição dominante no sector de mercado em que actua (prestação, através de terminal de dados, de informação financeira e noticiosa em tempo real, por via de linha de dados própria) e que, na altura em que firmou o contrato com a Recorrente, vinha oferecendo os mesmos serviços "Commodities 2000" e "Commodities News" a empresas concorrentes da Recorrente, por preços inferiores aos praticados para com esta.

Factualidade que se subsume inequivocamente nos normativos legais supra referidos, onde se determina que a aplicação de condições discriminatórias de preço a prestações equivalentes é restritiva da concorrência quando praticada por uma empresa em abuso de posição dominante, tendo como efeito impedir, falsear ou restringir a concorrência.

7
Isto porque a diferença de custos da produção que resultou da prática, pela Recorrida, de diferentes preços (para o mesmo produto) relativamente a empresas concorrentes entre si não pode deixar de ter suscitado inevitável reflexo nos preços finais de mercado dos seus produtos.

Verificados todos os pressupostos pela lei exigidos, nada mais terá a Recorrente de provar para que seja tido como nulo o acordo pelas partes celebrado, em conformidade com o disposto no nº 3 do art. 13º do diploma legal supracitado.

Da anulabilidade do contrato por a vontade da R. estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio

No tocante à questão da anulabilidade do contrato por a vontade da Recorrente estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio, também a Recorrente terá de discordar do entendimento do M.mo Juiz "a quo".

O elemento sobre o qual incidiu o erro no caso dos autos não foi, como refere a douta sentença, o conhecimento pela Recorrente da possibilidade de discutir e fazer variar os preços a pagar, mas sim o preço, estando a Recorrente sinceramente convencida de que o preço proposto era o preço por que a Recorrida comercializava em Portugal os serviços em causa.

Ora, sendo o preço, indubitavelmente, um elemento essencial para a formação da vontade de contratar, também não restarão dúvidas quanto à inevitabilidade do conhecimento pela Recorrida de tal essencialidade, não sendo de crer que estivesse a Recorrida ingenuamente convencida de que, encontrando-se a Recorrente ciente da possibilidade de pagar menos, não se importasse de pagar mais.

37

E se a Recorrente não discutiu o preço, procurando acordar um valor inferior, tal facto prova não somente a sincera convicção da Recorrente de serem esses os preços uniformemente praticados pela Recorrida em Portugal.

O que mais se compreende, atentos outros dois aspectos, a saber: a posição dominante pela Recorrida ocupada no mercado e o próprio conteúdo do contrato por esta proposto, constituído quase todo ele por cláusulas contratuais gerais, que, tal como são definidas no art. 1º do D.L. 446/85, são cláusulas elaboradas de antemão, que os destinatários se limitam a aceitar.

Portanto o exposto, entende a Recorrente dever ser anulado o contrato "sub judice", nos termos do disposto nos artºs. 251º e 247º do C. Civil.

Da possibilidade de redução do negócio nos termos peticionados em reconvenção

Terminou a douda sentença concluindo pela impossibilidade de redução da cláusula do preço do contrato, por alegadamente não se verificarem no caso dos autos os pressupostos a que alude o art. 437º C. Civil.

Presume a Recorrente que a consideração de tal normativo legal na questão em apreço – tendo antes a Recorrente suscitado a aplicação do art. 292º C. Civil – resulta da aplicação do art. 252º nº 2 do C. Civil, que faz remissão para o estatuído no art. 437º do C. Civil.

m

Não contesta a Recorrente a aplicação dos preceitos acima mencionados, pois, entendendo-se que o preço (elemento sobre o qual recaiu o erro) constitui a base do negócio celebrado, e verificando-se uma situação em que o declaratório, se não estivesse em erro, só negociaria em condições diferentes, não haverá mera redução, mas sim uma modificação qualitativa do negócio jurídico, tal como ensina o Prof. Oliveira Ascensão.

No que a Recorrente já não pode estar de acordo é com o entendimento de que não se verifica no caso dos autos nenhuma das circunstâncias previstas no art. 437º C. Civil, pois, como resulta de tudo o que vai dito e do que mais à frente se dirá, a exigência das obrigações assumidas pela Recorrente afecta gravemente os princípios da boa fé, no que toca à parte do preço que excede aquele que foi cobrado à concorrência, parte essa recebida indevidamente pela Recorrida e peticionada pela Recorrente em sede de Reconvensão.

Como resulta do art. 227º do C. Civil, que consagra a “culpa in contrahendo”, o dever de boa fé implica a existência de deveres de lealdade e informação pré-contratuais que, como salienta o Prof. Menezes Cordeiro, “adstringem as partes à prestação de todos os esclarecimentos necessários à conclusão honesta do negócio”.

Deveres esses que não foram pela Recorrida observados ao omitir o esclarecimento de um elemento essencial do negócio, a saber: que o preço em concreto oferecido era superior ao praticado com outras empresas (da concorrência), em Portugal.

9

Razões por que sempre deveria ter sido havida como procedente a redução do preço, seja por via do disposto no artigo 292º do Código Civil, seja por via do disposto no artigo 437º do mesmo Código, em razão, neste último caso, do sobredito princípio da boa fé.

Da improcedência da acção

Mas, mesmo que tudo o mais seja considerado improcedente, nunca a Recorrente poderia ser condenada na importância peticionada, como se demonstrará.

Na verdade, a A. não logrou provar os factos constitutivos dos direitos invocados.

Equacionar a questão, tal como se verte na petição inicial, é fácil:

- A A. assinou com a R. em 30/1/92 um contrato, segundo o qual se obrigou a prestar vários serviços, conforme vem descrito “no referido acordo” (artºs 1º e 2º da douda p.i.).
- Este acordo só deveria terminar em 30/1/94 (artº 3º da p.i.).
- A partir de 1 de Janeiro de 1993 a R. teria deixado de pagar à A. tais serviços (artº 4º da p.i.).
- A A. continuou a considerar o contrato como válido até ao dia 8/11/93, data em que rescindiu o contrato (artigo 6º da p.i.).
- Até então a R. teria ficado a dever à A. “uma soma de Esc. 3.416.496\$00” (artigo 7º da p.i.).

A A. não explica, ao menos, como calculou a aludida “soma”, sendo certo que a R. fez inúmeros cálculos e jamais conseguiu apurar a sua lógica aritmética.

128
m
Mas é suposto que a R. reclama o pagamento dos tais serviços relativamente ao período de tempo compreendido entre 1/1/1993 e 8/11/93.

Diz a R., no artigo 35º da contestação, que a A. desligou todos os acessos do equipamento instalado naquela mesma R. logo em Janeiro de 1993.

Segundo a A., a mesma continuou a prestar o serviço até 8/11/93.

Estas afirmações antinómicas foram levadas ao questionário, tendo dado origem aos quesitos 3º B e 3º A, respectivamente.

O Tribunal Colectivo respondeu não provado a ambos.

Nestas circunstâncias, vale o ónus da prova !!!

Ora, a prestação dos serviços que a A. afirma ter realizado até 8/11/93 é facto constitutivo do direito que a mesma invoca (muito embora a aritmética de tal direito, tal como se quantifica na petição seja indecifrável).

De harmonia com o disposto no artigo 342º nº 1 do Código Civil, “àquele que invocar um direito cabe fazer a prova dos factos constitutivos do direito alegado”.

Como a A. não fez tal prova, a acção improcede rotunda e completamente.

729
m2

7

Saliente-se, ainda, que a R. deixou de utilizar os serviços e o equipamento da A., como resulta da resposta ao quesito 6º, razão por que, além do mais, a improcedência da acção é ainda a única solução materialmente justa.

Curioso seria observar que, mesmo a ter a A. feito a prova – que não fez !! – dos factos constitutivos do invocado direito, ainda assim o pedido seria inteligível por não encontrar na causa de pedir “agasalho” bastante.

Conclusões:

- Não se tendo o M.mo Juiz “a quo” pronunciado sobre todas as questões pela Recorrente suscitadas em sede de contestação, verifica-se a nulidade da sentença, de harmonia com o disposto no art. 668º nº 1 d) do CPC.
- No que respeita à improcedência das excepções tidas em consideração pelo M.mo Juiz “a quo”, também não pode a Recorrente, salvo o devido respeito, concordar com a douta sentença recorrida.
- A Recorrida, ao oferecer à Recorrente os mesmos serviços por preço mais elevado do que o preço por si oferecido a empresas concorrentes da Recorrente, agiu com abuso de posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência tal como previsto nos artºs. 14º nº 1 e 13º nº 1 d) do D.L. 422/83 de 3 de Dezembro.

Verificando-se todos os pressupostos pela lei exigidos – a Recorrida, actuando em abuso da posição dominante, aplicou condições discriminatórias de preço a prestações equivalentes, o que afectou as condições de concorrência da Recorrente – deverá ser considerado nulo o contrato “sub judice”.

Caso assim se não entenda, o contrato sempre seria anulável, por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio – o preço – pois não poderia a Recorrida, inevitavelmente, ignorar da sua essencialidade para a Recorrente (251º e 247º C. Civil).

Ao que não obste o facto de a Recorrente não ter discutido o preço, o que prova, tão somente, a sincera convicção da Recorrente de serem esses os preços praticados pela Recorrida com os demais clientes, o que mais se compreenderá atentos outros dois aspectos, a saber: a posição dominante no mercado ocupada pela Recorrida e o próprio conteúdo do contrato por esta proposto, constituído quase todo ele por cláusulas contratuais gerais, que, tal como são definidas no art. 1º do D.L. 446/85, são cláusulas elaboradas de antemão, que os destinatários se limitam a aceitar.

Também não pode a Recorrente estar de acordo com a interpretação que a sentença faz ao aplicar o art. 437º do C. Civil ao caso dos autos, no sentido da impossibilidade de redução da cláusula do preço do contrato em apreço, por não se verificar nenhuma das circunstâncias nesse preceito previstas, pois que uma incontestavelmente se verificou: a exigência das obrigações assumidas pela Recorrente afecta gravemente os princípios da boa fé, no que toca à parte do preço que excede aquele que foi cobrado à concorrência, parte essa recebida indevidamente pela Recorrida e peticionada pela Recorrente em sede de Reconvenção.

731
ms

9

Finalmente, deve dizer-se ainda, que nunca a Recorrente poderia, de qualquer forma, ter sido condenada na importância peticionada, uma vez que a Recorrida não provou os factos constitutivos do direito invocado, ou seja, não provou que tenha continuado a prestar o seu serviço desde Janeiro de 1993 até 8/11/93 (Cfr. resposta ao quesito 3º B), sendo certo que tal era seu ónus, como flui do disposto no artigo 342º nº 1 do Código Civil, salientando-se, ademais, que a R. deixou de utilizar os serviços e o equipamento da A., como resulta da resposta ao quesito 6º.

De resto, ainda que a A. tivesse feito a prova dos factos constitutivos do direito invocado – e não fez !! – não se vê como poderia chegar-se aritmeticamente à “soma” peticionada, cuja expressão quantitativa é impossível aferir, por falta de pressupostos em sede de petição.

Ao decidir como decidiu, o M.mo Juiz violou designadamente o disposto nos artigos 668º nº 1 d) do Código de Processo Civil, 14º nº 1 e 13º nº 1 d) do D.L. 422/83, de 3 de Dezembro, 251º e 247º do Código Civil, 249º, 252º nº 2, 437º e 342º nº 1, também do Código Civil.

Nos termos e nos mais de direito, deve o presente recurso ser julgado procedente, julgando-se nula a douda sentença por omissão de pronúncia, com as legais consequências ou, quando assim não entenda, revogando-se a douda sentença recorrida e

julgando-se procedentes por provadas as excepções deduzidas pela Recorrente, com a consequente absolvição da R. do pedido ou, se assim não for entendido,

732
me

Julgando-se não provada e improcedente a acção e absolvendo-se a R. do pedido;

Em qualquer caso, julgando-se provada e procedente a Reconvenção, salvo no que respeita à importância de Esc. 84.913\$00 referente ao serviço de "quotes" do "Chicago Mercantile Exchange" (dada a resposta de "não provado" aos quesitos 7º e 8º), condenando-se a Recorrida a pagar ao Recorrente a importância de Esc. 1.569.898\$00, acrescida dos juros de mora vencidos desde 11/12/92, como é de

JUSTIÇA!

Junta: cópia legal

O ADVOGADO



JORGE ESTIMA

ADVOGADO - Céd. 4345

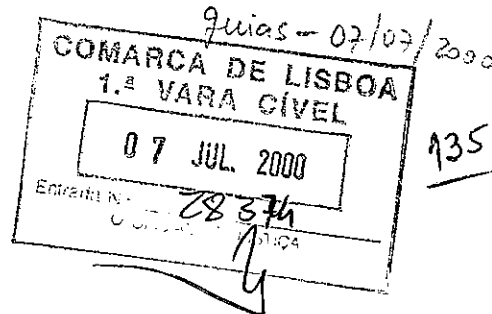
Cont. N.º 114 038 830 Lisboa - 12.ª Rep.

Rua Alexandre Herculano, 40 - 2.º Esq.

Tel. 3554406 - Fax 3151485 - 1250 LISBOA

Procº 299/95

2ª Secção



Exmo. Senhor

Juiz de Direito da 1ª Vara

Cível do Tribunal Judicial da

Comarca de Lisboa

REUTER PORTUGUESA, Lda., Apelada no processo à margem
referenciado vem por este meio apresentar as suas alegações:

Exmos. Senhores Juízes Desembargadores

Da invocada omissão de pronúncia

Contrariamente ao referido pela Apelante nas suas alegações, não enferma a decisão recorrida de vício de omissão de pronúncia, subsumindo-se na verdade os três primeiros aspectos invocados pela Apelante nas questões analisadas e *julgadas* na decisão recorrida (pontos 4.1. e 4.2. da sentença recorrida).

A última questão relativamente à qual é invocada a omissão de pronúncia é especificamente tratada no ponto 4.3. da sentença recorrida.

Inexiste assim a nulidade invocada pela Apelante.

Da procedência das excepções invocadas pela Apelante

Do alegado abuso da posição dominante e prática restritiva da concorrência

Improcede igualmente, a aplicação do Direito aos factos feita pela Apelante relativamente a esta questão.

Improcede desde logo porque, conforme resulta dos factos provados e foi concluído na decisão recorrida, não procedeu nunca a ora Recorrida com abuso de posição dominante, pelo que não terá aplicação o que dispunha o artº14º nº1 do Decreto-Lei 422/83 de 3/12.

Acresce ainda não ter sido provado (nem o poder ser, dado não corresponder à verdade) que haja em qualquer momento a Recorrida “aplicado, sistemática ou ocasionalmente, condições discriminatórias de preço ou outras em prestações equivalentes”, não se podendo aqui confundir, conforme tenta a Apelante, condições **diferentes** com condições **discriminatórias**.

Tendo ficado efectivamente provado que à data da celebração do contrato com a Apelante a Recorrida **prestava** (e não oferecia conforme escreva a Recorrida) os serviços “Commodities 2000” e “Commodities News” às empresas “Conagra Internacional, Lda.” e “Sociedade Portuguesa de Fretamentos, S.A.”, que exercem actividade económica na área das “commodities” (não tendo sido provado contrariamente ao que escreve a Apelante, que sejam as mesmas suas concorrentes), a preços inferiores àqueles que acordou consigo, tal facto não se subsume à pretendida aplicação de condições discriminatórias.

Na verdade nada impede qualquer prestador de serviços de, por sua iniciativa, aumentar o preço dos seus serviços. E isso não é possível relativamente aos clientes com quem já se fixou preços, que teriam de dar o seu acordo para tal aumento. Caso se pretenda aumentar os preços dos serviços por si prestados, terá tal aumento necessariamente de ser acordado para o futuro e com os seus novos clientes.

Pretender o contrario, equivaleria a dizer que uma vez firmado um acordo de prestação de serviços por determinado prestador, o mesmo nunca poderia relativamente a outros contratos que viesse a celebrar aumentar os preços por si praticados nesse contrato inicial, o que é absurdo.

Nada ficou assim provado relativamente à alegada aplicação de condições discriminatórias por parte da Recorrida.

Nada ficou igualmente provado de onde se possa inferir a prática pela Apelante de qualquer acto que tivesse por objecto ou efeito impedir, falsear ou restringir a concorrência.

Assim não procede a excepção alegada pela Apelante.

Da alegada anulabilidade do contrato por a vontade da R. estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio

Alega a Apelante que ter a sua vontade viciada por erro quanto ao preço.

No entanto, e como facilmente se comprova pelas alegações da própria Apelante, esta estaria eventualmente em erro quanto ao preço de *outros* contratos celebrados pela Recorrida com terceiros, não quanto ao preço do seu próprio contrato.

Ora o erro quanto aos negócios celebrados com terceiros não podem releva para efeitos de vício da vontade da ora Apelante.

É evidente que a Recorrida não estava "ingenuamente convencida" e que, quem pode pagar menos prefere pagar mais,

No entanto, não pode a Apelante estar também ingenuamente pensar que é dever da parte que cobra o preço informar a contraparte de todos os preços que anteriormente praticou em todos os contratos que celebrou com terceiros.

Nem pode a Recorrida ingenuamente pensar que os preços têm de se manter fixos, ou seja, não aumentar, *ad eternum*.

Nestes termos é improcedente a alegação de que a Apelante tinha a sua vontade viciada quanto ao preço do contrato que celebrou, pelas suas alegações apenas se conclui que, eventualmente poderia estar em erro quanto ao preço cobrado em contratos dos quais não é nem nunca foi parte e que, como tal, não lhe respeitam.

Da alegada possibilidade de redução do negócio nos termos peticionados em reconvenção

Os deveres de informação e lealdade pré-contratuais que o artigo 227º do Código Civil impõe respeitam, obviamente, ao negócio que está a ser discutido pelas partes e não a negócios que uma das partes tenha em tempos celebrado com terceiros.

Nestes termos, remete-se para o acima exposto e desde já se nega que tenha havido, da parte da Recorrida, qualquer violação dos deveres impostos pelo mencionado preceito.

Os princípios da certeza e segurança jurídica são pilares constitutivos de todo o nosso sistema judicial.

Assim sendo, mecanismos como a redução do negócio jurídico estabelecida no artigo 292º do Código Civil são obviamente excepcionais e só podem ser aplicados quando valores equivalentes aos acima mencionados o imponham.

É absolutamente impensável que, sempre que uma das partes de um contrato se sinta insatisfeita com o mesmo, possa por seu livre arbítrio solicitar a sua redução.

Como acima se referiu e como ficou provado na sentença recorrida, a ora Recorrida não violou qualquer dever de boa-fé, nem qualquer outro imperativo legal pelo que não pode ver um contrato por si celebrado reduzido só porque a ora Apelante pensa que "podia ter feito melhor negócio".

Não pode também a Apelante alegar o artigo 437º do Código Civil pois não houve qualquer alteração anormal das circunstâncias.

De facto, os anteriores contratos celebrados pela Recorrida e nos quais a Apelante se baseia para dizer que a sua vontade estava viciada, já existiam.

No entanto e como se disse acima, a Recorrida não tem obrigação de, cada vez que celebra um contrato, informar a contraparte das condições de todos os negócios que celebrou desde que iniciou a sua actividade.

Efectivamente, e tal como já referimos, os preços sobem e tal é uma característica própria do mercado, contra a qual a Recorrida não pode usar o mecanismo da redução contratual.

Da alegada improcedência da acção

Alega a Apelante que cabe à Recorrida o ónus da prova de que prestou efectivamente os serviços a que se tinha comprometido até 8 de Novembro de 1993, invocando para tal o artigo 342º nº1 do Código Civil.

Ora tal preceito tem mais números, e o seu nº 2 diz que *“a prova dos factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito invocado compete àquele contra quem a invocação é feita”*.

Ora, no caso concreto, existia um contrato entre ambas as partes, que previa a prestação de serviços por parte da Recorrida até 30/1/94, salvo a eventualidade de uma das partes pôr termo ao mesmo, mediante comunicação escrita dirigida à outra parte com uma antecedência mínima de seis meses relativamente à data da pretendida cessação dos efeitos do contrato

141

Nestes termos, e a menos que seja produzida prova em contrário, é lícito presumir que tais serviços foram prestados.

De facto, o receito aplicável a esta situação em concreto é o referido nº2 do artigo 342º ou seja, é a Apelante que vem invocar factos "*extintivos do direito invocado*", pelo que é à Apelante que cabe o ónus da prova.

Como a Apelante não fez tal prova, a sua alegação deve improceder.

CONCLUSÕES

I - A decisão de recorrida não enferma do vício de omissão de pronúncia subsumindo-se os três primeiros aspectos invocados pela Apelante nas questões analisadas e *julgadas* na decisão recorrida (pontos 4.1. e 4.2. da sentença recorrida);

II - Resulta claramente dos factos provados, e foi igualmente concluído na decisão recorrida, que não houve, por parte da Recorrida, qualquer abuso de posição dominante;

III - Condições diferentes e condições discriminatórias são realidades completamente diferentes, não podendo as mesmas ser confundidas; assim, nada ficou assim provado relativamente à alegada aplicação de condições discriminatórias por parte da Recorrida.

IV - Nada impede qualquer prestador de serviços de, por sua iniciativa aumentar o preço dos seus serviços e tal será feito relativamente a novos

Clientes pois, no que se refere aos antigos, estes teriam de dar o seu acordo relativamente a tal aumento;

V - Ora o erro quanto aos negócios celebrados com terceiros não podem relevar para efeitos de vício da vontade da parte contratante, ora a Apelante sempre soube qual era o preço do contrato que ia assinar;

VI - Os mecanismos de redução do negócio jurídico são excepcionais e, é impensável que, sempre que uma das partes de um contrato se sinta insatisfeita com o mesmo, possa solicitar a sua redução;

VII - Não houve qualquer alteração anormal das circunstâncias, pelo que o artigo 437º do Código Civil pois não aplicação neste caso;

VIII - É a Apelante que vem invocar factos "*extintivos do direito invocado*", pelo que é a esta que cabe o ónus da prova;

Termos em que, deve ser confirmada a decisão ora recorrida, mantida a condenação da Ré ora Apelante nos termos aí exarados, sendo declarado improcedente o presente recurso, pois só assim se fará a costumada

Justiça

Junta: Duplicados Legais

O ADVOGADO

Francisco José

FRANCISCO BRITO E ABREU
ADVOGADO
Prof. n.º 11455
1500 - 2.º Bairro Floren
Ave Folque, 2 - 4.º
121 LISBOA
advog@mail.telepac.pt
82 68 - Fax 21 314 74 91



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

28
150

Acordam no Tribunal da Relação de Lisboa:

1.

Reuter Portuguesa L.^{da} demandou, no 1º Juízo Cível de Lisboa, Mundiglobo Trading, S. A., pedindo a condenação da ré no pagamento da quantia de Esc. 416.496\$00, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento.

E fê-lo, alegando que celebrou com a ré um contrato de fornecimento dos serviços discriminados na petição inicial, que lhe prestou, sem que a ré tenha pago o preço contratualmente acordado como contrapartida por essa prestação.

Contestou a ré, alegando que, quando “fechou o negócio” com a autora, estava perfeitamente convencida de que o preço proposto era aquele por que a autora comercializava em Portugal os serviços em causa e, por sua vez, a autora bem sabia que essa convicção da ré era essencial para a formação da vontade de contratar por banda desta, pois a autora tinha perfeito conhecimento de que a ré, se soubesse serem os mesmos serviços fornecidos por preços inferiores aos praticados para outros clientes, não celebraria o aludido contrato.

Acrescenta que a autora, ao oferecer à ré bens e serviços por preço mais elevado do que o preço de bens e serviços equivalentes oferecidos a terceiros, agiu com abuso de posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência.

Requer, assim, a sua absolvição quanto ao pedido formulado na petição inicial e, com esses fundamentos, pede em reconvenção que seja declarado nulo o aludido contrato de fornecimento de serviços, por o mesmo ter sido celebrado em situação de abuso de posição dominante, com violação dos princípios da concorrência leal, ou, em

Apelação 3801-2001

1



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

28
151

alternativa, se esse pedido improceder, que seja esse mesmo contrato declarado nulo, pela vontade da ré estar viciada por erro, ou que o sejam, pelo menos, as cláusulas respeitantes à vigência e ao modo de denúncia do contrato e ao preço dos serviços prestados, ou ainda, sempre em alternativa, se esse pedido for igualmente declarado improcedente, sejam as apontadas cláusulas reduzidas aos seus justos limites.

A autora replicou, pugnando pela improcedência quer das excepções suscitadas quer dos vários pedidos (alternativos) reconventionais, sustentando a nulidade do pedido que formulou em juízo na sua petição inicial.

Foi proferido despacho saneador e elaborados a especificação e questionário, tendo sido decididas as reclamações suscitadas, conforme despacho de fls. 58 e 59.

Procedeu-se depois a julgamento, tendo a acção sido julgada procedente e, em consequência, condenada a ré a pagar à autora a quantia de Esc. 3.416.496\$00, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento, devidos, desde a data da citação da ré (23/06/95), à taxa de 15% ao ano no período de tempo que decorreu entre a data da citação da ré e a data de entrada em vigor da portaria n.º 262/99, passando a ser a de 12% ao ano após essa última data.

Ao invés, foi julgada improcedente a reconvenção e, em consequência, absolvida a autora quanto a todos os pedidos formulados pela ré.

Inconformada com a sentença, apelou a ré, finalizando a alegação, com as seguintes conclusões:

1ª- Não se tendo o Exc.^{mo} Juiz pronunciado sobre todas as questões suscitadas pela recorrente em sede de contestação, verifica-se a nulidade da sentença de harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 668º CPC.

2ª- A recorrida, ao oferecer à recorrente os mesmos serviços por preço mais elevado do que o preço por si oferecido a empresas concorrentes da recorrente, agiu com abuso de posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência, tal como previsto nos artigos 14º, n.º 1 e 13º, n.º 1, alínea d) do DL 422/83 de 3 de Dezembro.



352

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

3ª- A recorrida, actuando em abuso da posição dominante, aplicou condições discriminatórias de preço a prestações equivalentes, o que afectou as condições de concorrência da recorrente.

Assim, verificando-se todos os pressupostos pela lei exigidos, deverá ser considerado nulo o contrato "sub judice".

4ª- Caso assim se não entenda, o contrato sempre seria anulável, por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio – o preço – pois não poderia a recorrida, inevitavelmente, ignorar da sua essencialidade para a recorrente (artigos 247º CC).

5ª- Ao que não obsta o facto de a recorrente não ter discutido o preço, o que prova, tão somente, a sincera convicção da recorrente de serem esses os preços praticados pela recorrida com os demais clientes, o que mais se compreenderá, atentos outros dois aspectos: a posição dominante no mercado ocupado pela recorrida e o próprio conteúdo do contrato por esta proposto, constituído quase todo ele por cláusulas contratuais gerais, ou seja, cláusulas elaboradas de antemão que os destinatários se limitam a aceitar.

6ª- Também não pode a recorrente estar de acordo com a interpretação que a sentença faz ao aplicar o artigo 437º do CC ao caso dos autos, no sentido da impossibilidade de redução da cláusula do preço do contrato em apreço, por não se verificar nenhuma das circunstâncias nesse preceito previstas, pois que uma incontestavelmente se verificou: a exigência das obrigações assumidas pela recorrente afecta gravemente os princípios da boa fé, no que toca à parte do preço que excede aquele que foi cobrado à concorrência, parte essa indevidamente recebida pela recorrida e peticionada pela recorrente em sede de reconvenção.

7ª- Nunca a recorrente poderia, de qualquer forma, ter sido condenada na importância peticionada, uma vez que a recorrida não provou os factos constitutivos do direito invocado, ou seja, não provou que tenha continuado a prestar o seu serviço desde Janeiro de 1993 até 8 de Novembro de 1993 (cfr. resposta ao quesito 3º B), sendo certo que tal era o seu ónus, salientando-se, ademais, que a ré deixou de utilizar os serviços e o equipamento da autora (cfr. resposta ao quesito 6º).

8ª- De resto, ainda que a autora tivesse feito a prova dos factos constitutivos do direito invocado, não se vê como poderia chegar-se aritmeticamente à soma

Apelação 3801-2001



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

78
353

acionada, cuja expressão quantitativa é impossível aferir, por falta de pressupostos de sede de petição inicial.

9ª- Ao decidir, como decidiu, a sentença violou designadamente o disposto nos artigos 668º, n.º 1, alínea d) CPC, 14º, n.º 1 e 13º, n.º 1, alínea d) do DL 422/83, de 3 Dezembro, 251º e 247º CC, 249º, 252º, n.º 2, 437º e 342º, n.º 1 também do CC.

A recorrida contra – alegou, no sentido de ser confirmada a sentença, mantendo-se a condenação da ré ora apelante.

Colhidos os vistos, cabe decidir:

2.

São os seguintes os factos dados como provados na 1ª instância, em resultado da matéria especificada e das respostas aos quesitos:

1º- A autora assinou com a ré, no dia 30 de Janeiro de 1992, um contrato composto de três páginas (contrato principal e dois aditamentos de serviço adicional, que anexos), cuja cópia constitui fls. 4 a 7 e que aqui se reproduz, nos termos do qual a autora se comprometia a prestar determinados serviços à ré, conforme vem descrito no referido acordo, devendo os efeitos do mesmo terminar no dia 30 de Janeiro de 1994, caso uma das partes não tivesse previamente posto termo à relação enviando à outra comunicação escrita com uma antecedência de seis meses.

2º- A partir da data de 1 de Janeiro de 1993, portanto em plena vigência do contrato, a ré deixou de pagar pelos serviços que vinha auferindo e, múltiplas vezes interpelada para pagar, nunca quis efectuar qualquer pagamento, mas a autora continuou a considerar o contrato como sendo válido até ao dia 8 de Novembro de 1993, data em que rescindiu o contrato.

3º- A ré assinou o aludido contrato quando este se encontrava preenchido e, pelo mesmo, obrigou-se a autora a fornecer à ré, entre outros, os serviços “Commodities 2000” e “Commodities News”, pelo preço de ECU 1.145 mensais (cerca de esc. 200.833\$00) e de ECU 350 mensais (cerca de Esc. 61.390\$00), respectivamente.

4º- O sistema veio a ser posto em funcionamento algum tempo depois, tendo a autora reportado a 19/03/1992 a respectiva facturação.

4

Apelação 3801-2001



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

no
354

5º- Por carta de 4/11/1992, cuja cópia constitui fls. 21 e 22 e que aqui se dá integralmente reproduzida, a ré comunicou à autora que denunciava o contrato celebrado com aquela em 30 de Janeiro de 1992.

6º- A ré, depois, emitiu mesmo e enviou à autora a nota de débito n.º 0109, de 31/12/92, no valor de Esc. 1.353.360\$00 + 216.538\$00 de IVA, ou seja, no valor total de Esc. 1.569.898\$00, correspondente a tais diferenças, considerando que então a taxa ECU/Escudo era de 1.181\$00 e exigiu ainda a ré, naquela carta de 4/11/1992, que a autora retirasse das suas (dela ré) instalações o seu (desta) equipamento, até 31 de Dezembro de 1992, e que a autora corrigisse em conformidade as facturas do trimestre então corrente.

7º- A ré emitiu e enviou à autora a nota de débito n.º 0134, de 31/12/92, no valor de Esc. 84.913\$00, (73.201\$00 + IVA), relativa às tarifas do "CME".

8º- Em 18 de Dezembro de 1992, a autora escreveu à ré, dizendo, entre outras coisas, que "...ainda de acordo com o estipulado contratualmente, a data efectiva de cessamento do equipamento e serviços instalados e, portanto, de cessação da respectiva facturação é o dia 11 de Novembro de 1993".

9º- A ré encomendou à autora, em 15/06/1993, o serviço "Reuters Portuguese Domestic Service", a título de experiência, pedindo a ligação do equipamento ainda existente nas suas instalações, tendo a autora que enviar técnicos às instalações da ré para ligar o equipamento.

10º- A autora é uma empresa que pertence à multinacional REUTERS e, em Janeiro de 1992, detinha, em Portugal, uma posição dominante no mercado de informação, através de terminal de dados, de informação financeira e noticiosa em tempo real, por via de linha de dados próprios.

11º- Quando celebrou com a autora o contrato referido sob o n.º 1, a ré estava convencida de que o preço indicado nesse acordo era o preço por que a autora comercializava em Portugal os serviços em causa.

12º- A autora enviou à ré, em 8/07/1992, a carta cuja cópia constitui fls. 81 a 82 e que aqui se reproduz, pela qual a primeira comunicou à segunda que baixava, a partir de 1/01/93, para ECU 860 mensais o preço do serviço "Commodities 2000" e que o serviço "Commodities News" passava a integrar o primeiro sem aumento do preço a pagar pela prestação desse serviço.

Relação 3801-2001



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

28
155

13º- Depois de ter celebrado o contrato referido sob o n.º 1, a ré tomou conhecimento que a autora, na altura em que firmou esse contrato, (Janeiro de 1992), fornecendo o mesmo serviço "Commodities 2000", pelo menos, às empresas Conagra International – Comércio de Produtos Agro – Alimentares, L.^{da}, (com instalações na Avenida Conde de Valbom, n.º 6 – 5º, em Lisboa) e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, S. A", (com instalações na Rua de S. Domingos à Lapa, n.º 1/c, em Lisboa) e ainda o "Commodities News" à "Sociedade portuguesa de Fretamentos, S. A" pelos preços, em ECU's, referidos nos documentos de fls. 41 a 46, e aqui se reproduzem, preços esses inferiores aos praticados para com a ré.

14º- A ré e as firmas "Conagra International L.^{da}" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos S. A" exercem actividade económica na área do comércio de "commodities", designadamente, cereais, oleaginosas e derivados.

15º- Depois de ter actuado como referido sob os n.ºs 5 e 6, a ré deixou de utilizar os serviços e o equipamento da autora.

16º- A ré enviou à autora, em 18/11/92, a carta cuja cópia constitui fls. 24 e 25, que aqui se reproduz, exigindo o reembolso de tarifas alegadamente até então pagas, relativas ao serviço de "quotas" da "Chicago Mercantile Exchange", reembolso para a autora negou ser devido".

17º- A ré é uma empresa que se dedica ao comércio de "commodities".

Esta factualidade, que não se mostra atacada em sede de recurso, tem-se como definitivamente assente, dado que não há motivo para a alterar, nos termos do artigo 12º, n.º 1 do CPC.

2.1.

Por outro lado, mostrando-se o objecto do recurso delimitado pelas conclusões do apelante (artigos 684º, n.º 3 e 690º, n.º 1 do CPC), as questões que se colocam são as mesmas que já foram objecto de apreciação na sentença, salvo a nulidade da sentença por omissão de pronúncia.

Assim, interessa saber se o tribunal deixou de resolver alguma das questões que a ré tenha submetido à sua apreciação e, depois disso, decidir se o contrato de prestação de serviços firmado entre a autora e a ré é ou não válido por a autora actuar ilegalmente em posição excessivamente dominante, violando o princípio da não discriminação 3801-2001



28 156

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

idade contratual, sendo no caso concreto afectada a liberdade negocial da ré ou se de ser declarado nulo ou anulado por a vontade da ré estar viciada por erro quanto a elemento essencial do negócio ou, pelo menos, reduzido aos seus justos limites.

Caso se entenda que afinal o contrato é válido, apreciar-se-á se a ré incumpriu não o acordado e, a haver esse incumprimento invocado pela autora, decidir-se-á os efeitos decorrentes para as partes em virtude desse facto.

3.

O tribunal deve resolver todas as questões que as partes tenham submetido à apreciação, exceptuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada outras (artigo 660º, n.º 2 CPC).

A nulidade de omissão de pronúncia prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 3º CPC traduz-se afinal no incumprimento, por parte do julgador, do dever prescrito no n.º 2 do aludido artigo 660º CPC.

Assim a omissão de pronúncia só se verifica quando o juiz deixa de se pronunciar sobre questões que lhe foram submetidas pelas partes ou de que deva conhecer oficiosamente, entendendo-se por questões os problemas concretos a decidir não simples argumentos ou razões jurídicas invocadas pelas partes.

Daí que o tribunal deva examinar a matéria de facto alegada pelas partes e analisar todos os pedidos formulados por elas, com excepção apenas das matérias ou pedidos que forem juridicamente irrelevantes ou cuja apreciação se torne inútil pelo enquadramento jurídico ou pela resposta fornecida a outras questões.

Dado que a ré submeteu, afinal, à reapreciação da Relação todas as questões que havia suscitado na 1ª instância, procuraremos reanalisá-las, sem deixar de nos guiar, nesse enquadramento lógico, às questões sobre as quais a sentença se não haja previamente pronunciado, suprimindo, se necessário, esse eventual incumprimento por parte do aludido julgador da aludida nulidade.

3.1.

Os factos que se consideram assentes nos autos evidenciam que, no exercício da sua liberdade contratual, as partes celebraram, em 30/01/1992, um contrato pelo qual a autora se obrigava a prestar à ré determinados serviços, mediante retribuição mensal entre elas livremente fixada, sendo, respectivamente, de 1.145 ECU's em



38 154

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

ção aos serviços designados "Commodities 2000" e de 350 ECU's em relação aos designados "Commodities News".

Foi ainda entre as partes livremente acordada a duração desse contrato até 30/01/94, salvo a eventualidade de uma das partes pôr termo ao mesmo, mediante comunicação escrita dirigida à outra parte com uma antecedência mínima de seis meses relativamente à data da pretendida cessação dos efeitos do contrato.

A retribuição mensal acordada entre as partes para os mencionados serviços foi posteriormente a ser, por iniciativa da autora, reduzida para ECU 860, redução que teria efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1993.

Como salienta a recorrida, "na ausência de reacção em contrário por parte da ré, deve-se-á considerar tal redução, em seu favor, aceite por mútuo consentimento das partes".

Veio posteriormente a ré comunicar à autora que denunciava o contrato, por alegadamente haver tomado conhecimento de que a autora praticava preços inferiores relativamente a estes serviços para com outros seus clientes, pretendendo ainda a ré que lhe fosse creditado o montante equivalente à diferença entre o que lhe foi facturado pela autora com base nos valores entre elas acordado e o que lhe seria facturado se houvessem sido entre elas acordados preços iguais aos que seriam praticados pela autora relativamente aos seus outros mencionados clientes.

Aqui chegados, importa analisar se a ré, quando enviou a carta de fls. 21/22 à autora, pretendia denunciar o contrato ou, antes, resolvê-lo.

Nos termos acordados, o contrato seria revalidado automaticamente por iguais períodos (de dois anos), excepto se fosse denunciado por qualquer das partes mediante carta registada com aviso de recepção, até seis meses antes do termo da vigência do contrato ou da prorrogação em vigor (cláusula 3ª), ou seja, o contrato renovar-se-ia por períodos sucessivos de dois anos, se nenhuma das partes o denunciasse no tempo e pela forma convencionados.

Ora "a denúncia é precisamente a declaração feita por um dos contraentes, em regra, com certa antecedência sobre o termo do período negocial em curso de que não



27 158

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

a renovação ou continuação do contrato renovável ou fixado por tempo determinado”¹.

Não foi porém isso o que aconteceu com a aludida carta de fls. 21/22 dos

os.

A ré não veio com aquela carta comunicar à autora a sua falta de interesse na renovação do contrato, a partir de Janeiro de 1994.

A ré veio, antes, comunicar-lhe que, a partir daquela data, o contrato se cessava a considerar como não celebrado, ou seja, comunicou-lhe que declarava extinto o contrato, pelo facto da autora praticar preços inferiores relativamente aos mesmos serviços para com outros seus clientes.

Nos termos do disposto no artigo 432º, n.º 1 do CC, o direito à resolução tanto pode resultar da lei, como da convenção das partes.

Assim, ao lado da resolução legal, em que o direito é conferido por lei a uma das partes, admite este artigo que, por convenção, se atribua a uma das partes ou a ambas delas o direito de resolver o contrato.

“Esta convenção pode coincidir com o próprio contrato. Normalmente é mesmo uma cláusula dele. Mas nada impede que seja objecto de um acordo posterior”².

Reportando-nos ao caso concreto, não logramos alcançar qualquer situação em que a lei confira à ré o direito de resolver o contrato nem os factos nos permitem concluir que as partes houvessem acordado no sentido de se atribuir à ré o direito de resolver o contrato.

A aludida carta não teve, pois, a virtualidade de fazer cessar o contrato que a autora havia firmado com a autora.

Tanto a denúncia como a resolução deixam incólume o contrato como acordo voluntades, apontando directamente para a relação contratual.

“O seu alvo imediato não está no acto negocial, mas nos efeitos que dele decorrem”³.

¹ Antunes Varela, Das Obrigações em geral, Vol. II, 7ª edição, pp. 281.

² Antunes Varela, Código Civil anotado, Vol. I, pp. 409.

³ Antunes Varela, Das Obrigações em geral, Vol. II, pp. 274.



28 359

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Por isso, ao contrário do pretendido pela ré, a denúncia do contrato, (ainda que desse existido, que não existiu), não se pode confundir com arguição de nulidade de contrato já que a nulidade, a anulação e a ineficácia são consideradas pela lei e pela doutrina como consequências dos defeitos ou vícios dos negócios jurídicos.

E, porque a declaração feita pela ré com a carta de 4/11/92 visou, como se viu, a resolução do contrato, não pode pretender-se que a mesma declaração substanciasse simultaneamente uma denúncia do contrato, ainda que, por mera hipótese, se considerasse nula a cláusula terceira do contrato por prever um prazo excessivo para vigência do contrato ou para a sua denúncia”.

3.2.

Pretende a recorrente que a autora, ao oferecer à ré bens e serviços por preço mais elevado do que o preço de bens e serviços equivalentes oferecidos a terceiros, agiu com abuso da posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência, sendo, por isso, nulo o contrato celebrado em a autora e a ré.

Será assim?

Além do mais, (cfr. artigo 13º do DL 422/83 de 3 de Dezembro, aplicável ao caso), “são também consideradas práticas restritivas da concorrência os abusos praticados por uma ou mais empresas dispondo de posição dominante no mercado nacional e que tenham por objecto ou como efeito impedir, falsear ou restringir a concorrência, adoptando, designadamente, a prática de aplicar, sistemática ou ocasionalmente, condições discriminatórias de preço ou outras em prestações equivalentes” (art. 14º, n.º1).

Nos termos do n.º 3 do art. 13º, são nulos os acordos e decisões que sejam considerados práticas restritivas da concorrência.

Esclarece, por sua vez, o n.º 1 do artigo 6º (sempre do citado diploma) que se consideram aplicação de preços ou de condições de venda discriminatória, entre outras, as práticas que, em relação a prestações equivalentes, se traduzam na aplicação de [...] diferentes modalidades de pagamento não justificadas por diferenças correspondentes no custo de fornecimento ou do serviço.

Relação 3801-2001



28 160

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Entende-se por prestações equivalentes aquelas que respeitem a bens ou serviços idênticos ou similares e que não defiram de maneira sensível nas características comerciais essenciais, nomeadamente naquelas que tenham repercussão nos correspondentes custos de produção ou de comercialização (art. 7º, 2º).

Não se consideram prestações equivalentes aquelas entre cujas datas de inclusão se tenha verificado uma alteração duradoura dos preços ou das condições de venda praticados pelo vendedor (art. 7º, n.º 2).

Entende-se, além do mais, que dispõe de posição dominante relativamente ao mercado de determinado bem ou serviço a empresa que actue num mercado no qual não sofre concorrência significativa ou assume preponderância relativamente aos seus concorrentes, [...] presumindo-se que se encontra nesta situação uma empresa que tenha no mercado nacional de determinado bem ou serviço uma participação igual ou superior a 30% (art. 14º, n.º 2, al. a) e n.º 3).

De acordo com as regras do ónus da prova (art. 342º, n.º 2 CC), incumbia á ré demonstrar se a autora ocupava uma posição dominante relativamente ao mercado de bens ou serviços prestados, nomeadamente, qual a percentagem de mercado ocupado pela autora.

Mesmo a admitir-se que a autora actuava num mercado no qual não sofria concorrência significativa ou assumia preponderância relativamente aos seus concorrentes, incumbia ainda á ré demonstrar não só que as mencionadas Conagra e Sociedade Portuguesa de Fretamentos eram concorrentes da ré mas também a equivalência do posicionamento em termos comerciais das relações mantidas entre, por um lado, a autora e as referidas Conagra e Sociedade Portuguesa de Fretamentos e, por outro, entre a autora e a ré.

Ora, não está provado nem sequer foi alegada matéria de facto que permita concluir se, na realidade, era objectivamente equivalente a situação da ré e das sociedades Conagra e Sociedade Portuguesa de Fretamentos, em termos comerciais, para a autora.

Só dessa maneira, se podia concluir, como refere a apelada, se os contratos em estas celebrados não diferiam de maneira sensível nas suas características.

Apelação 3801-2001



28/363

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

merciais essenciais do contrato celebrado com a ré, dadas as particularidades de forma daquelas outras sociedades.

Por outro lado, o facto de ter ficado provado que, à data da celebração do contrato com a ré, ora apelante, a autora prestava os serviços “Commodities 2000” e “Commodities News” às aludidas sociedades que exercem actividade económica na área das Commodities, não permite todavia concluir que as mesmas eram concorrentes da autora. Basta atentar à resposta restritiva dada ao quesito 5º.

Ficou também provado que, antes de prestar serviços à ré, a autora já prestava serviços às referidas sociedades.

Assim, o facto de prestar àquelas sociedades os serviços a preços inferiores aos que acordou com a ré não permite concluir, atendendo a que os contratos se realizaram em momentos diferentes, que a autora agia de forma discriminatória (cfr. art. 7º, n.º 2).

Com efeito, (se não é possível aumentar o preço dos serviços relativamente aos clientes com quem já se fixou preços, salvo se outro tiver sido o acordo entre as partes ou se os clientes nesse aumento consentirem), nada impede que qualquer prestador de serviços, por sua iniciativa, possa aumentar o preço dos seus serviços, relativamente a outros contratos celebrados em momentos ulteriores.

“Pretender o contrário, equivaleria a dizer que, uma vez firmado um acordo de prestação de serviços por determinado prestador, o mesmo nunca poderia relativamente a outros contratos que viesse a celebrar aumentar os preços por si estabelecidos nesse contrato inicial, o que seria um absurdo”, como refere a apelada.

Assim, ao contrário do pretendido pela ré, não se provou a alegada aplicação de condições discriminatórias por parte da recorrida nem quaisquer factos donde se podesse inferir a prática de qualquer acto que tivesse por objecto ou efeito impedir, lesar ou restringir a concorrência.

Improcede, pois, a alegada excepção do abuso da posição dominante e prática restritiva da concorrência, ficando, por isso, precludida a questão da arguida nulidade do contrato por via dessa excepção (cfr. art. 660º, n.º 1 CPC).

3.3.



Ms 62

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Tal como já havia feito na contestação, invoca, ainda, a apelante a anulabilidade do contrato celebrado com a autora por a vontade da ré estar viciada por quanto a um dos elementos essenciais do negócio, o preço.

Segundo a ré, haveria, in casu, conformidade entre a vontade real e a vontade declarada. Somente, a vontade real ter-se-ia formado em consequência do erro sofrido pelo declarante.

Se não fosse ele, não teria a ré pretendido celebrar o negócio, pelo menos, nos termos em que o efectuou.

O erro teria, assim, recaído sobre o objecto do negócio, o que determinaria a anulabilidade.

Cremos não assistir razão à recorrente.

É certo que o erro que atinja os motivos determinantes da vontade, quando se refere, nomeadamente, ao objecto do negócio, torna este anulável nos termos do artigo 247º CC (cfr. art. 251º CC).

O acto é, assim, anulável e não nulo e a anulabilidade depende de o destinatário da declaração conhecer a essencialidade para o declarante do elemento sobre que incidiu o erro (cfr. art. 247º CC).

In casu, seria anulável a declaração se a autora conhecesse ou devesse conhecer que a ré só pelos preços que haviam sido fixados à Conagra e à Sociedade Portuguesa de Fretamentos realizaria o negócio.

Se a autora contratou convencida de que a ré não deixaria de realizar o contrato pelo preço acordado e não tivesse obrigação de conhecer a verdade, o acto não pode ser anulado.

Ora não ficou provado que a autora, ao contratar, soubesse estar a ré convencida ser o preço acordado o melhor praticado por si, em Portugal ou sequer que esse elemento fosse então essencial para a ré.

É evidente que, quem pode pagar menos, não prefere pagar mais.

No entanto, não pode a apelante pensar que é dever da parte que cobra o preço informar a contraparte de todos os preços que anteriormente praticou em todos os



Ms 363

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

contratos que celebrou com terceiros, desde que iniciou a sua actividade nem pode pensar que os preços têm de se manter fixos ad aeternum.

Improcede assim a pretensão da ré de obter a anulação do contrato com o não comprovado fundamento de a vontade da ré estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio, o preço.

3.4.

Discorda a recorrente da interpretação que a sentença fez ao aplicar o artigo 37º CC ao caso dos autos, no sentido da impossibilidade de redução da cláusula do preço do contrato sub judice, por não se verificar nenhuma das circunstâncias nesse receito previstas.

É que, no entender da apelante, a exigência das obrigações assumidas pela recorrente afecta gravemente os princípios da boa fé, no que toca à parte do preço no que excede aquele que foi cobrado à concorrência, parte essa recebida indevidamente pela recorrida e peticionada pela recorrente, em reconvenção.

Analisando o artigo 437º CC, ensina o Prof. Antunes Varela que "a resolução ou modificação do contrato é admitida em termos propositadamente genéricos, para que, em cada caso, o tribunal, atendendo à boa fé e à base do negócio, possa conceder ou não a resolução ou modificação.

Alude a lei, no entanto, aos seguintes requisitos:

a)- Que haja alteração anormal das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar. É preciso que essas circunstâncias se tenham modificado. Esta providência não se confunde com a teoria do erro acerca das circunstâncias existentes à data do contrato, muito embora haja uma estreita afinidade entre elas (uma, relativa à base negocial objectiva; a outra, assente na base negocial subjectiva). E, além disso, é necessário que a alteração seja anormal.

b)- Que a exigência da obrigação à parte lesada afecte gravemente os princípios da boa fé contratual e não esteja coberta pelos riscos do negócio, como no caso de se tratar de um negócio por sua natureza aleatório"⁴.



Nº 364

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Reportando-nos aos factos provados, nada nos permite concluir que as circunstâncias existentes à data do contrato se tenham alterado e, além disso, que a verificação seja anormal.

Por outro lado, a recorrida não violou qualquer dever de boa fé, nem qualquer outro imperativo legal, pelo que não pode ver um contrato por si celebrado reduzido porque a apelante pensa que poderia ter realizado um melhor negócio.

É impensável que, sempre que uma das partes de um contrato se sinta insatisfeita com o mesmo, possa, por seu livre arbítrio, solicitar a sua redução, como alega a recorrida.

Aliás, os deveres de informação e de lealdade pré - contratual, que o artigo 227º CC impõe, respeitam ao negócio que está a ser discutido e não a negócios que uma das partes tenha, em tempos, celebrado com terceiros.

Improcede, pois, também esta excepção invocada pela ré.

3.5.

As partes celebraram livremente o contrato entre si e deveriam, nos termos do artigo 406º CC, cumpri-lo pontualmente até ao seu termo.

É assim improcedente a pretensão então formulada pela ré de lhe ser restituído parte do que havia prestado no âmbito do contrato que celebrou, carecendo de fundamento as notas de débito emitidas pela ré, no montante total de 1.569.898\$00, relativamente aos pagamentos por si efectuados pelos serviços "Commodities 2000" e "Commodities News" que lhe foram prestados pela autora.

Mantendo-se o contrato em vigor durante o ano de 1993, até ser resolvido pela autora, deveria a ré haver procedido ao pagamento das prestações a que estava obrigada no âmbito do mesmo.

Havendo a ré deixado de pagar as prestações acordadas, a partir de 1 de Janeiro de 1993, a autora resolveu o contrato, em 8 de Novembro de 1993, com base no incumprimento da ré.

Com efeito, havendo a autora interpelado a ré, por diversas vezes, para cumprir e não o havendo esta feito, foi considerado pela autora haver a ré incumprido definitivamente o contrato pelo que procedeu à sua resolução (cfr. artigo 808º CC).

Resultando provado nos autos que, à data da resolução do contrato, a ré devia à autora as prestações respeitantes ao período compreendido desde 1 de Janeiro de 1993.

Apelação 3801-2001



165

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

até 8 de Novembro de 1993, dívida esta que se mantém, não podia a ré ter sido condenada a pagar a importância correspondente às prestações mensais devidas pelos serviços prestados pela autora, acrescida dos respectivos juros de mora (cfr. artigos 798º e 799º CC).

O facto de a ré haver deixado de utilizar os serviços da autora, em data anterior à que o contrato veio a ser resolvido por esta, é totalmente irrelevante, pois, não fez, tal facto apenas a si se deve, uma vez que o terminal, que lhe havia sido cedido pela autora, permanecia nas suas instalações, não tendo esta vedado o acesso aos serviços contratados.

4.

Atendendo ao exposto, na improcedência da apelação, decide-se confirmar a sentença recorrida.

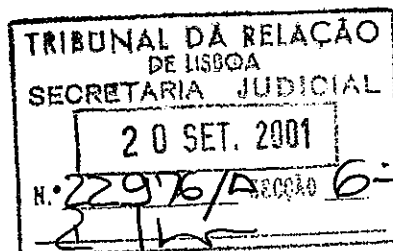
Custas pela apelante.

Lisboa, 24/05/2005

Granja da Fonseca

Alvito de Sousa

Martins Lopes



Tribunal da Relação de Lisboa

6ª Secção

Proc. 3801/01 – Apelação

Exmo Senhor Desembargador Relator

Mundiglobo Trading Comércio Internacional, SA, Recorrente nos autos supra referenciados, em que é Recorrida Reuter Portuguesa, Lda., vem apresentar as suas alegações de recurso.

Exmos Senhores Juízes Conselheiros

Vem a presente Revista interposta do douto acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que julgou improcedente a Apelação e confirmou a sentença recorrida.

Na verdade, a Recorrente entende que o douto acórdão recorrido fez errada aplicação do direito aos factos provados.

Quanto ao abuso da posição dominante e à prática restritiva da concorrência

Parece que a matéria de facto assente demonstra suficientemente que a Recorrida Reuter ocupa(va) no mercado português uma posição dominante.

A este respeito, cabe lembrar a resposta dada na 1ª instância ao quesito 5º: “provado que a Ré e as firmas “Conagra Internacional, Lda” e “Sociedade Portuguesa de Fretamentos, SA” exercem actividade económica na área do comércio de “Commodities” designadamente cereais, oleaginosas e derivados”.

Ociosos seria assim realçar que exercendo a Recorrida e aquelas duas sociedades a sobredita actividade económica, hão-de ter-se por concorrentes.

Do exposto resulta que procede a conclusão da Apelação atinente ao abuso de posição dominante e à prática restritiva da concorrência, tal como previsto nos artigos 14º nº 1 e 13º nº 1 d) do DL 422/83, de 3 de Dezembro.

Sendo nulo o contrato celebrado, por força do disposto no artigo 13º nº 3 do já referido diploma legal.

Da anulabilidade do contrato por a vontade da R. Recorrente estar viciada por erro.

Segundo o douto acórdão da Relação, “não pode a apelante pensar que é dever da parte que cobra o preço informar a contraparte de todos os preços que anteriormente praticou em todos os contratos que celebrou com terceiros ...”.

Salvo o devido respeito, não aplaudimos tal asserção.

Ficou demonstrado que, na altura em celebrou o contrato com a Recorrente, a Recorrida fornecia o mesmo serviço à Conagra e à Sociedade Portuguesa de Fretamentos a preço inferior.

E nunca a Recorrida Reuter se defendeu nos articulados, alegando que as outras duas sociedades eram clientes mais antigos ou outras quaisquer razões comerciais susceptíveis de permitir perceber a entorse dos preços oferecidos à Recorrente.

Ao contrário : a Recorrida veio negar essa prática discriminatória.

É assim que no artigo 7º da Réplica a aí A. afirma “contudo, a verdade é que é falso que a A. fornecesse a terceiros os serviços que prestou à Ré a preços inferiores e muito menos que tal sucedesse à data da celebração do contrato com a Ré”.

A Recorrida nunca tentou justificar, como se vê, a razoabilidade da discriminação da Recorrente ao nível dos preços. Defendeu-se mentindo, refugiando-se na afirmação de que não praticava preços diferentes.

Ora, a tese que vingou em julgamento foi a da R., como resulta do teor da resposta ao quesito 4º.

Ao contrário do que sugere o Tribunal da Relação, no mercado organizado (ao contrário do que sucede nas feiras e mercados populares), os comerciantes oferecem os seus produtos aos mesmo preço a todos os consumidores.

Se alguém for comprar uma televisão a uma loja de electrodomésticos, sabe seguramente que essa mesma televisão é vendida ao mesmo preço a quaisquer outras pessoas clientes da loja.

Por outro lado, quando os preços aumentam, a loja em causa pratica os novos preços em igualdade para todos os clientes.

Se isso é expectável duma simples loja de electrodomésticos, não se vê que possa esperar-se menos da multinacional Reuters.

É óbvio que a Recorrida Reuters não podia desconhecer a essencialidade dessa questão para a Recorrente.

O que se passa é que o seu agressivo "marketing" e a sua agressiva equipa de vendas iludiu a Recorrente, vendendo-lhe o mesmo produto a preço mais caro.

Do exposto resulta a procedência da conclusão, vertida na Apelação, referente à problemática da anulabilidade do negócio por erro (vide artigos 251º e 247º do C. Civil).

Da possibilidade de redução do negócio nos termos peticionados em reconvenção

Razões por que sempre deveria ter sido havida como procedente a redução do preço, seja por via do disposto no artigo 292º do Código Civil, seja por via do disposto no artigo 437º do mesmo Código, em razão, neste último caso, do sobredito princípio da boa fé.

Das considerações expendidas no acórdão em matéria de resolução do contrato

Insurge-se o acórdão recorrido contra o comportamento da Recorrente, que teria denunciado o contrato sem que ocorresse fundamento legal.

Conforme a Recorrente salientou na contestação, no capítulo 2º das razões de direito, “a denúncia do contrato pela carta da R. de 4/11/92, carta em que esta alegou precisamente tal prática, configura, no plano jurídico, arguição de nulidade do contrato”.

Na verdade, a natureza jurídica dos actos que as partes praticam é a que decorre da lei e não a que decorre do “nomen juris” que as mesmas invocam.

DA IMPROCEDÊNCIA DA ACÇÃO

Falta de prova dos fundamentos da acção

A A. não explica, ao menos, como calculou a aludida “soma de 3.416.496\$00”, referenciada no artigo 7º da p.i., sendo certo que a R. fez inúmeros cálculos e jamais conseguiu perceber a sua lógica aritmética.

Mas é suposto que a A. reclama o pagamento de tais serviços relativamente ao período de tempo compreendido entre 1 de Janeiro de 1993 e 8 de Novembro de 1993.

Diz a R., no artigo 35º da contestação, que a A. desligou todos os acessos do equipamento instalado naquela mesma R. logo em Janeiro de 1993.

Segundo a A., a mesma continuou a prestar o serviço até 8 de Novembro de 1993.

Estas afirmações antinómicas foram levadas ao questionário, tendo dado origem aos quesitos 3º B e 3º A, respectivamente.

O Tribunal Colectivo respondeu não provado a ambos.

Nestas circunstâncias, vale o ónus da prova!

A prestação de serviços invocada pela A. como tendo sido realizada até 8 de Novembro de 1993 é facto constitutivo do direito que a mesma invoca, muito embora a aritmética de tal direito, tal como se quantifica na petição, seja indecifrável.

De harmonia com o disposto no artigo 342º nº 1 do Código Civil, “àquele que invocar um direito cabe fazer a prova dos factos constitutivos do direito alegado”.

Prova que a A. não fez.

De resto essa é a única solução justa já que, como resulta da resposta ao quesito 6º, a R. deixou de utilizar os serviços e o equipamento da A..

Sendo de salientar, aliás, que sempre o pedido seria ininteligível por indecifrável na sua expressão aritmética.

A improcedência da Acção

Importância do teor da alínea J) da Especificação

Como se vê do teor da alínea J) da Especificação, “a Ré encomendou à Autora em 15/06/93 o serviço “Reuters Portuguese Domestic Service”, a título de experiência, pedindo a ligação do equipamento ainda então existente nas suas instalações, tendo a Autora que enviar técnicos às instalações da Ré para ligar o equipamento”.

É sumamente importante este facto, aniquilando todas e quaisquer dúvidas relativas à questão de saber se, no período a que respeita o pedido da A., esta mantinha disponível para a R. os serviços que haviam sido contratados.

Como se vê do contrato escrito celebrado por A. e R., o serviço “Portuguese Domestic Service” foi um dos ajustados pelas partes.

Ao pedir à A. em Junho de 1993 o serviço em causa, a R. actuou propositadamente para depois forçar aquela a reconhecer que tinha os serviços desligados.

Tanto assim que a A. "teve que enviar técnicos às instalações da Ré para ligar o equipamento".

O equipamento, que a R. mantinha nas suas instalações, através do qual recebia da A. os serviços contratados, estava desligado e não podia funcionar sem que os técnicos da A. o fossem ligar "in loco".

Como pode a A. pretender pagar-se de serviços que não prestou à R. ?

A acção não pode deixar de improceder e a reconvenção deve proceder.

Concluindo

Procede a conclusão da Apelação, atinente ao abuso de posição dominante e à prática restritiva da concorrência, tal como previsto nos artigos 14º nº 1 e 13º nº 1 d) do DL 422/83, de 3 de Dezembro, sendo nulo o contrato celebrado, por força do disposto no artigo 13º nº 3 do já referido diploma legal.

Procede igualmente a conclusão, vertida na Apelação, referente à problemática da anulabilidade do negócio por erro (vide artigos 251º e 247º do C. Civil).

Sempre deveria ter sido havida como procedente a redução do preço, seja por via do disposto no artigo 292º do Código Civil, seja por via do disposto no artigo 437º do mesmo Código, em razão, neste último caso, do princípio da boa fé.

- A denúncia do contrato pela carta da R. de 4/11/92, carta em que esta alegou precisamente práticas restritivas da concorrência, configura, no plano jurídico, arguição de nulidade do contrato.

- A prestação de serviços invocada pela A. como tendo sido realizada até 8 de Novembro de 1993 é facto constitutivo do direito que a mesma invoca, sendo certo que, como se vê da resposta ao quesito 3º A, aquela não logrou demonstrar tal facto.

Assim e nos termos do artigo 342º nº 1 do Código Civil, sempre a acção deveria improceder.

- Como resulta claro do teor da alínea J) da Especificação, o equipamento, que a R. mantinha nas suas instalações, através do qual recebia da A. os serviços contratados, estava desligado e não podia funcionar sem que os técnicos da A. o fossem ligar "in loco".

Assim, se dúvidas ainda houvesse, logo ficariam dissipadas no sentido de que a A. não prestou qualquer serviço à R. entre 1 de Janeiro de 1993 e 8 de Novembro de 1993.

Finalmente, a A. não explica, ao menos, como calculou a aludida "soma de 3.416.496\$00", referenciada no artigo 7º da p.i., sendo certo que tal cálculo permanece indecifrável e ininteligível, mesmo após porfiados esforços feitos para se perceber a sua lógica aritmética.

Ao decidir como decidiu, o douto acórdão recorrido violou designadamente o disposto nos artigos 14º nº 1, 13º nº 1 d) e 13º nº 3 do DL 422/83, de 3 de Dezembro, 251º, 247º, 437º, 292º e 342º nº 1 do Código Civil.

Nestes termos e nos mais de direito, deve a Revista ser julgada procedente,

- Revogando-se o douto acórdão recorrido e, consequentemente,
 - Julgando-se improcedente a acção e absolvendo-se a R. do pedido formulado pela A.
 - E julgando-se procedente a Reconvenção e condenando-se a A. no pedido reconvenicional.
- com todas as legais consequências.

Justiça !!

Junta: duplicado

notificação da presente peça ao mandatário da contraparte e relatório comprovativo do êxito do respectivo fax.

O Advogado



JORGE ESTIMA

ADVOGADO - Céd. 4345

Cont. N.º 114 038 830 Lisboa - 12.ª Rép.

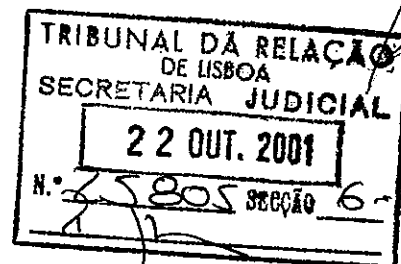
Rua Alexandre Herculano, 40 - 2.ª Esq.

Tel. 3554406 - Fax 3151495 - 1250 LISBOA

Tribunal da Relação de Lisboa

6ª Secção

Proc. nº 3801/01 – Apelação



Exmo. Senhor Juíz

Desembargador Relator

REUTER PORTUGUESA, Lda., Recorrida nos autos à margem identificados vem apresentar as alegações de recurso.

Exmos. Senhores Juízes Conselheiros:

a) **Do alegado abuso da posição dominante e prática restritiva da concorrência**

Improcede totalmente, nem se vislumbra a razão de ser, da aplicação do direito aos factos feita pela Recorrente no que diz respeito a esta questão.

Com efeito, a Recorrida nunca actuou de forma a consubstanciar uma posição de abuso de confiança conforme resulta dos factos provados e tal como foi concluído na decisão recorrida. Assim sendo não poderá ter aplicação o disposto número 1 do artigo 14º do Decreto Lei nº 422/83 de 3 de Dezembro.

A Recorrente parte da errónea asserção e da confusão entre condições diferentes e condições discriminatórias, nem ficou provado (nem tal podia acontecer por não corresponder à realidade) que a Recorrida haja “aplicado, sistemática ou ocasionalmente, condições discriminatórias de preço ou outras em prestações equivalentes”.

90

O facto de uma empresa prestar serviços a uma empresa a preços inferiores aos oferecidos a outra não pode, de modo algum consubstanciar uma actuação discriminatória.

Isso implicaria que qualquer prestador de serviços teria que oferecer os seus serviços a todas as empresas ou clientes independentemente dos montantes envolvidos e da antiguidade do cliente.

Implicaria essa obrigação, isso sim, uma limitação à liberdade de contratar e de estipulação dos contratos.

Ficou efectivamente provado que à data da celebração do contrato com a Recorrente a Recorrida prestava os serviços "Commodities 2000" e Commodities News" às empresas "Conagra Internacional, Lda" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, S.A.", que exercem actividade económica na área das "commodities" (não tendo ficado provado, conforme transparece dos autos, e contrariamente ao que refere a Recorrente, que sejam as mencionadas empresas suas concorrentes) a preços inferiores àqueles que acordou consigo. No entanto, e não podia ser outra a conclusão, tal prática não se pode subsumir à alegada aplicação de condições discriminatórias.

Não se pode deixar de refutar a conclusão da Ré de que as sobreditas sociedades e a sociedade Recorrida eram concorrentes.

Basta dar como exemplo que uma sociedade de advogados não é necessariamente concorrente de outra sociedade de advogados, nem que uma mercearia é necessariamente concorrente de outra mercearia, nem que um médico é necessariamente concorrente de outro médico.

O que seria um qualquer prestador de serviços estar impedido de aumentar os preços dos seus serviços. Efectivamente tal já não é possível relativamente a

191
clientes com os quais já tenha acordado outro preço (somente sendo possível através de acordo de todas as partes) mas poderá fazê-lo, e outra não poderá ser o entendimento, relativamente aos futuros novos clientes. O que seria um prestador de serviços estar vinculado *ad eternum* ao preço que estipulou com o seu primeiro cliente. Ou seja, bastava estipular um preço inicial para oferta dos seus serviços para nunca mais se poder desvincular do mesmo.

Com efeito, e mais uma vez se reitera, pretender que o preço não podia ser alterado equivaleria a afirmar que uma vez assinado um acordo de prestação de serviços por um preço não mais se poderia alterar os preços dos serviços prestados. Tal entendimento só pode ser considerado absurdo.

Só se pode ter por concluído de que não foram aplicadas condições discriminatórias por parte da Recorrida nem esta praticou nenhum acto do qual se possa inferir que tenha tido por objectivo o impedimento, falseamento ou restrição da concorrência e do comércio.

Assim sendo, não poderá proceder a excepção alegada pela Recorrente.

b) da alegada anulabilidade do contrato por a vontade da Recorrente estar viciada por erro.

A Recorrente incrivelmente discorda da conclusão do douto acórdão da Relação quando este afirma que “não pode a apelante pensar que é dever da parte que cobra o preço informar a contraparte de todos os preços que anteriormente praticou em todos os todos os contratos que celebrou com terceiros”.

Esta discordância só se pode entender como sendo feita de má fé.

Diz, assim, a Recorrente que estaria eventualmente em erro quanto ao preço de contratos celebrados pela Recorrida com outras entidades.

192
A Recorrente nada menciona relativamente ao erro quanto ao preço do seu próprio contrato.

O artigo 251º relativo ao erro sobre a pessoa ou sobre o objecto do negócio, ou seja seria o eventual erro da Recorrente relativamente ao preço do seu contrato e não ao preço de outros contratos.

Quanto ao artigo 247º dispensam-se comentários pois não parece minimamente razoável afirmar que a “vontade declarada não corresponde à vontade real do autor” por este desconhecer os termos de outros negócios efectuados pelo declaratório.

Diga-se ainda que ao contrario do que afirma a Recorrente nada impede que um comerciante “do mercado organizado” venda os seus produtos a preços diferentes consoante o cliente. Basta entrar numa loja para comprar um televisor e pedir um desconto, o facto do comerciante conceder o desconto, como muitas vezes sucede, como todos sabemos, não pode, em caso algum, obrigar o comerciante a dizer a todos os futuros clientes que já vendeu o mesmo modelo de televisor com desconto.

Maxime, a referida afirmação equivaleria ainda a dizer que, a partir do momento em que oferecia um desconto a um cliente, deveria contactar todos os clientes a quem anteriormente vendeu o mesmo modelo de televisor e devolver-lhes a diferença entre o que lhes cobrou e o que cobrou com desconto ao outro cliente.

Mas este, eventualmente, nem seria o caso pois sucede que a Recorrida limitou-se a aplicar preço diferente à Recorrente porque os preços dos seus serviços se alteraram e, portanto, não pode a Recorrente ingenuamente pensar que os preços se têm que manter iguais para todo o sempre.

193
Nestes termos só pode ser improcedente a alegação de que a Recorrente tinha a sua vontade viciada quanto ao preço do contrato que celebrou.

c) Da alegada possibilidade de redução do negócio nos termos peticionados na reconvenção

Constata-se que a Recorrente abandonou a sua tese quanto à violação, por parte da Recorrida, dos deveres impostos pelos ditames da boa fé na formação dos contratos e previstos no artigo 227º do Código Civil.

Conforme referido em sede de alegações de recurso de apelação *“os princípios da certeza e segurança jurídica são pilares constitutivos de todo o nosso sistema”*.

Assim sendo, os mecanismos de redução do negócio jurídico, previsto no artigo 292º do Código Civil, e o regime da resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias são excepcionais e só poderão ser aplicados em casos extremos em que os princípios da boa fé se encontram gravemente afectados.

Consequentemente, só quando valores superiores à segurança e certeza jurídica estejam em jogo é que, eventualmente, se poderá conceber uma tal hipótese de redução ou modificação do negócio jurídico.

Conforme referido ainda em sede de alegações de recurso de apelação *“é absolutamente impensável que, sempre que uma das partes de um contrato se sinta insatisfeita com o mesmo, possa por seu livre arbítrio solicitar a sua redução”*.

No que diz respeito à pretensa alteração posterior das circunstâncias do contrato, diga-se que os contratos nos quais a Recorrente se apoia para sustentar a vontade

94

de modificar o contrato já existiam, nem tem a Recorrida a obrigação, tal como já se referiu, de informar a contraparte das condições de todos os contratos por si celebrados anteriormente.

Não tendo igualmente, como ficou provado em sede de julgamento, ficado provado que a Recorrida violou qualquer dever de boa-fé, nem qualquer outro imperativo legal, tem que se considerar improcedente a alegação da Recorrente quanto à possibilidade de redução do negócio nos termos peticionados na reconvenção.

d) Das considerações expendidas no acórdão em matéria de resolução do contrato.

Abstem-se a Recorrida de comentar as afirmações da Recorrente limitando-se a afirmar que o facto de se alegar em sede de contestação que o contrato foi denunciado por nulidade não significa que a Recorrente tenha deixado de denunciar o referido contrato sem que ocorresse fundamento legal para tal.

e) Da alegada improcedência da acção

1- Da alegada falta de prova dos fundamentos da acção

Refere a Recorrente em sede de alegações de recurso *“a prestação de serviços invocada pela A. é facto constitutivo de direito (...) e que de harmonia com o disposto no artigo 342º nº 1 do Código Civil àquele que invocar um direito cabe fazer a prova dos factos constitutivos do direito alegado”*.

Pretende assim dizer que a A. não fez prova do direito pelo que o mesmo não existiria.

195
Alega ainda a Recorrente que esta deixou de utilizar os serviços pelo que essa seria a única solução justa.

Quer isto dizer que qualquer contrato deixa de vigorar desde que uma das partes deixe de utilizar os serviços objecto do contrato. Dispensam-se comentários a esta conclusão.

O artigo 342º invocado pela Recorrente tem mais números, sendo que o seu número 2 estipula que *“a prova dos factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito invocado compete àquele contra quem a invocação é feita”*.

No presente caso existia um contrato assinado entre ambas as partes que previa a prestação de serviços por parte da Recorrida, pelo que, a menos que seja produzida prova em contrario, deverá presumir-se que os serviços foram prestados.

De facto, dever-se-á aplicar ao presente caso o nº 2 do referido artigo 342º pois é a Recorrente que vem invocar factos extintivos ou modificativos, cabendo a esta o ónus da prova.

Tendo em consideração que a mencionada prova não foi feita a sua alegação deve improceder.

2- Da alegada importância do teor da alínea J) da Especificação

Parece-nos ser totalmente irrelevante a alegada importância da alínea J) da Especificação para prova dos factos alegados pela Recorrente.

Com efeito, relevante é o facto de que o serviço e equipamento estavam ao dispor da Recorrente nos seus escritórios.

196

A Recorrente não invoca o facto de o equipamento estar pretensamente desligado para prova da denúncia do contrato, simplesmente denunciou o mesmo porque não queria pagar, supostamente porque o preço dos serviços prestados era superior ao prestado a outros clientes da Recorrida.

Para além do mais a deslocação dos técnicos da Recorrida às instalações da Recorrente somente prova que estes se deslocaram para ligar o equipamento necessário para que a Recorrente acesse ao serviço "Reuters Portuguese Domestic Service" e não os outros a que já acedia.

Os serviços da Recorrida estavam efectivamente ao dispor da Recorrente e esta somente não os utilizou porque não quis.

A pretensa desnecessidade de pagamento por falta de utilização dos serviços disponibilizados pela Recorrida equivale a dizer, in extremis, que o não utilizar-se um carro que se comprou dá direito a resolver o contrato de compra e venda do referido carro.

Assim sendo, tal alegação da Recorrente não pode proceder.

CONCLUSÕES

I – Resulta claramente do exposto e dos factos provados que a Recorrida não actuou de forma a consubstanciar um comportamento de abuso de posição dominante nem de prática restritiva da concorrência.

II – Consequentemente não ficou provada a alegada prática de condições discriminatórias.

III – Nada impede um prestador de serviços de aumentar o preço dos seus serviços relativamente a futuros clientes.

197
IV – O erro quanto aos negócios celebrados não pode relevar para efeitos de vício da vontade da parte contratante, pois a Recorrente sempre soube o preço do contrato que ia assinar.

V – Como referido, os mecanismos de redução do negócio e de modificação do contrato por alteração superveniente das circunstâncias são excepcionais, e é impensável que sempre que uma parte esteja insatisfeita quanto aos termos dum contrato que assinou possa solicitar a sua redução.

VI – Ficou sumamente provado em sede de julgamento que a Recorrente não tinha motivos para denunciar o contrato pelo que a carta de 4 de Novembro de 1992 não pode ser considerada como arguição da nulidade do contrato.

VII – É a Recorrente que vem invocar factos “*extintivos do direito invocado*” pelo que é a esta que cabe o ónus da prova.

VIII – Não podem restar dúvidas que a Recorrida prestou os serviços à Recorrente, e que a Recorrida não pode em caso algum ser responsabilizada pela falta de utilização dos mesmos por parte da Recorrente.

IX – A Recorrida utilizou os critérios legais em vigor para proceder ao cálculo do valor em dívida, pelo que se a Recorrente não percebe o cálculo desse mesmo valor é seu problema, não cabendo à Recorrente nem ao Tribunal proceder a tal explicação, devendo a mesma explicar o porque da sua inentingibilidade e propor uma interpretação alternativa.

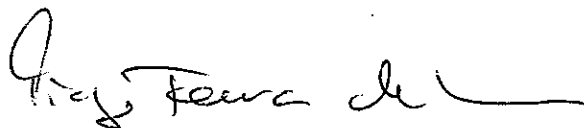
Termos em que deve ser confirmada a decisão ora recorrida, mantida a condenação da Ré ora Recorrente nos termos aí exarados, sendo declarado improcedente o presente Recurso, pois só assim se fará a costumada **JUSTIÇA**

Protesta juntar. Substabelecimento.

Junta: Duplicados legais e comprovativo de notificação à outra parte

198

O ADVOGADO
(abaixo identificado)



TIAGO FERREIRA DE LEMOS
ADVOGADO

Cédula Profissional n.º 15551
Cont. n.º 203 125 630-5.º Bairro Fiscal
Rua Filipe Folque, 2 - 4º
1069-121 LISBOA
E-mail: amadvog@mail.telepac.pt
Telef. 21 330 71 00- Fax 21 314 74 91



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

206
1

PROC 4170/01 - 2ª SEC

8/02

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça :

1. A " REUTER PORTUGUESA LDA " demandou no 1º Juízo Cível de Lisboa a " MUNDIGLOBO TRADING S. A " pedindo a condenação da Ré no pagamento da quantia de 3.416.496\$00 , acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento .

Alegou , para tanto , e em resumo , haver celebrado com a Ré um contrato de fornecimento dos serviços discriminados na petição inicial, que efectivamente lhe prestou, sem que a Ré houvesse pago o preço contratualmente acordado como contrapartida dessa prestação .

2. Contestou a Ré , alegando que, quando " fechou o negócio " com a A. estava perfeitamente convencida de que o preço proposto era aquele por que a mesma comercializava em Portugal os serviços em causa e, por sua vez, a A. bem sabia que essa convicção da Ré era essencial para a formação da vontade de contratar por banda desta, pois a A. tinha perfeito conhecimento de que a Ré , se soubesse serem os mesmos serviços fornecidos por preços inferiores aos praticados para outros clientes, não celebraria o aludido contrato .

Mais acrescentou que a A. , ao oferecer à Ré bens e serviços por preço mais elevado do que o preço de bens e serviços equivalentes oferecidos a terceiros, agiu com abuso de posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência.

Requer , assim, a sua absolvição do pedido e, com esses mesmos fundamentos, pede , em reconvenção , que seja declarado nulo o aludido contrato de



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

207

fornecimento de serviços, por o mesmo ter sido celebrado em situação de abuso de posição dominante, com violação dos princípios da concorrência leal, ou, em alternativa, se esse pedido improceder, que seja esse mesmo contrato declarado nulo, por a vontade da Ré estar viciada por erro, ou que o sejam, pelo menos, as cláusulas respeitantes à vigência e ao modo de denúncia do contrato e ao preço dos serviços prestados, ou ainda, sempre em alternativa, se esse pedido for igualmente declarado improcedente, sejam as apontadas cláusulas reduzidas aos seus justos limites.

3. Replicou a A. pugnando pela improcedência, quer das excepções suscitadas, quer dos vários pedidos (alternativos) reconventionais, sustentando a consistência do pedido.

4. Por sentença do Mmo Juiz do 1º Juízo Cível de Lisboa, datada de 1-9-99, foi a acção sido julgada procedente e, em consequência, condenada a Ré a pagar à A. a quantia de 3.416.496\$00, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento, devidos, desde a data da citação da ré (23-6-95), à taxa de 15% ao ano pelo período de tempo que decorreu entre a data da citação da Ré e a data de entrada em vigor da Portaria 262/99, passando a ser a de 12% ao ano após essa última data.

Julgou ainda improcedente a reconvenção, absolvendo, em consequência, a A. de todos os pedidos contra si deduzidos pela Ré.

5. Inconformada com essa sentença, dela veio a Ré apelar, mas o Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão de 24-5-01, negou provimento ao recurso, assim confirmando a decisão de 1ª Instância.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

203

6. De novo irresignada , desta feita com tal aresto , dele veio a mesma Ré recorrer de revista para este Supremo Tribunal , em cuja alegação formulou as seguintes conclusões :

- procede a conclusão atinente ao abuso de posição dominante e à prática restritiva da concorrência, tal como previsto nos artigos 14º nº 1 e 13º nº 1 d) do DL 422/83, de 3/12 , sendo nulo o contrato celebrado, por força do disposto no artigo 13º nº 3 do já referido diploma legal ;

- procede igualmente a conclusão referente à problemática da anulabilidade do negócio por erro (vide artigos 251º e 247º do C. Civil) ;

- sempre deveria ter sido havida como procedente a redução do preço, seja por via do disposto no artigo 292º do C. Civil, seja por via do disposto no artigo 437º do mesmo Código, em razão, neste último caso, do princípio da boa fé;

- a denúncia do contrato pela carta da Ré de 4-11-92, carta em que esta alegou precisamente práticas restritivas da concorrência, configura, no plano jurídico, arguição de nulidade do contrato ;

- a prestação de serviços invocada pela A. como tendo sido realizada até 8-11-93 é facto constitutivo do direito que a mesma invoca, sendo certo que, como se vê da resposta ao quesito 3º-A, aquela não logrou demonstrar tal facto;

- assim , e nos termos do artigo 342º nº 1 do C. Civil, sempre a acção deveria improceder ;

- como resulta claro do teor da alínea 1) da Especificação, o equipamento que a R. mantinha nas suas instalações, através do qual recebia da A. os serviços contratados, estava desligado e não podia funcionar sem que os técnicos da A. o fossem ligar " in loco " ;

- assim, se dúvidas ainda houvesse, logo ficariam dissipadas no sentido de que a A. não prestou qualquer serviço à R. entre 1-1-93 e 8-11-93 ;

- finalmente, a A. não explica, ao menos, como calculou a aludida "soma de 3.416.496\$00 " , referenciada no artigo 7º da p.i., sendo certo que tal cálculo



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

209
41

permanece indecifrável e ininteligível, mesmo após porfiados esforços feitos para se perceber a sua lógica aritmética .

Ao decidir como decidiu, o douto acórdão recorrido violou designadamente o disposto nos artigos 14º nº 1, 13º nº 1 d) e 13º nº 3 do DL 422/83, de 3/12 e os artºs 251º, 247º, 437º, 292º e 342º nº 1 do C. Civil.

7. Contra-alegou a " REUTER PORTUGUESA LDA " sustentando a correcção do julgado e formulando , por seu turno , as seguintes conclusões :

Iª- Resulta claramente do exposto e dos factos provados que a recorrida não actuou de forma a consubstanciar um comportamento de abuso de posição dominante nem de prática restritiva da concorrência ;

IIª- Consequentemente , não ficou provada a alegada prática de condições discriminatórias ;

IIIª- Nada impede um prestador de serviços de aumentar o preço dos seus serviços relativamente a futuros clientes ;

IVª- O erro quanto aos negócios celebrados não pode relevar para efeitos de vício da vontade da parte contratante , pois a recorrente sempre soube o preço do contrato que ia assinar ;

Vª- Como referido, os mecanismos de redução do negócio e de modificação do contrato por alteração superveniente das circunstâncias são excepcionais, e é impensável que sempre que uma parte esteja insatisfeita quanto aos termos dum contrato que assinou possa solicitar a sua redução ;

VIª- Ficou sumamente provado , em sede de julgamento , que a recorrente não tinha motivos para denunciar o contrato , pelo que a carta de 4-11-92 , não pode ser considerada como arguição da nulidade do contrato ;

VIIª- É a recorrente que vem invocar factos " extintivos do direito invocado " pelo que é a esta que cabe o ónus da prova ;



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

210

5

VIIIª- Não podem restar dúvidas de que a recorrida prestou os serviços à recorrente , e que a recorrida não pode , em caso algum , ser responsabilizada pela falta de utilização dos mesmos por parte da recorrente ;

IXª- A recorrida utilizou os critérios legais em vigor para proceder ao cálculo do valor em dívida, pelo que , se a recorrente não percebe o cálculo desse mesmo valor , é seu problema, não cabendo à recorrente nem ao tribunal proceder a tal explicação, devendo a mesma explicar o porquê da sua ininteligibilidade e propor uma interpretação alternativa .

8. Colhidos os vistos legais , e nada obstando , cumpre apreciar e decidir .

9. Em matéria de facto relevante , deu a Relação como assentes os seguintes pontos :

1º- A autora assinou com a ré, no dia 30-1-92, um contrato composto de três páginas (contrato principal e dois aditamentos de serviço adicional, aqui anexos), cuja cópia constitui fls. 4 a 7 e que aqui se reproduz, nos termos do qual a A . se comprometia a prestar determinados serviços à Ré, conforme vem descrito no referido acordo, devendo os efeitos do mesmo terminar no dia 30-1-94, caso uma das partes não tivesse previamente posto term à relação enviando à outra comunicação escrita com uma antecedência de seis meses ;

2º- A partir da data de 1-1-93, portanto em plena vigência do contrato, a ré deixou de pagar pelos serviços que vinha auferindo e, múltiplas vezes interpelada para pagar , nunca quis efectuar qualquer pagamento, mas a autora continuou a considerar o contrato como sendo válido até ao dia 8-11-93 , data em que rescindiu o contrato ;

3º- A ré assinou o aludido contrato quando este se encontrava preenchido e, pelo mesmo, obrigou-se a autora a fornecer à Ré, entre outros, os serviços "Commodities 2000 " e "Commodities News", pelo preço de ECU,s 1.145 mensais



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

211

(cerca de 200.833\$00) e de ECU,s 350 mensais (cerca de 61.390\$00), respectivamente ;

4º- O sistema veio a ser posto em funcionamento algum tempo depois, tendo a autora reportado a 19-3-92 a respectiva facturação ;

5º- Por carta de 4-11-92, cuja cópia constitui fls. 21 e 22 e que aqui se dá como integralmente reproduzida, a Ré comunicou à A . que denunciava o contrato firmado com aquela em 30-1-92 ;

6º- A Ré, depois, emitiu mesmo e enviou à A . a nota de débito nº 0109, de 10-11-92, no valor de 1.353.360\$00 + 216.538\$00 de IVA, ou seja, no valor total de 1.569.898\$00, correspondente a tais diferenças, considerando que então a relação ECU/Escudo era de 1.181\$00 e exigiu ainda a Ré, naquela carta de 4-11-92, que a A . retirasse das suas (dela Ré) instalações o seu (desta) equipamento, até 31-12-92, e que a A . corrigisse , em conformidade , as facturas do semestre então corrente ;

7º- A ré emitiu e enviou à A . a nota de débito nº 0134, de 31-12-92, no valor de 84.913\$00, (73.201\$00 + IVA), relativa às tarifas do " CME " ;

8º - Em 18-12-92, a A . escreveu à Ré , dizendo, entre outras coisas, que "... ainda de acordo com o estipulado contratualmente, a data efectiva de levantamento do equipamento e serviços instalados e, portanto, de cessação da respectiva facturação , é o dia 11-11-93 " ;

9º - A Ré encomendou à A . , em 15-6-93, o serviço " Reuters Portuguese Domestic Service " , a título de experiência, pedindo a ligação do equipamento ainda então existente nas suas instalações, tendo a A . que enviar técnicos às instalações da Ré para ligar o equipamento ;

10º - A A . é uma empresa que pertence à multinacional REUTERS e, em Janeiro de 1992, detinha, em Portugal, uma posição dominante no mercado de prestação, através de terminal de dados, de informação financeira e noticiosa em tempo real, por via de linha de dados próprios ;



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

212
a

11º- Quando celebrou com a A . o contrato referido sob o nº 1 , a Ré estava convencida de que o preço indicado nesse acordo era o preço por que a autora comercializava em Portugal os serviços em causa ;

12º- A A . enviou à Ré, em 8-7-92, a carta cuja cópia constitui fls. 81 a 83 e que aqui se reproduz, pela qual a primeira comunicou à segunda que baixava, a partir de 11-11-93, para ECU,s 860 mensais o preço do serviço "Commmodities 2000 " e que o serviço " Commodities News " passava a integrar o primeiro sem aumento do preço a pagar pela prestação desse serviço;

13º- Depois de ter celebrado o contrato referido sob o n ° 1, a Ré tomou conhecimento de que a A . , na altura em que findou esse contrato, (Janeiro de 1992), vinha fornecendo o mesmo serviço " Commodities 2000 " , pelo menos, às empresas "Conagra International - Comércio de Produtos Agro - Alimentares, Lda" , (com instalações na Avenida Conde de Valbom, nº 6 - 5º, em Lisboa) e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, S . A " , (com instalações na Rua de S. Domingos à Lapa, 68 r/c, em Lisboa) e ainda o "Commodities News " à "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, S. A " pelos preços, em ECU' s, referidos nos documentos de fls. 41 a 46, que aqui se reproduzem, preços esses inferiores aos praticados para com a Ré ;

14º- A ré e as firmas " Conagra International Lda " e " Sociedade Portuguesa de Fretamentos S .A " exercem actividade económica na área do comércio de " commodities " , designadamente, cereais, oleaginosas e derivados;

15º- Depois de ter actuado como referido sob os nºs 5 e 6, a Ré deixou de utilizar os serviços e o equipamento da A . ;

16º- A ré enviou à A . , em 18-11-92, a carta cuja cópia constitui fls. 24 e 25, que aqui se reproduz, exigindo o reembolso de tarifas alegadamente até então pagas, relativas ao serviço de " quotas " da " Chicago Mercantile Exchange " , reembolso que a autora negou ser devido ;

17º- A ré é uma empresa que se dedica ao comércio de "commodities".



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

293

8

Passemos agora ao direito aplicável .

10. Âmbito da revista :

As questões centrais decidendas , sobre as quais , de resto , já se debruçaram as instâncias , são as de saber :

- se o contrato de prestação de serviços firmado entre a A . e a Ré é ou não válido por a A . actuar alegadamente em posição de excesso dominante, violando o princípio da liberdade contratual , sendo no caso concreto afectada a liberdade negocial da Ré ;

- se deve ou não ser declarado nulo ou anulado tal contrato por a vontade da Ré se encontrar viciada por erro quanto a um elemento essencial do negócio ou, pelo menos, reduzido aos seus justos limites ;

- caso se entenda que afinal o contrato é válido, se se operou ou não denúncia válida do mesmo e se a Ré incumpriu ou não o acordado e , a ter havido esse incumprimento invocado pela A . , quais os efeitos daí decorrentes para as partes.

11. Objecto do contrato :

Vem assente , como vimos , além do mais , em sede factual , haverem as partes livremente celebrado , com data de 30-1-92 , um contrato mediante o qual a A . se obrigava a prestar à Ré determinados serviços, mediante retribuição mensal entre elas livremente fixada, sendo, respectivamente, de 1.145 ECU's em relação aos serviços designados por "Commodities 2000 " e de 350 ECU's em relação aos designados por "Commodities News " .

Foi ainda convencionada a duração desse contrato até 30-1-94, salva a eventualidade de uma das partes lhe pôr termo mediante comunicação escrita dirigida à outra parte com uma antecedência mínima de seis meses .



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

[Assinatura]

Aquela retribuição mensal veio posteriormente a ser, por iniciativa da A . , reduzida para ECU,s 860, redução essa com efeitos a partir de 1-1-93.

E , conforme bem observa a recorrida, " na ausência de reacção em contrário por parte da Ré , ora recorrente , dever-se-á considerar tal redução, em seu favor, aceite por mútuo consentimento das partes " .

12. Alegada denúncia do contrato :

Através da carta inserta de fls 21/22 dos autos , e datada de 4-11-92 , vie a Ré ulteriormente comunicar à A . que «denunciava» o contrato, por alegadamente haver tomado conhecimento de que a A . praticava preços inferiores relativamente a estes serviços para com outros seus clientes, pretendendo ainda a Ré " que lhe fosse creditado o montante equivalente à diferença entre o que lhe foi facturado pela A . , com base nos valores entre elas acordado e o que lhe seria facturado se houvessem sido entre elas acordados preços iguais aos que seriam praticados pela A . relativamente aos seus outros mencionados clientes.

Importaria assim indagar se a Ré, ao enviar tal carta à A . , pretendia realmente denunciar o contrato ou antes ver operada a respectiva resolução . Foi essa indagação que a Relação fez em termos que não merecem reparo .

Nos próprios termos do contrato , este seria revalidado automaticamente por iguais períodos (de dois anos), excepto se fosse denunciado por qualquer das partes mediante carta registada com aviso de recepção expedida até seis meses antes do termo da respectiva vigência ou da prorrogação em vigor (cláusula 3.), ou seja, o contrato renovar-se-ia por períodos sucessivos de dois anos, se nenhuma das partes o denunciasses no tempo e pela forma convencionados.

E " a denúncia é precisamente a declaração feita por um dos contraentes , em regra, com certa antecedência sobre o termo do período negocial em curso , de que não quer a renovação ou continuação do contrato renovável ou fixado por tempo indeterminado " .



Tanto a «denúncia» como a «resolução» deixam incólume o contrato como acordo de vontades , incidindo antes nos efeitos dele advenientes.

A Ré não veio com a sobredita carta transmitir à A . a sua falta de interesse na renovação do contrato, a partir de Janeiro de 1994 . Veio, antes, comunicar-lhe que, a partir daquela data, o contrato se passava a considerar como não celebrado, ou seja, comunicou-lhe que declarava resolvido o contrato, pelo facto de a A . - relativamente aos mesmos serviços - praticar preços inferiores para com outros seus clientes .

Ora , nos termos do disposto no nº 1 do artigo 432º do C. Civil , «o direito à resolução tanto pode resultar da lei, como da convenção das partes» , sendo que não vem tipificada/demonstrada nos autos a ocorrência de qualquer dessas alternativas .

A aludida carta não surtia , pois, virtualidade para fazer cessar o contrato que a Ré havia firmado com a A .

De resto , e contra o que sustenta a ré recorrente , a denúncia do contrato jamais seria confundível com a respectiva arguição de nulidade , já que a nulidade, a anulação e a ineficácia se reportam e reconduzem às consequências dos vícios invalidantes ou inquinadores da legalidade do negócio jurídico , designadamente no que tange à gestação ou externalização da vontade dos contraentes.

Deste modo , porque a declaração feita pela Ré , através da carta de 4-11-92 , visava , no fundo , e tal como se deixou acima dito , a resolução do contrato, não poderia a mesma consubstanciar simultaneamente uma denúncia desse contrato, ainda que, por mera hipótese, se considerasse nula a cláusula 3ª do contrato por prever um prazo "excessivo para vigência do contrato ou para a sua denúncia " .

13. Alegado abuso de posição dominante . Validade/nulidade do contrato .

Insiste a Ré , ora recorrente , em que a A . , ora recorrida , ao oferecer-lhe bens e serviços por preço mais elevado do que o preço de bens e serviços equivalentes oferecidos a terceiros, agiu com «abuso da posição dominante» , em clara



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

216
va

prática restritiva da concorrência, sendo, por isso, nulo o contrato celebrado em a autora e a ré.

Mas - adianta-se desde já - não lhe assiste qualquer razão .

O «estado de dependência económica» , também designado por «posição dominante relativa» , e que opõe a empresa a fornecedores ou a clientes , isto é empresas situadas a montante ou a jusante no processo de produção ou distribuição de bens , pode por-se tanto num plano de relações horizontais - isto é entre empresas produtoras ou distribuidoras do mesmo ramo ou segmento de mercado - como num plano de relações verticais , traduzido este em sentido ascendente ou descendente (empresas distribuidoras relativamente a fornecedores ou produtores e/ou fabricantes ou de empresas fornecedoras ou clientes relativamente a produtores ou fabricantes) .

Planos estes ambos genericamente contemplados no artº 4º do DL 371/93 de 29/10 .

Com efeito , nesse preceito «é proibida a exploração abusiva , por uma ou mais empresas , do estado de dependência económica em que se encontre , relativamente a elas , qualquer empresa fornecedora ou cliente , por não dispor de alternativa equivalente , nomeadamente quando o abuso se traduza na adopção de qualquer dos comportamentos previstos no nº 1 do artº 2º »do mesmo diploma .

Ora , um desses «comportamentos» consiste precisamente em«fixar , de forma directa ou indirecta , os preços de compra ou de venda , ou interferir na sua determinação pelo livre jogo do mercado , induzindo artificialmente , quer a sua alta quer a sua baixa» (artºs 4º , " in fine " e 2º , nº 1 , al. a) do DL cit) .

Nos termos do disposto no artigo 13º do DL 422/83 de 3/12 neste domínio aplicável , " são também consideradas práticas restritivas da concorrência os abusos praticados por uma ou mais empresas dispondo de posição dominante no mercado nacional e que tenham por objecto , ou como efeito , impedir , falsear ou restringir a concorrência, adoptando, designadamente, a prática de aplicar , sistemática ou



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

217
12

ocasionalmente, condições discriminatórias de preço ou outras em prestações equivalentes " (art. 14º, nº 1).

E , " ex-vi " do nº 3 do mesmo preceito , " são nulos os acordos e decisões que sejam considerados práticas restritivas da concorrência " .

Esclarece, por sua vez, o nº 1 do artigo 6º (ainda do citado diploma) «que se consideram aplicação de preços ou de condições de venda discriminatória, entre outras, as práticas que, em relação a prestações equivalentes, se traduzam na aplicação de (...) diferentes modalidades de pagamento não justificadas por diferenças correspondentes no custo de fornecimento ou do serviço» .

Entende-se por «prestações equivalentes» aquelas que respeitem a bens ou serviços idênticos ou similares e que não difiram de maneira sensível nas características comerciais essenciais, nomeadamente naquelas que tenham repercussão nos correspondentes custos de produção ou de comercialização (art. 7º nº 1) .

A doutrina francesa - conf. Michel Glais , in " L'état de dépendence économique au sens de l'art . 8 de L'Ordonnance du 1er Décembre 1986 : analyse économique " , GP , 1er sem. 1989 " , págs 292-293 e Boutard Labarde/Canivet , in "Droit Français de la concurrence " , pag 93 - confunde as expressões "produtos equivalentes" e " solução equivalente " , reconduzindo esta última à existência de produtos permutáveis (solução equivalente = produtos substituíveis para o sortido do comerciante) .

Não há , todavia , que restringir a «equivalência» à existência no mercado de bens e serviços substituíveis, já que tal noção possui um alcance global, definindo , ela própria, a existência ou não de dependência económica. Não basta haver soluções alternativas equivalentes, sendo necessário que a elas se possa recorrer em tempo útil, sendo que a dimensão temporal constitui precisamente um dos elementos decisivos de ponderação da "solução equivalente". Esta não constitui propriamente um meio de avaliação da dominação relativa, constituindo antes uma conclusão que procede da



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

217
a

análise combinada dos múltiplos critérios , v.g o prestígio e reputação da marca, a quota de mercado do fornecedor, o vínculo que este mantém com o cliente .

Torna-se , por isso , necessário verificar se existem ou não alternativas suficientes , bem como avaliar se essas alternativas são ou não razoáveis segundo critérios aferidores de carácter objectivo .

A detecção da " solução equivalente " terá , assim - repete-se - de resultar de múltiplos factores, tais como a reputação e notoriedade da marca, a quota de mercado do fornecedor, a extensão das relações que este mantém com o cliente, o lapso de tempo necessário para encontrar alternativas e, também, a existência de produtos permutáveis em certo mercado, tudo permitindo avaliar o custo resultante da alteração de fornecedor , em ordem a saber se existe ou não a sobredita ... «solução equivalente».

Em suma : a ponderação dos aludidos factores de apreciação do estado de dependência económica é que podem permitir concluir se existe ou não «solution équivalente» quer - no direito francês - para efeitos do artº 8º, nº 2 da Ordonnance nº 86-1243 , quer - no direito português - para efeitos do artº 4º do DL 371/93 de 29/10 .

Conf. , para mais desenvolvimentos , O Dr. J.P Mariano Pego , in "A Posição Dominante Relativa no Direito da Concorrência " , Coimbra , Almedina , 1991 , designadamente a págs 138/139 .

Seja como for , face ao disposto no nº 2 do artº 7º do cit DL , " não se consideram «prestações equivalentes» aquelas entre cujas datas de conclusão se tenha verificado uma alteração duradoura dos preços ou das condições de venda praticados pelo vendedor " .

A título de exemplo , disporá de posição dominante relativamente ao mercado de determinado bem ou serviço a empresa que actue num mercado no qual não sofre concorrência significativa ou assume preponderância relativamente aos seus concorrentes, (...) presumindo-se que se encontra nesta situação uma empresa que



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

9-15
14

detenha no mercado nacional de determinado bem ou serviço uma participação igual ou superior a 30% (art. 14º, nº 2, al. a) e nº 3).

Sendo assim, e de harmonia com as regras do ónus da prova (art. 342º nº 2 do C. Civil), incumbia à Ré, ora recorrente - como invocante da correspondente excepção - a demonstração da ocorrência dos pressupostos do invocado «abuso de posição dominante», relativamente ao mercado de bens ou serviços prestados e, designadamente, qual a percentagem ou «quota» de mercado ocupado pela A.

Mesmo a admitir-se que a A. actuava num mercado no qual não sofria concorrência significativa ou assumia preponderância relativamente aos seus concorrentes, impendia sobre à Ré o ónus de demonstrar não só que as mencionadas "Conagra" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos" eram concorrentes da Ré, mas também a «equivalência» do posicionamento em termos comerciais das relações mantidas entre a A. e as referidas "Conagra" e a "Sociedade Portuguesa de Fretamentos" por um lado, e entre a A. e a Ré por outro.

Sucede, contudo, não se encontrar provado - nem sequer haver sido alegada matéria de facto que tal permitisse concluir - se, na realidade, era objectivamente equivalente a situação da Ré e das sociedades "Conagra" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos", em termos comerciais, relativamente à A. E só por tal via se poderia concluir, como refere a recorrida, se os contratos com estas celebrados não diferiam de maneira sensível nas suas características comerciais essenciais do contrato celebrado com a Ré, dadas as particularidades de cada uma daquelas outras sociedades.

Por outro lado, o facto de ter ficado provado que, à data da celebração do contrato com a Ré, ora recorrente, a A. prestava os serviços "Commodities 2000" e "Commodities News" às aludidas sociedades com actividade económica na área das "Commodities", não é de per si bastante para concluir que as mesmas eram concorrentes da Ré. É o que resulta, desde logo, da resposta restritiva dada ao quesito 5º.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

220
as

Ademais , ficou também provado que, antes de prestar serviços à Ré, a A . já prestava serviços às referidas sociedades.

Assim, o facto de prestar àquelas sociedades os serviços a preços inferiores aos acordados com a Ré , não permite concluir , atendendo à ausência de contemporaneidade de uns e outros desses contratos , que a A . tenha agido, na situação concreta , de forma discriminatória (cfr . artº 7º , nº 2).

Seja como for , se não é possível ou curial o aumento unilateral do preço dos serviços relativamente a contratos firmados com determinados clientes , já nada impedirá que qualquer prestador de serviços, possa , por sua iniciativa, aumentar o preço relativamente a outros contratos celebrados em ulteriores momentos temporais , tudo dentro da lógica das regras do mercado .

Nada aponta pois - com um mínimo de consistência - para a alegada «aplicação de condições discriminatórias» por parte da recorrida nem para a ocorrência de quaisquer factos donde se possa inferir a prática de qualquer acto que tivesse por objecto ou efeito «impedir , falsear ou restringir a concorrência», tudo como circunstâncias abstractamente integradoras da alegada excepção de «abuso da posição dominante e prática restritiva da concorrência» .

O que naturalmente torna prejudicada a questão da arguída nulidade do contrato por via dessa excepção .

14. Alegado erro-vício quanto ao preço . Anulabilidade do contrato .

Invoca, ainda, a recorrente a anulabilidade do contrato celebrado com a A . por a vontade da Ré se encontrar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio - o preço.

Haveria, com efeito , uma desconformidade entre a vontade real e a vontade declarada . A vontade real ter-se-ia formado em consequência do erro sofrido pelo declarante. Se não fosse ele, não teria a Ré pretendido celebrar o negócio, pelo menos nos termos em que o efectuou.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

121
16

O erro teria, assim, recaído sobre o objecto do negócio, o que determinaria a sua anulabilidade.

Também não assiste razão à recorrente quanto a esta específica questão.

É certo que o erro que atinja os motivos determinantes da vontade, reportado nomeadamente ao objecto do negócio, torna este anulável nos termos do artº 247º do C. Civil (cfr. artº 251º CC).

O acto é, assim, anulável e não nulo e a anulabilidade depende de o destinatário da declaração conhecer a essencialidade para o declarante do elemento sobre que incidiu o erro (cfr. artº 247º do C. Civil).

Na realidade , e conforme a melhor doutrina , " só é relevante o erro essencial , isto é aquele que levou o errante a concluir o negócio , «em si mesmo», e não apenas nos termos em que foi concluído . Já não releva o erro (meramente) incidental , isto é aquele que influiu apenas nos termos do negócio pois o errante sempre contrataria , embora noutras condições " - conf. Prof Mota Pinto , in "Teoria Geral da Relação Jurídica " - Coimbra - Almedina - 1966/1967 , pág 236/237 , citando o Prof Manuel de Andrade , in " " Teoria Geral da Relação Jurídica " , vol II , Coimbra , 1960 , págs 237/238 .

Na hipótese «sub-specie» - e tal conforme bem salienta a Relação - seria anulável a declaração se a A . conhecesse ou devesse conhecer que a Ré só pelos preços que haviam sido fixados à " Conagra " e à "Sociedade Portuguesa de Fretamentos " teria realizado o negócio .

Já se a A . contratou convencida de que a Ré não deixaria de celebrar o contrato pelo preço acordado e não tivesse obrigação de conhecer aquele pressuposto, o acto não poderia ser anulado.

Ora , não ficou provado que a A . , ao contratar, soubesse estar a Ré convencida ser o preço acordado o melhor praticado por si, em Portugal ou sequer que esse elemento fosse então essencial para a Ré .



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

222
R

E evidente que, quem pode pagar menos, nunca poderia optar por pagar mais, com reporte a uma idêntica equação qualidade/preço. Só que não é ao contraente credor/cobrador do preço que cumpre informar a contraparte de toda a gama ou panóplia dos preços por si anteriormente praticados na execução de contratos celebrados com terceiros, quiçá desde o início da respectiva actividade, sendo mera estultícia a pretensão da imutabilidade da expressão pecuniária de tais preços.

Termos em que se revela inviável a anulação do contrato com base no invocado, que não comprovado, fundamento de a vontade da Ré estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio- o preço.

15. Redução da cláusula do preço.

Discorda a recorrente da interpretação - que as instâncias fizeram ao aplicar o artº 437º do C. Civil ao caso vertente -, no sentido da impossibilidade de redução da cláusula do preço do contrato «sub judice», por não se verificar nenhuma das circunstâncias nesse preceito previstas.

É que, em seu entender, a exigência das obrigações assumidas pela recorrente afectaria gravemente os princípios da boa fé, no que tange à parte do preço excedente daquele que foi cobrado à concorrência, parte essa recebida indevidamente pela recorrida e peticionada pela recorrente, em reconvenção.

Analisando o artigo 437º do C. Civil, ensinam os Profs Pires de Lima e Antunes Varela, in "Código Civil Anotado", vol. 1, 4ª ed, pág 413, que "a resolução ou modificação do contrato é admitida em termos propositadamente genéricos, para que, em cada caso, o tribunal, atendendo à boa fé e à base do negócio, possa conceder ou não a resolução ou modificação".

Reclama, entretanto, a lei os seguintes requisitos:

a)- que haja alteração anormal das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, ou seja que essas circunstâncias se hajam modificado (o que se não confunde com a teoria do erro acerca das circunstâncias



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

227
18

existentes à data do contrato , muito embora haja uma estreita afinidade entre elas : uma, relativa à base negocial objectiva ; a outra, assente na base negocial subjectiva) , e que a alteração seja anormal ... ;

b)- que a exigência da obrigação à parte lesada afecte gravemente os princípios da boa fé contratual e não esteja coberta pelos riscos do negócio, como no caso de se tratar de um negócio por sua natureza aleatório .

Reportando-nos , de novo , aos factos provados, nada permite concluir pela alteração das circunstâncias existentes à data do contrato !...

Não se mostra , por seu turno , haver a recorrida violado o dever de boa fé contratual , nem qualquer outra norma legal de carácter imperativo , pelo que não pode ver um contrato por si celebrado reduzido só porque a recorrente pensa que poderia ter realizado um negócio mais favorável para os seus interesses.

Seria impensável que, sempre que uma dos contraentes se sentisse mais ou menos frustrado com os benefícios pretendidos obter com um dado negócio jurídico, pudesse , a seu livre alvedrio, solicitar a respectiva resolução ou redução, como parece pretender a recorrente .

De resto , os deveres de informação e de lealdade pré - contratual, que o artigo 227º do C. Civil impõe, respeitam «uti singuli» ao negócio ~~que~~ cuja gestação se encontra a ser operada e não a negócios alienos que uma das partes haja anteriormente celebrado com terceiros.

Termos em que improcede igualmente tal excepção .

16. O invocado dever de restituição :

O contrato a que respeitam os autos , pelas partes livremente celebrado, deveria, por isso , ser pontualmente cumprido - artº 406º do C. Civil .

Perfila-se assim como manifestamente improcedente a pretensão formulada pela Ré de lhe ser restituído parte do que havia prestado no âmbito desse contrato , carecendo de fundamento as notas de débito emitidas pela Ré, no montante



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

224

[Assinatura]

total de 1.569.898\$00, relativamente aos pagamentos por si efectuados pelos serviços "Commodities 2000" e "Commodities News" que lhe foram prestados pela A .

Subsistindo o contrato em vigor durante o ano de 1993, até ser resolvido pela A . , deveria a Ré ter procedido ao pagamento das prestações a que , pelo mesmo, se encontrava obrigada .

Havendo a Ré deixado de pagar as prestações acordadas, a partir de 1-1-93, decidiu-se a A . pela resolução do contrato, com data de 8-11-93 .

Com efeito, havendo a A . interpelado a Ré, por diversas vezes, para cumprir , e não havendo esta correspondido a tais interpelações , foi considerado pela A . haver a Ré incumprido definitivamente o contrato , pelo que procedeu à sua resolução (cfr artº 808º do C. Civil).

Resultando provado nos autos que, à data da resolução do contrato, a Ré devia à A . as prestações respeitantes ao período compreendido desde 1-1-93 até 8-11-93, dívida esta que se mantém, não podia a Ré ter deixado de ser condenada a pagar a importância correspondente às prestações mensais acordadas pelos serviços prestados pela A . , acrescida dos respectivos juros de mora (cfr . artº s 798º e 799º do C. Civil).

A circunstância de a Ré haver deixado de utilizar os serviços da A . , em data anterior àquela em que o contrato veio a ser resolvido por esta, é totalmente irrelevante, pois, se o não fez, tal facto apenas a si se deve, uma vez que - tal como observa a Relação - o terminal que lhe havia sido instalado pela A . permanecia nas suas instalações, não lhe tendo esta vedado o acesso aos serviços contratados.

17. Assim havendo decidido , neste pendor , não merece o acórdão revidendo qualquer censura .

18 . Decisão :

Em face do exposto , decidem :



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

20

- negar a revista ;
- confirmar , em consequência , o acórdão recorrido .

Custas pela Ré recorrente no Supremo e nas instâncias .

Lisboa , 24 de Abril de 2002

Francisco Manuel Lucas Ferreira de Almeida (Relator)

Abílio Vasconcelos Carvalho

Manuel Maria Duarte Soares

Acórdãos STJ**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça**

Processo: 01B4170
Nº Convencional: JSTJ00000133
Relator: FERREIRA DE ALMEIDA
Descritores: CONTRATO DE FORNECIMENTO
 PRÁTICA RESTRITIVA DA CONCORRÊNCIA
 ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE
 RESOLUÇÃO
 DENÚNCIA
 ANULABILIDADE
 ERRO
 NEGOCIAÇÕES PRELIMINARES
 BOA-FÉ
 DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Nº do Documento: SJ200204240041702

Data do Acórdão: 24/04/2002

Votação: UNANIMIDADE

Tribunal Recurso: T REL LISBOA

Processo no Tribunal Recurso: 3801/01

Data: 24/05/2001

Texto Integral: S

Privacidade: 1

Meio Processual: REVISTA.

Decisão: NEGADA A REVISTA.

Área Temática: DIR ECON - DIR CONC.

Legislação Nacional: DIR CIV - TEORIA GERAL / DIR CONTRAT.

CCIV66 ART227 ART247 ART251 ART437.

DL 371/93 DE 1993/10/29 ART2 N1 A ART4 ART7 N2 ART14 N2 A N3.

DL 422/83 DE 1983/12/03 ART6 N1 ART7 N1 ART13 ART14 N1 N3.

Sumário :

I- Não pode servir como declaração de denúncia a carta em que o subscritor manifesta expressamente o propósito de resolver o contrato de fornecimento, invocando como motivo o facto de a outra parte praticar preços inferiores para com outros clientes, relativamente aos mesmos serviços.

II- A "equivalência", para efeitos do disposto no artigo 7, n. 1, DL 422/83, de 3/12, não se restringe à existência no mercado de bens e serviços substituíveis, já que tal noção possui um alcance global, definindo ela própria, a existência ou não de dependência económica.

III- Só é relevante o erro essencial, isto é, aquele que levou o errante a concluir o negócio em si mesmo, e não apenas nos termos em que foi concluído.

IV- Os deveres de informação e de lealdade pré-contratual respeitam ao negócio que se prepara e não a outros negócios que uma das partes tenha antes celebrado com terceiros.

Decisão Texto Integral: Acordam no Supremo Tribunal de Justiça:

1. A "A, LDA" demandou no 1º Juízo Cível de Lisboa a "B, S. A" pedindo a condenação da Ré no pagamento da quantia de 3416496 escudos, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento.

Alegou, para tanto, e em resumo, haver celebrado com a Ré um contrato de fornecimento dos serviços discriminados na petição inicial, que efectivamente lhe prestou, sem que a Ré houvesse pago o preço contratualmente acordado como contrapartida dessa prestação.

2. Contestou a Ré, alegando que, quando "fechou o negócio" com a A. estava perfeitamente convencida de que o preço proposto era aquele por que a mesma comercializava em Portugal os serviços em causa e, por sua vez, a A. bem sabia que essa convicção da Ré era essencial para a formação da vontade de contratar por banda desta, pois a A. tinha perfeito conhecimento de que a Ré, se soubesse serem os mesmos serviços fornecidos por preços inferiores aos praticados para outros clientes, não celebraria o aludido contrato.

Mais acrescentou que a A., ao oferecer à Ré bens e serviços por preço mais elevado do que o preço de bens e serviços equivalentes oferecidos a terceiros, agiu com abuso de posição dominante, em clara prática restritiva da concorrência.

Requer, assim, a sua absolvição do pedido e, com esses mesmos fundamentos, pede, em

reconvenção, que seja declarado nulo o aludido contrato de fornecimento de serviços, por o mesmo ter sido celebrado em situação de abuso de posição dominante, com violação dos princípios da concorrência leal, ou, em alternativa, se esse pedido improceder, que seja esse mesmo contrato declarado nulo, por a vontade da Ré estar viciada por erro, ou que o sejam, pelo menos, as cláusulas respeitantes à vigência e ao modo de denúncia do contrato e ao preço dos serviços prestados, ou ainda, sempre em alternativa, se esse pedido for igualmente declarado improcedente, sejam as apontadas cláusulas reduzidas aos seus justos limites.

3. Replicou a A. pugnando pela improcedência, quer das excepções suscitadas, quer dos vários pedidos (alternativos) reconconvencionais, sustentando a consistência do pedido.

4. Por sentença do Mmo Juiz do 1º Juízo Cível de Lisboa, datada de 1-9-99, foi a acção sido julgada procedente e, em consequência, condenada a Ré a pagar à A. a quantia de 3416496 escudos, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento, devidos, desde a data da citação da ré (23-6-95), à taxa de 15% ao ano pelo período de tempo que decorreu entre a data da citação da Ré e a data de entrada em vigor da Portaria 262/99, passando a ser a de 12% ao ano após essa última data. Julgou ainda improcedente a reconvenção, absolvendo, em consequência, a A. de todos os pedidos contra si deduzidos pela Ré.

5. Inconformada com essa sentença, dela veio a Ré apelar, mas o Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão de 24-5-01, negou provimento ao recurso, assim confirmando a decisão de 1ª Instância.

6. De novo irresignada, desta feita com tal aresto, dele veio a mesma Ré recorrer de revista para este Supremo Tribunal, em cuja alegação formulou as seguintes conclusões:

- procede a conclusão atinente ao abuso de posição dominante e à prática restritiva da concorrência, tal como previsto nos artigos 14º nº 1 e 13º nº 1 d) do DL 422/83, de 3/12, sendo nulo o contrato celebrado, por força do disposto no artigo 13º nº 3 do já referido diploma legal;
- procede igualmente a conclusão referente à problemática da anulabilidade do negócio por erro (vide artigos 251º e 247º do C. Civil);
- sempre deveria ter sido havida como procedente a redução do preço, seja por via do disposto no artigo 292º do C. Civil, seja por via do disposto no artigo 437º do mesmo Código, em razão, neste último caso, do princípio da boa fé;
- a denúncia do contrato pela carta da Ré de 4-11-92, carta em que esta alegou precisamente práticas restritivas da concorrência, configura, no plano jurídico, arguição de nulidade do contrato;
- a prestação de serviços invocada pela A. como tendo sido realizada até 8-11-93 é facto constitutivo do direito que a mesma invoca, sendo certo que, como se vê da resposta ao quesito 3º-A, aquela não logrou demonstrar tal facto;
- assim, e nos termos do artigo 342º nº 1 do C. Civil, sempre a acção deveria improceder;
- como resulta claro do teor da alínea 1) da Especificação, o equipamento que a R. mantinha nas suas instalações, através do qual recebia da A. os serviços contratados, estava desligado e não podia funcionar sem que os técnicos da A. o fossem ligar "in loco";
- assim, se dúvidas ainda houvesse, logo ficariam dissipadas no sentido de que a A. não prestou qualquer serviço à R. entre 1-1-93 e 8-11-93;
- finalmente, a A. não explica, ao menos, como calculou a aludida "soma de 3416496 escudos", referenciada no artigo 7º da p.i., sendo certo que tal cálculo permanece indecifrável e ininteligível, mesmo após porfiados esforços feitos para se perceber a sua lógica aritmética.

Ao decidir como decidiu, o douto acórdão recorrido violou designadamente o disposto nos artigos 14º nº 1, 13º nº 1 d) e 13º nº 3 do DL 422/83, de 3/12 e os artºs 251º, 247º, 437º, 292º e 342º nº 1 do C. Civil.

7. Contra-alegou a "A, LDA" sustentando a correcção do julgado e formulando, por seu turno, as seguintes conclusões:

1ª- Resulta claramente do exposto e dos factos provados que a recorrida não actuou de forma a consubstanciar um comportamento de abuso de posição dominante nem de prática restritiva da concorrência;

- IIª- Consequentemente, não ficou provada a alegada prática de condições discriminatórias;
- IIIª- Nada impede um prestador de serviços de aumentar o preço dos seus serviços relativamente a futuros clientes;
- IVª- O erro quanto aos negócios celebrados não pode releva para efeitos de vício da vontade da parte contratante, pois a recorrente sempre soube o preço do contrato que ia assinar;
- Vª- Como referido, os mecanismos de redução do negócio e de modificação do contrato por alteração superveniente das circunstâncias são excepcionais, e é impensável que sempre que uma parte esteja insatisfeita quanto aos termos dum contrato que assinou possa solicitar a sua redução;
- VIª- Ficou sumamente provado, em sede de julgamento, que a recorrente não tinha motivos para denunciar o contrato, pelo que a carta de 4-11-92, não pode ser considerada como arguição da nulidade do contrato;
- VIIª- É a recorrente que vem invocar factos "extintivos do direito invocado" pelo que é a esta que cabe o ónus da prova;
- VIIIª- Não podem restar dúvidas de que a recorrida prestou os serviços à recorrente, e que a recorrida não pode, em caso algum, ser responsabilizada pela falta de utilização dos mesmos por parte da recorrente;
- IXª- A recorrida utilizou os critérios legais em vigor para proceder ao cálculo do valor em dívida, pelo que, se a recorrente não percebe o cálculo desse mesmo valor, é seu problema, não cabendo à recorrente nem ao tribunal proceder a tal explicação, devendo a mesma explicar o porquê da sua ininteligibilidade e propor uma interpretação alternativa.

8. Colhidos os vistos legais, e nada obstando, cumpre apreciar e decidir.

9. Em matéria de facto relevante, deu a Relação como assentes os seguintes pontos:

- 1º- A autora assinou com a ré, no dia 30-1-92, um contrato composto de três páginas (contrato principal e dois aditamentos de serviço adicional, aqui anexos), cuja cópia constitui fls. 4 a 7 e que aqui se reproduz, nos termos do qual a A. se comprometia a prestar determinados serviços à Ré, conforme vem descrito no referido acordo, devendo os efeitos do mesmo terminar no dia 30-1-94, caso uma das partes não tivesse previamente posto termo à relação enviando à outra comunicação escrita com uma antecedência de seis meses;
- 2º- A partir da data de 1-1-93, portanto em plena vigência do contrato, a ré deixou de pagar pelos serviços que vinha auferindo e, múltiplas vezes interpelada para pagar, nunca quis efectuar qualquer pagamento, mas a autora continuou a considerar o contrato como sendo válido até ao dia 8-11-93, data em que rescindiu o contrato;
- 3º- A ré assinou o aludido contrato quando este se encontrava preenchido e, pelo mesmo, obrigou-se a autora a fornecer à Ré, entre outros, os serviços "Commodities 2000" e "Commodities News", pelo preço de ECU,s 1145 mensais (cerca de 200833 escudos) e de ECU,s 350 mensais (cerca de 61390 escudos), respectivamente;
- 4º- O sistema veio a ser posto em funcionamento algum tempo depois, tendo a autora reportado a 19-3-92 a respectiva facturação;
- 5º- Por carta de 4-11-92, cuja cópia constitui fls. 21 e 22 e que aqui se dá como integralmente reproduzida, a Ré comunicou à A. que denunciava o contrato firmado com aquela em 30-1-92;
- 6º- A Ré, depois, emitiu mesmo e enviou à A. a nota de débito nº 0109, de 10-11-92, no valor de 1353360 escudos + 216538 escudos de IVA, ou seja, no valor total de 1569898 escudos, correspondente a tais diferenças, considerando que então a relação ECU/Escudo era de 1181 escudos e exigiu ainda a Ré, naquela carta de 4-11-92, que a A. retirasse das suas (dela Ré) instalações o seu (desta) equipamento, até 31-12-92, e que a A. corrigisse, em conformidade, as facturas do semestre então corrente;
- 7º- A ré emitiu e enviou à A. a nota de débito nº 0134, de 31-12-92, no valor de 84913 escudos, (73201 escudos + IVA), relativa às tarifas do "CME";
- 8º- Em 18-12-92, a A. escreveu à Ré, dizendo, entre outras coisas, que "... ainda de acordo com o estipulado contratualmente, a data efectiva de levantamento do equipamento e serviços instalados e, portanto, de cessação da respectiva facturação, é o dia 11-11-93";
- 9º- A Ré encomendou à A., em 15-6-93, o serviço "Reuters Portuguese Domestic Service", a título de experiência, pedindo a ligação do equipamento ainda então existente nas suas instalações, tendo a A. que enviar técnicos às instalações da Ré para ligar o equipamento;
- 10º- A A. é uma empresa que pertence à multinacional e, em Janeiro de 1992, detinha,

em Portugal, uma posição dominante no mercado de prestação, através de terminal de dados, de informação financeira e noticiosa em tempo real, por via de linha de dados próprios;

11º- Quando celebrou com a A. o contrato referido sob o nº 1, a Ré estava convencida de que o preço indicado nesse acordo era o preço por que a autora comercializava em Portugal os serviços em causa;

12º- A A. enviou à Ré, em 8-7-92, a carta cuja cópia constitui fls. 81 a 83 e que aqui se reproduz, pela qual a primeira comunicou à segunda que baixava, a partir de 11-11-93, para ECU,s 860 mensais o preço do serviço "Commmodities 2000" e que o serviço "Commodities News " passava a integrar o primeiro sem aumento do preço a pagar pela prestação desse serviço;

13º- Depois de ter celebrado o contrato referido sob o nº 1, a Ré tomou conhecimento de que a A., na altura em que findou esse contrato, (Janeiro de 1992), vinha fornecendo o mesmo serviço "Commodities 2000", pelo menos, às empresas "Conagra International - Comércio de Produtos Agro - Alimentares, Lda", (com instalações na Avenida Conde de Valbom, nº 6 - 5º, em Lisboa) e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, S. A", (com instalações na Rua de S. Domingos à Lapa, 68 r/c, em Lisboa) e ainda o "Commodities News" à "Sociedade Portuguesa de Fretamentos, S. A" pelos preços, em ECU's, referidos nos documentos de fls. 41 a 46, que aqui se reproduzem, preços esses inferiores aos praticados para com a Ré;

14º- A ré e as firmas "Conagra International Lda" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos S.A" exercem actividade económica na área do comércio de "commodities", designadamente, cereais, oleaginosas e derivados;

15º- Depois de ter actuado como referido sob os nºs 5 e 6, a Ré deixou de utilizar os serviços e o equipamento da A.;

16º- A ré enviou à A., em 18-11-92, a carta cuja cópia constitui fls. 24 e 25, que aqui se reproduz, exigindo o reembolso de tarifas alegadamente até então pagas, relativas ao serviço de "quotas" da "Chicago Mercantile Exchange", reembolso que a autora negou ser devido;

17º- A ré é uma empresa que se dedica ao comércio de "commodities".

Passemos agora ao direito aplicável.

10. Âmbito da revista:

As questões centrais decidendas, sobre as quais, de resto, já se debruçaram as instâncias, são as de saber:

- se o contrato de prestação de serviços firmado entre a A. e a Ré é ou não válido por a A. actuar alegadamente em posição de excesso dominante, violando o princípio da liberdade contratual, sendo no caso concreto afectada a liberdade negocial da Ré;
- se deve ou não ser declarado nulo ou anulado tal contrato por a vontade da Ré se encontrar viciada por erro quanto a um elemento essencial do negócio ou, pelo menos, reduzido aos seus justos limites;
- caso se entenda que afinal o contrato é válido, se se operou ou não denúncia válida do mesmo e se a Ré incumpriu ou não o acordado e, a ter havido esse incumprimento invocado pela A., quais os efeitos daí decorrentes para as partes.

11. Objecto do contrato:

Vem assente, como vimos, além do mais, em sede factual, haverem as partes livremente celebrado, com data de 30-1-92, um contrato mediante o qual a A. se obrigava a prestar à Ré determinados serviços, mediante retribuição mensal entre elas livremente fixada, sendo, respectivamente, de 1.145 ECU's em relação aos serviços designados por "Commodities 2000" e de 350 ECU's em relação aos designados por "Commodities News".

Foi ainda convencionada a duração desse contrato até 30-1-94, salva a eventualidade de uma das partes lhe pôr termo mediante comunicação escrita dirigida à outra parte com uma antecedência mínima de seis meses.

Aquela retribuição mensal veio posteriormente a ser, por iniciativa da A., reduzida para ECU,s 860, redução essa com efeitos a partir de 1-1-93.

E, conforme bem observa a recorrida, "na ausência de reacção em contrário por parte da Ré, ora recorrente, dever-se-á considerar tal redução, em seu favor, aceite por mútuo consentimento das partes".

12. Alegada denúncia do contrato:

Através da carta inserta de fls 21/22 dos autos, e datada de 4-11-92, veio a Ré ulteriormente comunicar à A. que «denunciava» o contrato, por alegadamente haver tomado conhecimento de que a A. praticava preços inferiores relativamente a estes serviços para com outros seus clientes, pretendendo ainda a Ré "que lhe fosse creditado o montante equivalente à diferença entre o que lhe foi facturado pela A., com base nos valores entre elas acordado e o que lhe seria facturado se houvessem sido entre elas acordados preços iguais aos que seriam praticados pela A. relativamente aos seus outros mencionados clientes.

Importaria assim indagar se a Ré, ao enviar tal carta à A., pretendia realmente denunciar o contrato ou antes ver operada a respectiva resolução. Foi essa indagação que a Relação fez em termos que não merecem reparo.

Nos próprios termos do contrato, este seria revalidado automaticamente por iguais períodos (de dois anos), excepto se fosse denunciado por qualquer das partes mediante carta registada com aviso de recepção expedida até seis meses antes do termo da respectiva vigência ou da prorrogação em vigor (cláusula 3.), ou seja, o contrato renovar-se-ia por períodos sucessivos de dois anos, se nenhuma das partes o denunciasse no tempo e pela forma convencionados.

E "a denúncia é precisamente a declaração feita por um dos contraentes, em regra, com certa antecedência sobre o termo do período comercial em curso, de que não quer a renovação ou continuação do contrato renovável ou fixado por tempo indeterminado". Tanto a «denúncia» como a «resolução» deixam incólume o contrato como acordo de vontades, incidindo antes nos efeitos dele advenientes.

A Ré não veio com a sobredita carta transmitir à A. a sua falta de interesse na renovação do contrato, a partir de Janeiro de 1994. Veio, antes, comunicar-lhe que, a partir daquela data, o contrato se passava a considerar como não celebrado, ou seja, comunicou-lhe que declarava resolvido o contrato, pelo facto de a A. - relativamente aos mesmos serviços - praticar preços inferiores para com outros seus clientes.

Ora, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 432º do C. Civil, «o direito à resolução tanto pode resultar da lei, como da convenção das partes», sendo que não vem tipificada/demonstrada nos autos a ocorrência de qualquer dessas alternativas.

A aludida carta não surtia, pois, virtualidade para fazer cessar o contrato que a Ré havia firmado com a A.

De resto, e contra o que sustenta a ré recorrente, a denúncia do contrato jamais seria confundível com a respectiva arguição de nulidade, já que a nulidade, a anulação e a ineficácia se reportam e reconduzem às consequências dos vícios invalidantes ou inquinadores da legalidade do negócio jurídico, designadamente no que tange à gestação ou externalização da vontade dos contraentes.

Deste modo, porque a declaração feita pela Ré, através da carta de 4-11-92, visava, no fundo, e tal como se deixou acima dito, a resolução do contrato, não poderia a mesma consubstanciar simultaneamente uma denúncia desse contrato, ainda que, por mera hipótese, se considerasse nula a cláusula 3ª do contrato por prever um prazo "excessivo para vigência do contrato ou para a sua denúncia".

13. Alegado abuso de posição dominante. Validade/nulidade do contrato.

Insiste a Ré, ora recorrente, em que a A., ora recorrida, ao oferecer-lhe bens e serviços por preço mais elevado do que o preço de bens e serviços equivalentes oferecidos a terceiros, agiu com «abuso da posição dominante», em clara prática restritiva da concorrência, sendo, por isso, nulo o contrato celebrado em a autora e a ré.

Mas - adianta-se desde já - não lhe assiste qualquer razão.

O «estado de dependência económica», também designado por «posição dominante relativa», e que opõe a empresa a fornecedores ou a clientes, isto é empresas situadas a montante ou a jusante no processo de produção ou distribuição de bens, pode por-se tanto num plano de relações horizontais - isto é entre empresas produtoras ou distribuidoras do mesmo ramo ou segmento de mercado - como num plano de relações verticais, traduzido este em sentido ascendente ou descendente (empresas distribuidoras relativamente a fornecedores ou produtores e/ou fabricantes ou de empresas fornecedoras ou clientes relativamente a produtores ou fabricantes).

Planos estes ambos genericamente contemplados no artº 4º do DL 371/93 de 29/10.

Com efeito, nesse preceito «é proibida a exploração abusiva, por uma ou mais empresas, do estado de dependência económica em que se encontre, relativamente a elas, qualquer

empresa fornecedora ou cliente, por não dispor de alternativa equivalente, nomeadamente quando o abuso se traduza na adopção de qualquer dos comportamentos previstos no n.º 1 do art.º 2.º »do mesmo diploma.

Ora, um desses «comportamentos» consiste precisamente em «fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda, ou interferir na sua determinação pelo livre jogo do mercado, induzindo artificialmente, quer a sua alta quer a sua baixa» (art.ºs 4.º, "in fine" e 2.º, n.º 1, al. a) do DL cit).

Nos termos do disposto no artigo 13.º do DL 422/83 de 3/12 neste domínio aplicável, "são também consideradas práticas restritivas da concorrência os abusos praticados por uma ou mais empresas dispondo de posição dominante no mercado nacional e que tenham por objecto, ou como efeito, impedir, falsear ou restringir a concorrência, adoptando, designadamente, a prática de aplicar, sistemática ou ocasionalmente, condições discriminatórias de preço ou outras em prestações equivalentes" (art. 14.º, n.º 1).

E, "ex-vi" do n.º 3 do mesmo preceito, "são nulos os acordos e decisões que sejam considerados práticas restritivas da concorrência".

Esclarece, por sua vez, o n.º 1 do artigo 6.º (ainda do citado diploma) «que se consideram aplicação de preços ou de condições de venda discriminatória, entre outras, as práticas que, em relação a prestações equivalentes, se traduzam na aplicação de (...) diferentes modalidades de pagamento não justificadas por diferenças correspondentes no custo de fornecimento ou do serviço».

Entende-se por «prestações equivalentes» aquelas que respeitem a bens ou serviços idênticos ou similares e que não difiram de maneira sensível nas características comerciais essenciais, nomeadamente naquelas que tenham repercussão nos correspondentes custos de produção ou de comercialização (art. 7.º n.º 1).

A doutrina francesa - conf. Michel Glais, in "L'état de dépendance économique au sens de l'art. 8 de L'Ordonnance du 1er Décembre 1986: analyse économique", GP, 1er sem. 1989", págs 292-293 e Boutard Labarde/Canivet, in "Droit Français de la concurrence", pág 93 - confunde as expressões "produtos equivalentes" e "solução equivalente", reconduzindo esta última à existência de produtos permutáveis (solução equivalente = produtos substituíveis para o sortido do comerciante).

Não há, todavia, que restringir a «equivalência» à existência no mercado de bens e serviços substituíveis, já que tal noção possui um alcance global, definindo, ela própria, a existência ou não de dependência económica. Não basta haver soluções alternativas equivalentes, sendo necessário que a elas se possa recorrer em tempo útil, sendo que a dimensão temporal constitui precisamente um dos elementos decisivos de ponderação da "solução equivalente". Esta não constitui propriamente um meio de avaliação da dominação relativa, constituindo antes uma conclusão que procede da análise combinada dos múltiplos critérios, v.g o prestígio e reputação da marca, a quota de mercado do fornecedor, o vínculo que este mantém com o cliente.

Torna-se, por isso, necessário verificar se existem ou não alternativas suficientes, bem como avaliar se essas alternativas são ou não razoáveis segundo critérios aferidores de carácter objectivo.

A detecção da "solução equivalente" terá, assim - repete-se - de resultar de múltiplos factores, tais como a reputação e notoriedade da marca, a quota de mercado do fornecedor, a extensão das relações que este mantém com o cliente, o lapso de tempo necessário para encontrar alternativas e, também, a existência de produtos permutáveis em certo mercado, tudo permitindo avaliar o custo resultante da alteração de fornecedor, em ordem a saber se existe ou não a sobredita... «solução equivalente».

Em suma: a ponderação dos aludidos factores de apreciação do estado de dependência económica é que podem permitir concluir se existe ou não «solution équivalente» quer - no direito francês - para efeitos do art.º 8.º, n.º 2 da Ordonnance n.º 86-1243, quer - no direito português - para efeitos do art.º 4.º do DL 371/93 de 29/10.

Conf., para mais desenvolvimentos, O Dr. J. P Mariano Pego, in "A Posição Dominante Relativa no Direito da Concorrência", Coimbra, Almedina, 1991, designadamente a págs 138/139.

Seja como for, face ao disposto no n.º 2 do art.º 7.º do cit DL, "não se consideram «prestações equivalentes» aquelas entre cujas datas de conclusão se tenha verificado uma alteração duradoura dos preços ou das condições de venda praticados pelo vendedor".

A título de exemplo, disporá de posição dominante relativamente ao mercado de determinado bem ou serviço a empresa que actue num mercado no qual não sofre concorrência significativa ou assume preponderância relativamente aos seus concorrentes,

(...) presumindo-se que se encontra nesta situação uma empresa que detenha no mercado nacional de determinado bem ou serviço uma participação igual ou superior a 30% (art. 14º, nº 2, al. a) e nº 3).

Sendo assim, e de harmonia com as regras do ónus da prova (art. 342º nº 2 do C. Civil), incumbia à Ré, ora recorrente - como invocante da correspondente excepção - a demonstração da ocorrência dos pressupostos do invocado «abuso de posição dominante», relativamente ao mercado de bens ou serviços prestados e, designadamente, qual a percentagem ou «quota» de mercado ocupado pela A.

Mesmo a admitir-se que a A. actuava num mercado no qual não sofria concorrência significativa ou assumia preponderância relativamente aos seus concorrentes, impedia sobre à Ré o ónus de demonstrar não só que as mencionadas "Conagra" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos" eram concorrentes da Ré, mas também a «equivalência» do posicionamento em termos comerciais das relações mantidas entre a A. e as referidas "Conagra" e a "Sociedade Portuguesa de Fretamentos" por um lado, e entre a A. e a Ré por outro.

Sucede, contudo, não se encontrar provado - nem sequer haver sido alegada matéria de facto que tal permitisse concluir - se, na realidade, era objectivamente equivalente a situação da Ré e das sociedades "Conagra" e "Sociedade Portuguesa de Fretamentos", em termos comerciais, relativamente à A. E só por tal via se poderia concluir, como refere a recorrida, se os contratos com estas celebrados não diferiam de maneira sensível nas suas características comerciais essenciais do contrato celebrado com a Ré, dadas as particularidades de cada uma daquelas outras sociedades.

Por outro lado, o facto de ter ficado provado que, à data da celebração do contrato com a Ré, ora recorrente, a A. prestava os serviços "Commodities 2000" e "Commodities News" às aludidas sociedades com actividade económica na área das "Commodities, não é de per si bastante para concluir que as mesmas eram concorrentes da A. É o que resulta, desde logo, da resposta restritiva dada ao quesito 5º.

Ademais, ficou também provado que, antes de prestar serviços à Ré, a A. já prestava serviços às referidas sociedades.

Assim, o facto de prestar àquelas sociedades os serviços a preços inferiores aos acordados com a Ré, não permite concluir, atendendo à ausência de contemporaneidade de uns e outros desses contratos, que a A. tenha agido, na situação concreta, de forma discriminatória (cfr. artº 7º, nº 2).

Seja como for, se não é possível ou curial o aumento unilateral do preço dos serviços relativamente a contratos firmados com determinados clientes, já nada impedirá que qualquer prestador de serviços, possa, por sua iniciativa, aumentar o preço relativamente a outros contratos celebrados em ulteriores momentos temporais, tudo dentro da lógica das regras do mercado.

Nada aponta pois - com um mínimo de consistência - para a alegada «aplicação de condições discriminatórias» por parte da recorrida nem para a ocorrência de quaisquer factos donde se possa inferir a prática de qualquer acto que tivesse por objecto ou efeito «impedir, falsear ou restringir a concorrência», tudo como circunstâncias abstractamente integradoras da alegada excepção de «abuso da posição dominante e prática restritiva da concorrência».

O que naturalmente torna prejudicada a questão da arguida nulidade do contrato por via dessa excepção.

14. Alegado erro-vício quanto ao preço. Anulabilidade do contrato.

Invoca, ainda, a recorrente a anulabilidade do contrato celebrado com a A. por a vontade da Ré se encontrar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio - o preço.

Haveria, com efeito, uma desconformidade entre a vontade real e a vontade declarada. A vontade real ter-se-ia formado em consequência do erro sofrido pelo declarante. Se não fosse ele, não teria a Ré pretendido celebrar o negócio, pelo menos nos termos em que o efectuou.

O erro teria, assim, recaído sobre o objecto do negócio, o que determinaria a sua anulabilidade.

Também não assiste razão à recorrente quanto a esta específica questão.

É certo que o erro que atinja os motivos determinantes da vontade, reportado nomeadamente ao objecto do negócio, torna este anulável nos termos do artº 247º do C. Civil (cfr. artº 251º CC).

O acto é, assim, anulável e não nulo e a anulabilidade depende de o destinatário da declaração conhecer a essencialidade para o declarante do elemento sobre que incidiu o erro (cfr. artº 247º do C. Civil).

Na realidade, e conforme a melhor doutrina, "só é relevante o erro essencial, isto é aquele que levou o errante a concluir o negócio, «em si mesmo», e não apenas nos termos em que foi concluído. Já não releva o erro (meramente) incidental, isto é aquele que influiu apenas nos termos do negócio pois o errante sempre contrataria, embora noutras condições" - conf. Prof Mota Pinto, in "Teoria Geral da Relação Jurídica" - Coimbra - Almedina - 1966/1967, pág 236/237, citando o Prof Manuel de Andrade, in - "Teoria Geral da Relação Jurídica", vol II, Coimbra, 1960, págs 237/238.

Na hipótese «sub-specie» - e tal conforme bem salienta a Relação - seria anulável a declaração se a A. conhecesse ou devesse conhecer que a Ré só pelos preços que haviam sido fixados à "Conagra" e à "Sociedade Portuguesa de Fretamentos" teria realizado o negócio.

Já se a A. contratou convencida de que a Ré não deixaria de celebrar o contrato pelo preço acordado e não tivesse obrigação de conhecer aquele pressuposto, o acto não poderia ser anulado.

Ora, não ficou provado que a A., ao contratar, soubesse estar a Ré convencida ser o preço acordado o melhor praticado por si, em Portugal ou sequer que esse elemento fosse então essencial para a Ré.

E evidente que, quem pode pagar menos, nunca poderia optar por pagar mais, com reporte a uma idêntica equação qualidade/preço. Só que não é ao contraente credor/cobrador do preço que cumpre informar a contraparte de toda a gama ou panóplia dos preços por si anteriormente praticados na execução de contratos celebrados com terceiros, quiçá desde o início da respectiva actividade, sendo mera estultícia a pretensão da imutabilidade da expressão pecuniária de tais preços.

Termos em que se revela inviável a anulação do contrato com base no invocado, que não comprovado, fundamento de a vontade da Ré estar viciada por erro quanto a um dos elementos essenciais do negócio- o preço.

15. Redução da cláusula do preço.

Discorda a recorrente da interpretação - que as instâncias fizeram ao aplicar o artº 437º do C. Civil ao caso vertente -, no sentido da impossibilidade de redução da cláusula do preço do contrato «sub judice», por não se verificar nenhuma das circunstâncias nesse preceito previstas.

É que, em seu entender, a exigência das obrigações assumidas pela recorrente afectaria gravemente os princípios da boa fé, no que tange à parte do preço excedente daquele que foi cobrado à concorrência, parte essa recebida indevidamente pela recorrida e peticionada pela recorrente, em reconvenção.

Analisando o artigo 437º do C. Civil, ensinam os Profs Pires de Lima e Antunes Varela, in "Código Civil Anotado", vol. 1, 4ª ed, pág 413, que "a resolução ou modificação do contrato é admitida em termos propositadamente genéricos, para que, em cada caso, o tribunal, atendendo à boa fé e à base do negócio, possa conceder ou não a resolução ou modificação".

Reclama, entretanto, a lei os seguintes requisitos:

- a)- que haja alteração anormal das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, ou seja que essas circunstâncias se hajam modificado (o que se não confunde com a teoria do erro acerca das circunstâncias existentes à data do contrato, muito embora haja uma estreita afinidade entre elas: uma, relativa à base negocial objectiva; a outra, assente na base negocial subjectiva), e que a alteração seja anormal...;
- b)- que a exigência da obrigação à parte lesada afecte gravemente os princípios da boa fé contratual e não esteja coberta pelos riscos do negócio, como no caso de se tratar de um negócio por sua natureza aleatório.

Reportando-nos, de novo, aos factos provados, nada permite concluir pela alteração das circunstâncias existentes à data do contrato !...

Não se mostra, por seu turno, haver a recorrida violado o dever de boa fé contratual, nem qualquer outro norma legal de carácter imperativo, pelo que não pode ver um contrato por si celebrado reduzido só porque a recorrente pensa que poderia ter realizado um negócio mais favorável para os seus interesses.

Seria impensável que, sempre que uma dos contraentes se sentisse mais ou menos frustrado com os benefícios pretendidos obter com um dado negócio jurídico, pudesse, a

seu livre alvedrio, solicitar a respectiva resolução ou redução, como parece pretender a recorrente.

De resto, os deveres de informação e de lealdade pré - contratual, que o artigo 227º do C. Civil impõe, respeitam «uti singuli» ao negócio cuja gestação se encontra a ser operada e não a negócios alienos que uma das partes haja anteriormente celebrado com terceiros. Termos em que improcede igualmente tal excepção.

16. O invocado dever de restituição:

O contrato a que respeitam os autos, pelas partes livremente celebrado, deveria, por isso, ser pontualmente cumprido - artº 406º do C. Civil.

Perfila-se assim como manifestamente improcedente a pretensão formulada pela Ré de lhe ser restituído parte do que havia prestado no âmbito desse contrato, carecendo de fundamento as notas de débito emitidas pela Ré, no montante total de 1569898 escudos, relativamente aos pagamentos por si efectuados pelos serviços "Commodities 2000" e "Commodities News" que lhe foram prestados pela A.

Subsistindo o contrato em vigor durante o ano de 1993, até ser resolvido pela A., deveria a Ré ter procedido ao pagamento das prestações a que, pelo mesmo, se encontrava obrigada. Havendo a Ré deixado de pagar as prestações acordadas, a partir de 1-1-93, decidiu-se a A. pela resolução do contrato, com data de 8-11-93.

Com efeito, havendo a A. interpelado a Ré, por diversas vezes, para cumprir, e não havendo esta correspondido a tais interpelações, foi considerado pela A. haver a Ré incumprido definitivamente o contrato, pelo que procedeu à sua resolução (cfr artº 808º do C. Civil).

Resultando provado nos autos que, à data da resolução do contrato, a Ré devia à A. as prestações respeitantes ao período compreendido desde 1-1-93 até 8-11-93, dívida esta que se mantém, não podia a Ré ter deixado de ser condenada a pagar a importância correspondente às prestações mensais acordadas pelos serviços prestados pela A., acrescida dos respectivos juros de mora (cfr. artº s 798º e 799º do C. Civil).

A circunstância de a Ré haver deixado de utilizar os serviços da A., em data anterior àquela em que o contrato veio a ser resolvido por esta, é totalmente irrelevante, pois, se o não fez, tal facto apenas a si se deve, uma vez que - tal como observa a Relação - o terminal que lhe havia sido instalado pela A. permanecia nas suas instalações, não lhe tendo esta vedado o acesso aos serviços contratados.

17. Assim havendo decidido, neste pendor, não merece o acórdão revidendo qualquer censura.

18. Decisão:

Em face do exposto, decidem:

- negar a revista;

- confirmar, em consequência, o acórdão recorrido.

Custas pela Ré recorrente no Supremo e nas instâncias.

Lisboa, 24 de Abril de 2002

Francisco Manuel Lucas Ferreira de Almeida,

Abílio Vasconcelos Carvalho,

Manuel Maria Duarte Soares.